

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**AS REPERCUSSÕES TERRITORIAIS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA
CAMPANHA GAÚCHA: AVANÇOS NA PRODUÇÃO VITÍCOLA NOS
ASSENTAMENTOS EM SANTANA DO LIVRAMENTO- RS COMO ALTERNATIVA
DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

JOEL LUÍS MELCHORS

ORIENTADOR (A): PROF^a. DR^a. ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS

**PORTO ALEGRE-RS
2023**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

AS REPERCUSSÕES TERRITORIAIS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA
CAMPANHA GAÚCHA: AVANÇOS NA PRODUÇÃO VITÍCOLA NOS
ASSENTAMENTOS EM SANTANA DO LIVRAMENTO-RS COMO ALTERNATIVA DE
PRODUÇÃO AGRÍCOLA

JOEL LUÍS MELCHIORS

ORIENTADOR (A): PROF^a. DR^a. ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS

BANCA EXAMINADORA: CARMEN REJANE FLORES
GLAUCIO JOSÉ MARAFON
LUIZ FERNANDO MAZZINI FONTOURA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Vieira Medeiros.

PORTO ALEGRE-RS
2023

CIP - Catalogação na Publicação

Melchiors, Joel Luís.

As repercussões territoriais dos assentamentos rurais da Campanha Gaúcha: avanços na produção vitícola nos assentamentos em Santana do Livramento -RS como alternativa de produção agrícola / Joel Luís Melchiors. -- 2023.

131 f.

Orientadora: Rosa Maria Vieira Medeiros.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Campanha Gaúcha . 2. Reforma Agrária. 3. Assentamentos Rurais. 4. Novas alternativas de produção. 5. Viticultura. I. Vieira Medeiros, Rosa Maria, orient. II. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico esta Tese de Doutorado à minha mãe (in memoriam), Bernadete Melchior, uma empregada doméstica, que sozinha criou o seu único filho, e que mesmo diante de todas as dificuldades impostas pela vida, por meio de seu exemplo de dedicação e amor me incentivou a ser um alguém melhor e dedicado aos estudos, me apoiando assim, em todas as minhas escolhas.

Em 2018 ela foi diagnosticada com uma doença neurodegenerativa de forma precoce, o Alzheimer, e em fevereiro de 2022, meses antes da entrega desta tese, veio ao óbito por complicações relacionadas à doença. O avanço de sua patologia e consequentemente, seu óbito, me demonstrou a importância de viver o momento presente de uma maneira muito mais amorosa, reflexiva e intensa (o que significa que ela ainda continua me ensinando muito, apesar de sua partida). Se ela estivesse aqui e pudesse ver o que está acontecendo comigo agora, eu lhe diria com um grande sorriso:

- Mãe, muito obrigado por tudo. Finalmente, conseguimos!

AGRADECIMENTO (S)

Primeiramente, agradeço à vida, por me formar enquanto um fruto de uma educação pública, gratuita e de qualidade deste país, minhas origens como pertencente de uma classe menos privilegiada do meio rural no Pampa Gaúcho, durante os anos de 1991 a 2007, me levaram a ter mais interesse pela Geografia Agrária, área em que atuo desde o ano de 2010, para melhor entender as relações de poder, luta e conquista da terra por parte dos agricultores, que lutaram e lutam até hoje por uma reforma agrária justa e popular no estado do Rio Grande do Sul e no Brasil.

Agradeço e destaco o papel de grande relevância da educação pública em minha vida, iniciados nos anos de 1997, na Escola Rural Coronel Honório Carvalho, distrito Estação Experimental, na zona rural de Encruzilhada do Sul- RS. Nesta escola rural concluí os primeiros quatro anos do ensino fundamental e tive como professoras as dedicadas e excelentes Elizabeth, no primeiro ano e Maria, do segundo ao quarto ano, às quais também dedico este agradecimento.

Em 2001, fui transferido para a Escola de Ensino Fundamental Anjo da Guarda, localizada na área urbana encruzilhadense. Lá tive excelentes professoras, como Maria Clerí, Rita e Adelaide (esta última como uma grande inspiração ao meu despertar para a disciplina de geografia). Neste educandário recebi por três vezes a honra de aluno destaque e também me apaixonei pela leitura e assim, dedico à estas professoras, o meu eterno agradecimento.

Agradeço aos professores do ensino médio, realizado no Instituto Estadual de Educação Gomercinda Dornelles da Fontoura, que me inspiraram a gostar da docência, como o professor das matérias química, física e matemática, Joel, a professora de história, Margareth e a professora de geografia, Marília. O auxílio destes docentes foi muito importante, pois me acompanharam nos longos anos de estudos para a preparação final, que culminaram em aprovações em vestibulares pelo estado do Rio Grande do Sul.

Agradeço (in memoriam) à minha incansável mãe, Bernadete Melchiors, que ao longo dos meus cursos de Bacharelado e Licenciatura em Geografia na UFRGS, me deu todo o seu apoio e estímulo, sem medir esforços no auxílio do que fosse necessário, já que em 2008, aos 18 anos, saí de uma fazenda localizada a 13

quilômetros da sede urbana de um pequeno município do Pampa Gaúcho para ir morar e estudar na capital do estado, Porto Alegre.

Agradeço à UFRGS e à CAPES pelas inúmeras experiências que obtive, a partir das bolsas de fomento à pesquisa recebidas ao longo de minha formação acadêmica, como a de iniciação científica, a atual bolsa de pesquisa para o curso de doutorado e a bolsa do CAPES-COFECUB - que me proporcionou entre os anos de 2019 e 2020 - a experiência de viver em Le Mans, França, como parte do doutorado sanduíche.

Agradeço à professora Rosa Maria Vieira Medeiros, que desde o ano de 2012 no Bacharelado, posteriormente na Licenciatura, mestrado e atualmente, no doutorado, todos em geografia, seguiu me orientando nos caminhos da pesquisa e da vida, como uma docente digna de muitos elogios e parabenizações, por sua brilhante trajetória e contribuição para a educação deste país.

Agradeço aos professores, Frédéric Fortunel e François Laurent, pelo apoio imensurável no período de 2019 a 2020, do estágio doutoral na modalidade sanduíche na Universidade de Le Mans, França. Lá conheci alguns amigos e colegas como Abdel, François, Layanne, Claire, Andreia, Jade, Reinis, entre outros aos quais também estendo os meus agradecimentos, por participarem deste período tão frutífero em minha carreira acadêmica.

Agradeço aos agricultores assentados, técnicos agrícolas e lideranças políticas locais, pela atenção e pela disponibilidade de tempo quando lhes foram solicitados na ocasião da realização das pesquisas de campo, que embasaram esta tese de doutorado. Bem como agradeço a todos (as) agricultores da reforma agrária, que dedicam o seu tempo e a sua força de trabalho nos mais variados setores agrícolas, especialmente, aos agricultores assentados da região da Campanha Gaúcha, por levarem todos os dias à nossa mesa os mais diversos alimentos – incluindo a uva e o vinho.

Agradeço em especial a minha esposa, Rosiely Reis, por ser uma esposa mais do que especial e, sobretudo, paciente, a sua perseverança nas horas mais difíceis tem sido muito importante para a nossa caminhada. Obrigado pelo apoio. Sou grato por você, amorosamente, compartilhar trechos da nossa jornada de vida. Amo você, Rosiely.

Herdeiro da Pampa Pobre

Mas que pampa é essa que eu recebo agora
Com a missão de cultivar raízes
Se dessa pampa que me fala a história
Não me deixaram nem sequer matizes

Passam as mãos da minha geração
Heranças feitas de fortunas rotas
Campos desertos que não geram pão
Onde a ganância anda de rédeas soltas

Se for preciso, eu volto a ser caudilho
Por essa pampa que ficou prá trás
Porque eu não quero deixar pro meu filho
A pampa pobre que herdei de meu pai

Que pampa é essa que eu recebo agora
Com a missão de cultivar raízes
Se dessa pampa que me fala a história
Não me deixaram nem sequer matizes

Passam as mãos da minha geração
Heranças feitas de fortunas rotas
Campos desertos que não geram pão
Onde a ganância anda de rédeas soltas

Se for preciso, eu volto a ser caudilho
Por essa pampa que ficou prá trás
Porque eu não quero deixar pro meu filho
A pampa pobre que herdei de meu pai
Eu não quero deixar pro meu filho
A pampa pobre que herdei de meu pai

Herdei um campo onde o patrão é rei
Tendo poderes sobre o pão e as águas

Onde esquecido vive o peão sem lei
De pés descalços cabrestando mágoas

O que hoje herdo da minha grei chirua
É um desafio que a minha idade afronta
Pois me deixaram com a gaiaca nua
Para pagar uma porção de contas

Se for preciso, eu volto a ser caudilho
Por essa pampa que ficou prá trás
Porque eu não quero deixar pro meu filho
A pampa pobre que herdei de meu pai
Eu não quero deixar pro meu filho
A pampa pobre que herdei de meu pai

Se for preciso, eu volto a ser caudilho
Por essa pampa que ficou prá trás
Porque eu não quero deixar pro meu filho
A pampa pobre que herdei de meu pai
Não, não eu não quero deixar pro meu filho
A pampa pobre que herdei de meu pai
Não eu não quero deixar pro meu filho
A pampa pobre que herdei de meu pai
A pampa pobre que herdei de meu pai

(Engenheiros do Hawaii, 1991)

RESUMO

A produção vitivinícola é uma nova realidade na região da Campanha Gaúcha desde a década de 1970. Diante deste cenário, nesta tese serão evidenciados os assentamentos e os municípios da Campanha nos quais há agricultores assentados que estão desenvolvendo um importante processo de produção. Neste estudo relacionado à produção vitícola dos assentamentos rurais da Campanha, destaca-se um processo cuja origem se deu a partir da década de 1990, com a reforma agrária realizada na referida região, implementada pelos governos estadual e federal. Neste sentido, o objetivo geral desta pesquisa é compreender como se dá o processo de implantação e crescimento da viticultura, como alternativa de produção agrícola dos assentamentos de Santana do Livramento-RS, enquanto expressão da cultura dos agricultores assentados associada às políticas públicas de créditos destinadas a este cultivo. Para o alcance dos objetivos propostos, há nesta pesquisa a caracterização da área de estudo, com a descrição dos municípios e dos assentamentos da região onde estão instalados os agricultores assentados produtores vitícolas. Posteriormente, foi levantado um histórico da reforma agrária e de como ela foi implementada na Campanha Gaúcha. Em sequência, temos o entendimento acerca da escala e de suas repercussões no território e em seguida, a compreensão das novas identidades dos assentados da Campanha Gaúcha. Seguindo na composição desta tese, apresentamos um pouco da experiência obtida em Le Mans- França, relacionada à produção vitivinícola e por fim, a análise dos resultados obtidos, fazendo uma conexão com o aprendizado em solo francês, no qual ficou evidenciada a importância da presença de políticas públicas, neste caso, no processo de consolidação da produção vitivinícola no caso da França e na implantação de ações para a diversificação da produção vitícola, no caso desta pesquisa, na Campanha Gaúcha, especificamente, em Santana do Livramento-RS. A metodologia desta tese está embasada no método dialético, com pesquisa qualitativa descritiva, detalhada a partir das percepções acerca da análise de discurso. Foram realizados trabalhos de campo exploratórios iniciais, bem como alguns trabalhos de campo finais para a efetivação das conversas com os assentados produtores de uva. Portanto, esta pesquisa, por meio de suas abordagens, buscou entender como as conexões realizadas a partir das novas práticas de produção vitícola, presente nos assentamentos de Santana do Livramento-RS, trouxeram repercussões socioterritoriais para esta localidade.

Palavras-chave: reforma agrária, assentamentos rurais, viticultura, Campanha Gaúcha.

ABSTRACT

The wine production is a new reality in the Campanha Gaúcha region since the 1970's decade. Faced with this scenario, in this thesis will be highlight the settlements and municipalities of Campanha in which there are settled farmers who are developing an important production process. In this study related to the wine production of rural settlements in Campanha, highlights a process whose origin began in the 1990s decade, with the agrarian reform carried out in that region, implemented by the state and federal governments. In this sense, the general objective of this research is understand how it happens the process of implantation and growth of viticulture, as an alternative to agricultural production of the settlements of Santana do Livramento-RS, while an expression of culture of the settled farmers associated with public credit policies destined for this cultivation. To achieve the proposed objectives, there is in this research the characterization of the study área, with the description of the municipalities and settlements in the region where the settled farmers wine-growers are installed. Posteriorly, a history was raised of agrarian reform and of how it was implemented in the Campanha Gaúcha. In sequence, we have an understanding of the scale and its repercussions on the territory and then the understanding of the new identities of the settlers of the Campanha Gaúcha. Following the composition of this thesis, we present some of the experience gained in Le Mans - France, related to wine production, and finally, the analysis of the results obtained, making a connection with learning on french soil, in which the importance of the presence of public policies, in this case, in the process of consolidating the wine production in the case of France and and in the implementation of actions for the diversification of wine production, in the case of this research, in Campanha Gaúcha, specifically, in Santana do Livramento-RS. The methodology of this thesis is based on the dialectical method, with descriptive qualitative research, detailed from perceptions about discourse analysis. Were performed initial exploratory fieldworks, as well as some final fieldworks to carry out conversations with the grape-producing settlers. Therefore, this research, through their approaches, sought to understand how connections carried out from the new practices of viticultural production, present in the settlements of Santana do Livramento-RS, brought socio-territorial repercussions to this locality.

Keywords: agrarian reform, rural settlements, viticulture, Campanha Gaúcha.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Região, localizando as regiões do IBGE.....	21
Figura 2: Mapa localizando os assentamentos da pesquisa.....	22
Figura 3: Mapa da localização dos municípios e assentamentos com produção de uva na Campanha Gaúcha.	28
Figura 4: Mapa localizando os assentamentos com produção de uva em Santana do Livramento - RS.....	29
Figura 5: Processo de escolha da população acessível.....	36
Figura 6: A identidade no conceito de lugar	63
Figura 7: Mapa das regiões produtoras de uva no Vale do Loire, França.....	70
Figura 8: Fluxograma dos critérios para a aplicação das entrevistas aos produtores vitivinícolas nos trabalhos de campo na França:.....	72
Figura 9: Mapa de localização das vinícolas visitadas entre os anos de 2019 e 2020.	73
Figura 10: Mapa dos assentamentos visitados em Santana do Livramento entre os anos de 2018 e 2019.....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados gerais da produção de uvas e vinhos nos assentamentos da Campanha Gaúcha.....	25
Tabela 2: Dados detalhados dos assentamentos produtores de uvas e vinhos na Região da Campanha Gaúcha.....	26
Tabela 3: Entrevistas realizadas nos assentamentos nos anos de 2018 e 2019.....	37
Tabela 4: Entrevistas com técnicos agrícolas realizadas nos anos de 2018 e 2019.	37

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Castelo de Chenanceau.....	69
Foto 2: Cave da Vinícola Domínio la Raderie, Vale do Loire, França.....	74
Foto 3: Vinhedos da Vinícola Domínio La Raderie, Vale do Loire, França.....	75
Foto 4: Entrada da Vinícola Domínio Lelais, no Vale do Loire, França.	78
Foto 5: Pipa para vinho em aço inox no Domínio Lelais, Vale do Loire, França.	79
Foto 6: Cave da Vinícola Domínio Lelais, Vale do Loire, França.	80
Foto 7: Área de vinhedos localizada no Assentamento Cerro do Munhoz, em Santana do Livramento- RS / Brasil.....	84
Foto 8: Salão paroquial à esquerda e Igreja Católica à direita em azul, localizados no Assentamento Bom Será, em Santana do Livramento- RS/ Brasil.	84
Foto 9: Escola localizada no Assentamento Bom Será, em Santana do Livramento- RS / Brasil.....	85
Foto 10: Estrada no assentamento Cerro do Munhoz em precárias condies. Santana do Livramento-RS.....	92
Foto 11: rea de vinhedos localizada no Assentamento Bom Será, em Santana do Livramento- RS / Brasil.....	95
Foto 12: rea de vinhedos localizada no Assentamento Cerro do Munhoz, em Santana do Livramento- RS / Brasil.....	96
Foto 13: Mapa Mental feito pelos assentados do Assentamento Bom Será, em Santana do Livramento- RS / Brasil.....	97

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AOC – Apelações de Origem Controlada

CAPES - Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

COFECUB - Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

COPERFORTE- Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste LTDA

COPTec- Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos LTDA

COTAP - Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre

COVID - 19: Coronavírus

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

DEE – Departamento de Economia e Estatística

EMATER / RS – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Rio Grande do Sul

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ESF - Estratégia de Saúde da Família

FEE – Fundação Estadual de Economia e Estatística

FUNDOVITIS – Fundo de Desenvolvimento da Vitivinicultura do estado do Rio Grande do Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAVIN – Instituto Brasileiro de Vitivinicultura

IG's – Indicações Geográficas

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial

IRGA – Instituto Rio Grandense do Arroz

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEAG - Núcleo dos Estudos Agrários

PA – Projeto de Assentamento da União

PDFIMS/RS- Programa de Fruticultura Irrigada da Metade Sul do RS

PE – Projeto de Assentamento do Estado do Rio Grande do Sul

PEC – Política Externa Comum

PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

POSGEA - Programa de Pós-Graduação em Geografia

PROFRUTA/RS - Programa Estadual de Fruticultura

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SDR RS – Secretaria de Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul

SEDA – Secretaria Especial de Desenvolvimento Agrário

QUALIPROSUL - Projeto Qualidade dos Produtos da Territorialização da Metade Sul

RS – Rio Grande do Sul

UE – União Europeia

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UVIBRA – União Brasileira de Vitivinicultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1	20
INICIANDO O CAMINHO DA TESE: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA ESTUDADA, PROBLEMA, OBJETIVOS E ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	20
1.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO:.....	20
A CAMPANHA GAÚCHA E O SEU POTENCIAL DESENVOLVIMENTISTA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.	20
1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS	30
PROBLEMA DE PESQUISA	30
OBJETIVO GERAL	30
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	31
1.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	31
CAPÍTULO 2	39
A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E SEUS ASPECTOS	39
2.1 A REFORMA AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL.....	42
2.2 A REFORMA AGRÁRIA NA CAMPANHA GAÚCHA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS ASSENTAMENTOS.	44
CAPÍTULO 3:	46
AS ESCALAS GEOGRÁFICAS DOS ASSENTAMENTOS DA CAMPANHA GAÚCHA COM PRODUÇÃO VITÍCOLA E AS SUAS REPERCUSSÕES NO TERRITÓRIO.	46
3.1. A COMPREENSÃO DA CATEGORIA TERRITÓRIO E O PRINCÍPIO DA LUTA PELA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL.....	47
3.2 A CAMPANHA GAÚCHA E A CONSTITUIÇÃO DA TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTADOS.....	53
3.3. OS AGRICULTORES ASSENTADOS RURAIS COMO ATORES TERRITORIAIS	56
CAPÍTULO 4:	58
CAMPANHA GAÚCHA E AS NOVAS IDENTIDADES DOS AGRICULTORES ASSENTADOS.	58
4.1 NOVAS TERRITORIALIDADES E A PRODUÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES DOS AGRICULTORES ASSENTADOS.....	58
4.2 AS NOVAS IDENTIDADES TERRITORIAIS DOS AGRICULTORES ASSENTADOS DA CAMPANHA GAÚCHA E O FOMENTO ÀS NOVAS PRODUÇÕES AGRÍCOLAS.	60

4.3 A PRODUÇÃO DE UVA, A IDENTIDADE E A RESISTÊNCIA NOS ASSENTAMENTOS DA CAMPANHA GAÚCHA.....	66
CAPÍTULO 5:.....	69
A VITIVINICULTURA NO VALE DO LOIRE, SUDOESTE DA FRANÇA: UMA ALTERNATIVA VIÁVEL DE PRODUÇÃO.	69
CAPÍTULO 6:.....	83
OS ASSENTAMENTOS EM SANTANA DO LIVRAMENTO-RS E AS NOVAS PERSPECTIVAS DE FUTURO: ANÁLISE DAS NOVAS DINÂMICAS SOBRE A PRODUÇÃO VITÍCOLA.....	83
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
8 REFERÊNCIAS:	105
APÊNDICES	115
ANEXOS	126

INTRODUÇÃO

O interesse em estudar a questão agrária no Brasil surgiu inicialmente na infância do autor desta tese. Desde cedo, olhando aquela paisagem de campo aberto da fazenda em que vivi a infância e parte da adolescência, ¹questionei: em meio a tantos hectares de terras, dedicados somente à pecuária extensiva de gado de corte, poderia haver algum tipo de distribuição de terras mais justa e igualitária?

Mesmo que, a realidade vivenciada naquele momento fosse a da região Serra do Sudeste, o bioma existente lá é o mesmo bioma encontrado na região da Campanha Gaúcha, o conhecido bioma Pampa, bem como as suas questões relacionadas à concentração de terras nas mãos de algumas famílias, as oligarquias agrárias, fatores estes que trazem semelhanças sócio, cultural e ambiental às duas regiões.

Neste contexto, para Chelotti e Pessôa (2006), o espaço agrário da Campanha Gaúcha não se apresenta tão homogêneo como indicava o discurso da identidade regional do século passado, ainda que continue sendo o cerne do espaço latifundiário gaúcho, do tradicional camponês fronteiriço, do arrendamento capitalista da terra, este também é palco de novas experiências oportunizadas a partir da reterritorialização de milhares de trabalhadores Sem Terra em dezenas de assentamentos rurais.

Diante deste cenário, a partir dos trabalhos finais desenvolvidos na graduação e no mestrado, ambos em geografia, o primeiro dedicado à análise das repercussões territoriais do assentamento Integração Gaúcha (IRGA) de Eldorado do Sul- RS, e o segundo direcionado à análise da produção de arroz orgânico dos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre- RS, surge assim, o interesse em pesquisar os assentamentos da reforma agrária, suas repercussões territoriais e as novas possibilidades produtivas na Campanha Gaúcha junto à sua relação com a produção vitícola.

¹ É somada a este questionamento e a curiosidade por entender esta dinâmica, uma não identificação com o “estereótipo do gaúcho” e suas tradições comemorativas no dia 20 de setembro, haja vista, minha mãe e eu estarmos, na ocasião, não na condição de latifundiários e sim, de empregados daquele lugar.

De acordo com o contexto anteriormente abordado, o despertar para o interesse em pesquisar a produção vitícola na região da Campanha Riograndense surgiu, haja vista, que este tipo de produção se desenvolve enquanto uma realidade na região, desde meados do século XX. Assim, de acordo com Flores (2015) e Falcade (2011), o terroir da Campanha tem sido propalado como um dos mais específicos para o cultivo das vinhas, o que tem levado a diversas empresas transnacionais a investirem nesta região do estado do Rio Grande do Sul.

Neste sentido, a abordagem desta tese tem como objeto de estudos a ocorrência da produção de uvas para sucos e vinhos, enquanto o surgimento de uma alternativa de prática vitícola viável, frente às demais culturas agrícolas desenvolvidas nos assentamentos rurais da reforma agrária na região Campanha Gaúcha: PE Sepé Tiaraju III, PA Cerro do Munhoz, PA Bom Será, PA Posto Novo/Morro da Cruz, PA Coqueiro, PA Jupira/São Leopoldo, PE Conquista do Cerro da Liberdade, PA Apolo e PA Recanto, todos localizados no município de Santana do Livramento-RS.

A ocorrência de pesquisas relacionadas à produção vitícola no Brasil, principalmente na geografia, sobretudo nos estudos de análise territorial, é uma prática recente e os aspectos que o envolvem merecem mais atenção por parte de seus pesquisadores.

Corroborando com esta ideia, Beledelli (2005), destaca a importância de levar em conta neste tipo de estudo aspectos relacionados à questão cultural, um exemplo disso, são os agricultores assentados na Campanha Gaúcha que nem sempre são oriundos da Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul, contendo, portanto, diferentes vivências o que também levará, a diferentes formas em sua produção e identidades culturais.

Deste modo, esta tese possui em sua composição, primeiramente, a caracterização da área de estudo escolhida, a região da Campanha Gaúcha, região esta que de acordo com Falcade (2011), se destaca como uma nova área para a produção vitícola no cenário nacional. A pesquisa também identifica seus atores sociais, que são os agricultores assentados e residentes nos 9 assentamentos rurais anteriormente citados em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul.

Posteriormente, no espaço conceitual, há a apresentação de um histórico da reforma agrária em nível nacional, por meio de autores como Fernandes (2000), Oliveira (1988), Mertz (2002), entre outros. Também há a abordagem de como se

deu o processo de distribuição de terras na região da Campanha Gaúcha em uma escala local, a partir das duas últimas décadas do século XX, demonstrando assim, algumas das políticas públicas voltadas para o incentivo das práticas de hortifruticultura, entre elas a viticultura.

Em sequência, são abordados os conceitos norteadores desta pesquisa como: as múltiplas dimensões territoriais dos assentamentos da Campanha Gaúcha e suas diferentes identidades, embasados, por exemplo, por Claval (2012), evidenciando também, a questão da territorialização dos agricultores assentados na Campanha Gaúcha, a partir do entendimento apresentado por Santos (2004) e Saquet e Santos (2010).

Avançando na tese, há a apresentação do capítulo que discorre sobre a questão da formação identitária, embasados por Bonnemaison (2000), além da aplicação dos conceitos de território, a partir de Mèo (2008), do conceito de paisagem, segundo Berque (1984), entre outros autores.

Em seguida, há um capítulo apresentando o resultado das impressões obtidas acerca da viticultura, a partir da experiência vivenciada no doutorado sanduíche em Le Mans, França, realizado entre os anos de 2019 e 2020. E assim, posteriormente, há o capítulo com as novas perspectivas de futuro encontradas nos assentamentos da Campanha Gaúcha e as análises das novas dinâmicas sobre a produção vitícola.

A metodologia desta tese está embasada no método dialético, com pesquisa qualitativa-descritiva, detalhada a partir das percepções acerca da análise de discurso, segundo Bardin (1980), e elucidada por meio de instrumentos de pesquisa como entrevistas semiestruturadas referenciadas por Lakatos e Marconi (1992), com os agricultores assentados, técnicos agrícolas e lideranças locais, bem como por trabalhos de campo, realizados nos meses de junho de 2018 e abril de 2019, antes da pandemia de Covid-19, assim como utiliza pesquisa documental e coleta de dados junto às entidades técnicas agrícolas presentes na região, como a EMATER-RS e o INCRA.

A pandemia do vírus Covid-19, iniciada no final de 2019/ começo de 2020 e que ainda em 2022 a vivenciamos, trouxe algumas limitações para o pleno desenvolvimento desta pesquisa, um exemplo é não ter feito mais deslocamentos para os trabalhos de campo até os assentamentos escolhidos, de acordo com o que foi planejado no começo do curso de doutorado, entretanto, com as visitas de campo realizadas, detalhadas nas tabelas 3 e 4, junto às entrevistas e às pesquisas

documentais, foi possível readaptar os objetivos para obter os resultados apresentados nesta pesquisa.

Neste sentido, esta tese por meio das escolhas metodológicas anteriormente abordadas, possui como objetivo demonstrar como essas formas de produção agrícolas alternativas, que também são agroecológicas, se apresentam enquanto um contraponto às práticas hegemônicas dos grandes latifúndios. Os agricultores assentados e produtores de uva na Campanha Gaúcha, através de suas vivências estão inseridos em um contexto de resistência à agropecuária tradicional, que é baseada, sobretudo, na intensividade da produção da terra e no latifúndio historicamente existentes na região.

Portanto, esta pesquisa visa contribuir com um novo olhar possível acerca de alternativas produtivas, que sinalizem mudanças na forma como a organização sócio, espacial, econômica, cultural e ambiental da Campanha Gaúcha vem se estruturando ao longo dos anos, baseadas, principalmente, na luta pela terra e na defesa da reforma agrária.

CAPÍTULO 1

INICIANDO O CAMINHO DA TESE: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA ESTUDADA, PROBLEMA, OBJETIVOS E ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

1.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO:

A CAMPANHA GAÚCHA E O SEU POTENCIAL DESENVOLVIMENTISTA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A delimitação de um espaço para estudo está intimamente ligada à importância que este possui para a composição social como um todo, composição esta que pode ser referida às diversas ordens como; a natural, cultural, paisagística, geomorfológica, econômica, histórica e etc.

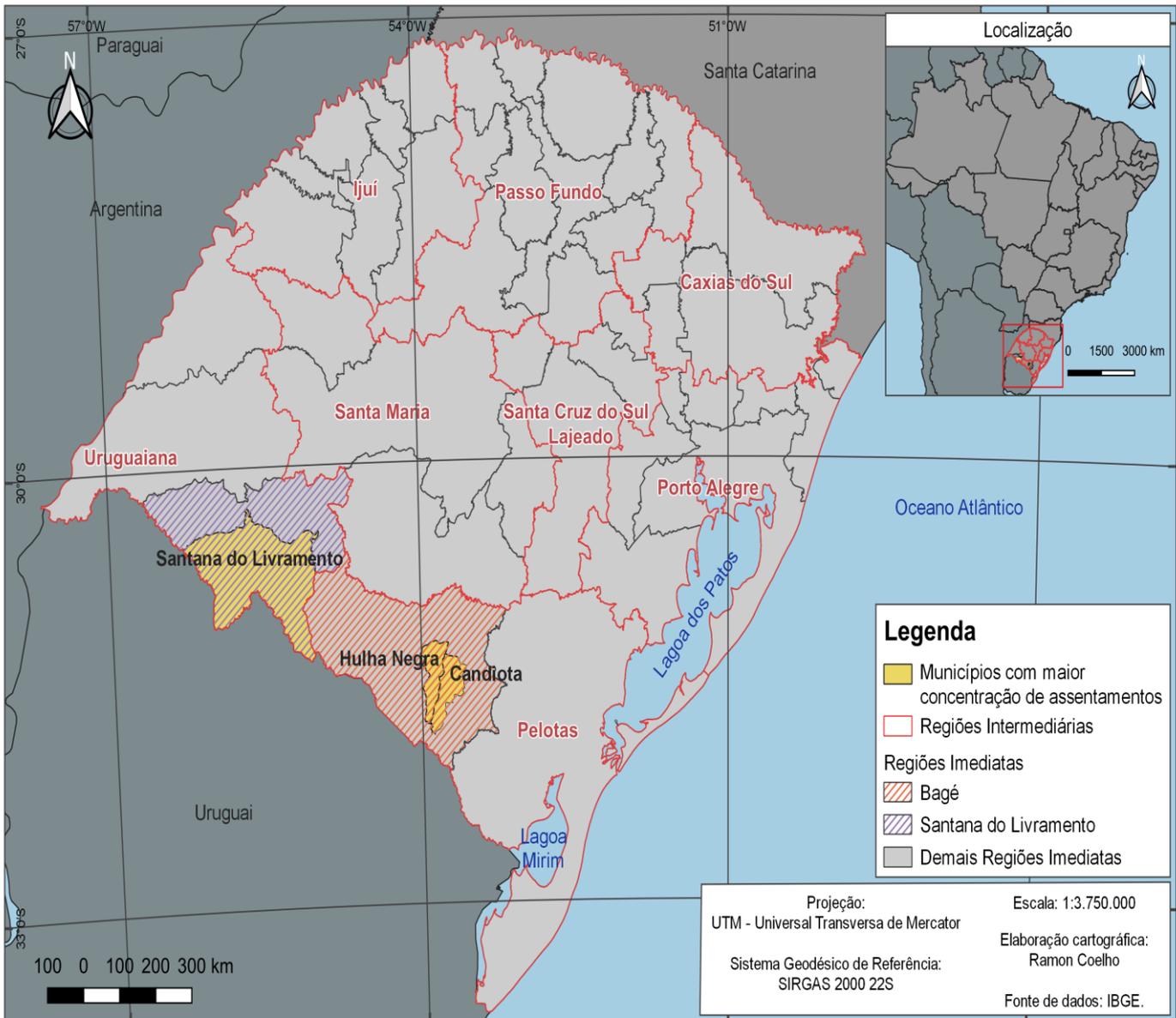
A partir desta compreensão, apresenta-se o espaço escolhido para o desenvolvimento desta tese, que é a denominada Região da Campanha Gaúcha, região esta localizada no sudoeste do estado do Rio Grande do Sul- BR, onde as relações de trabalho se efetivam tanto nas atividades de criação animal, quanto em outros aspectos das vidas dos moradores desta região, como a cultura e a construção de suas identidades neste território.

Com a nova Regionalização adotada pelo IBGE em 2017, as regiões passaram a ser classificadas como: Região Geográfica Intermediária e Região Geográfica Imediata. Neste sentido, o município de Santana do Livramento, abordado no mapa 1 a seguir, onde se localizam os 9 assentamentos estudados, ²PA Cerro do Munhoz, PA Bom Será, PA Posto Novo/ Morro da Cruz, PA Coqueiro, PA Jupira/São Leopoldo, ³PE Apolo, PE Sepé Tiaraju III, PE Conquista do Cerro da Liberdade e PE Recanto, está classificado como Região Geográfica Intermediária Uruguaiana e Região Geográfica Imediata Santana do Livramento. O município de Santana do Livramento fazia parte da extinta Mesorregião do Sudoeste Rio-Grandense.

² PA – Projeto de Assentamento da União.

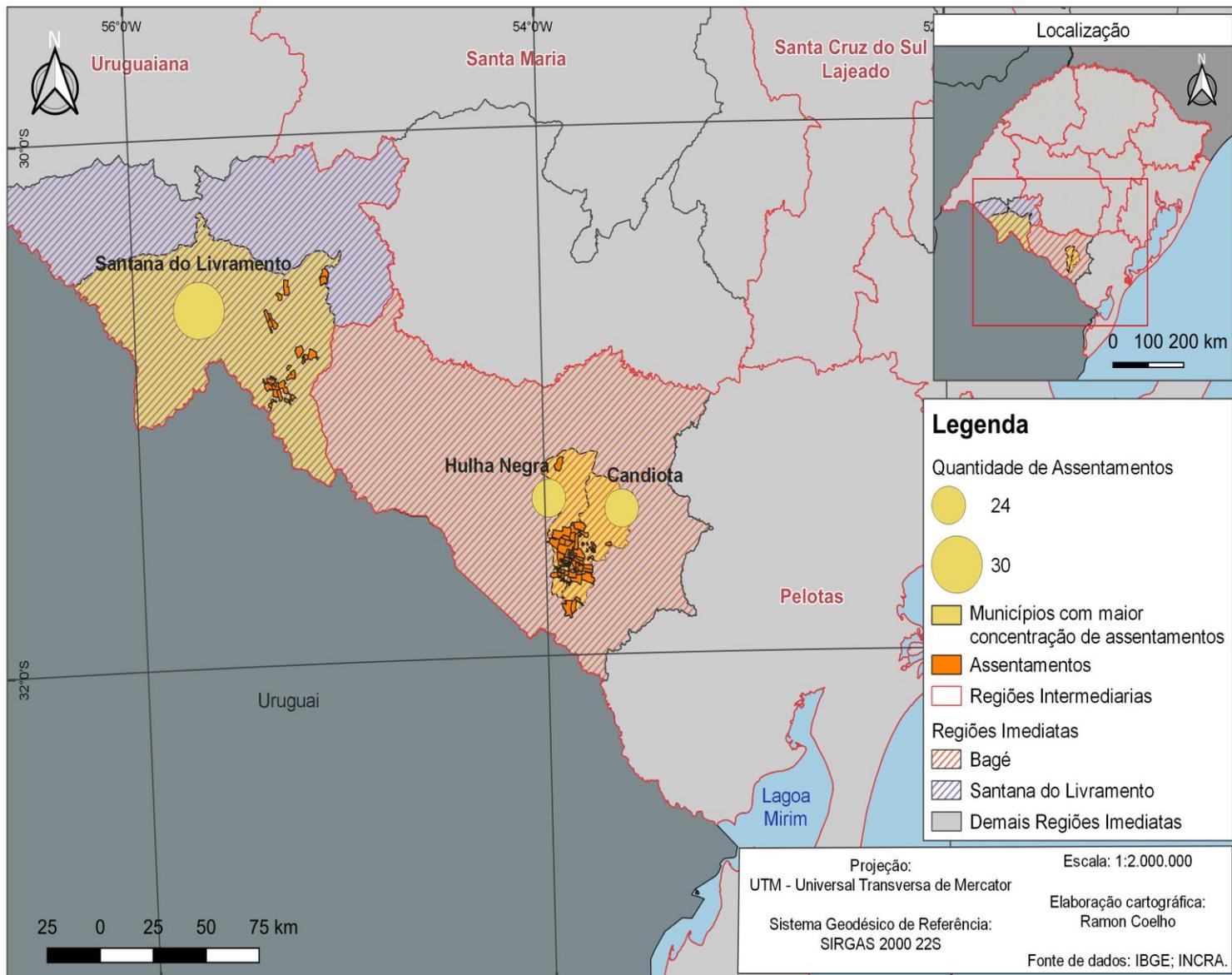
³ PE – Projeto de Assentamento do Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 1: Mapa da Região, localizando as regiões do IBGE.



Fonte: IBGE/INCRA (2022).

Figura 2: Mapa localizando os assentamentos da pesquisa.



Fonte: IBGE/INCRA (2022).

A busca pela compreensão da territorialidade estabelecida pelos assentados na região da Campanha Gaúcha, especialmente no município de recorte da pesquisa, Santana do Livramento, passa pelo entendimento acerca da interação entre agricultores assentados e o seu novo espaço de cultivo e reprodução social, onde estes estabelecem novos modos de produzir e possuem em seu meio agricultores assentados com culturas diferentes daquelas de suas regiões de origem, garantindo assim, novas formas e estratégias de reprodução social deste sistema.

Um exemplo destas estratégias para a manutenção dos agricultores às novas terras aos quais foram designados, é a segurança alimentar advinda dos saberes da agricultura familiar, que garante o seu sustento, mesmo que estes agricultores venham passando por mudanças em seu trabalho e em sua cultura ao longo dos últimos anos.

Seguindo na compreensão acerca do processo de fixação dos agricultores em seus novos lotes, que perpassa pela produção, é importante entender que os modos de produzir na agricultura tem se modernizado, a busca por padronização dos produtos, produtividade e racionalidade na produção levou grandes investidores a dinamizarem esta área econômica. Neste processo, muitos assentados ficaram marginalizados, sem recursos financeiros suficientes para atender às novas demandas, passando a sofrer forte concorrência em seus produtos.

Corroborando com esta ideia Santos (1994, p. 89), aponta que:

“Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a integração do espaço brasileiro e a modernização capitalista ensejam, em primeiro lugar, uma difusão social e geográfica do consumo em suas diversas modalidades e, posteriormente, a desconcentração da produção moderna, tanto agrícola quanto industrial”.

Neste sentido, as técnicas modernas advindas do meio-técnico-científico-informacional, de acordo com Santos (2004), reduzem a penosidade do trabalho no campo e contribuem na diminuição das incertezas da produção agrícola, fatores que contribuem para os agricultores assentados continuarem produzindo em seus lotes.

Em meio às mudanças em suas atividades laborais, surgem também as novas formas de consumo, tais como alguns dos objetos de conforto para o lar, como é o caso dos eletrodomésticos, que são adquiridos pelos agricultores assentados no comércio local, ou seja, a presença dos assentamentos nestes espaços gera uma dinamização da economia local, a partir do consumo de bens e serviços.

Ainda assim, para além da questão de consumo dos bens adquiridos pelas famílias dos agricultores no comércio dos municípios na Campanha Gaúcha, a relação estabelecida nestas localidades perpassa pela construção do espaço social, que de acordo com Santos (2012, p. 27):

“Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano; de um espaço que possa unir os homens para e por o seu trabalho, mas não para em seguida dividi-lo em classes, em exploradores e explorados; um espaço-matéria inerte que seja trabalhado pelo homem mas não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento da reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria; o homem fetichizado”.

Esta fala do autor acerca da constituição do espaço social e de como este deve ser coletivamente construído corrobora com a fala de um dos líderes políticos locais de Santana do Livramento, manifestada em uma das entrevistas desta pesquisa:

“Sou um representante dos assentamentos. Com os assentamentos travou o êxodo rural. Tem abrigos e ilhas de pequenas florestas que mudaram o campo. Sim, trouxe uma nova perspectiva socioeconômica e freou o êxodo rural no município. Houve muitos impactos: novas oportunidades agrícolas no campo e aumentou o fluxo na economia local, farmácias, mercados, lojas. O valor agregado ajudou muito” (Vereador de Santana do Livramento. Entrevistado 3. Junho de 2018).

A partir da fala do líder político local, Vereador de Santana do Livramento, o Entrevistado 3, que também é um agricultor assentado, é possível compreender o fomento da reforma agrária na Campanha Gaúcha, que evidencia perspectivas de várias naturezas, sejam elas ambientais, econômicas, sociais, além dos impactos positivos trazidos pelos assentamentos relacionados ao fluxo na economia local e às cooperativas de assentados.

Neste sentido, esta tese desperta para uma investigação relacionada às formas de produções nos assentamentos da região da Campanha Gaúcha, mais especificamente, para tentar entender se a nova cultura agrícola da viticultura e da vitivinicultura estão estabelecidas enquanto uma nova estratégia de produção em relação às culturas agrícolas que já são produzidas nos assentamentos desta região.

Assim, para iniciar a compreensão acerca do recorte espacial deste estudo, se faz necessário entender, que a Região da Campanha Gaúcha possui 109 assentamentos, destes 85 assentamentos estão localizados nos municípios de Santana do Livramento, Manoel Viana, São Borja, Candiota e Hulha Negra há a presença da produção de uvas e vinhos em geral, com um total de 48 agricultores produtores de uva e 32 produtores de vinho, especificamente, de acordo com as tabelas 1 e 2 a seguir.

Tabela 1: Dados gerais da produção de uvas e vinhos nos assentamentos da Campanha Gaúcha.

Município da Campanha Gaúcha	Nº. de Assentamentos	Nº. de famílias totais assentadas	Nº de assentamentos produtores de uva	Nº de assentados produtores de uva	Nº. assentados produtores de Vinhos
Santana do Livramento	30	928	4	15 produtores	11
Hulha Negra	24	798	1	19 produtores	19
Candiota	24	687	8	12 produtores	-
São Borja	5	82	1	1 produtor	1
Manoel Viana	2	223	1	1 produtor	1
Total:	85	2.718	15	48	32

Fonte: SIPRA- INCRA (2017).

Tabela 2: Dados detalhados dos assentamentos produtores de uvas e vinhos na Região da Campanha Gaúcha.

Região Geográfica Intermediária	Município	Quantidade de Assentamentos	Assentamentos	Famílias assentadas	Produtores de uvas	Produtos de vinho
Uruguaiiana	Santana do Livramento	1	PA Bom Será	23	3	-
Uruguaiiana	Santana do Livramento	1	PA Cerro do Munhoz	61	10	10
Uruguaiiana	Santana do Livramento	1	PA Frutinhas	19	1	1
Uruguaiiana	Santana do Livramento	1	PA Herdeiros de Oziel	36	1	-
Uruguaiiana	Manoel Viana	1	PA Santa Maria	214	1	1
Uruguaiiana	São Borja	1	PE Cristo Redentor	15	1	1
Pelotas	Candiota	1	PA Fazenda São Francisco	48	2	-
Pelotas	Candiota	1	PE Nossa Senhora Aparecida I	22	2	-
Pelotas	Candiota	1	PE Nova Vitória	12	1	-
Pelotas	Candiota	1	PE Vitória	9	1	-
Pelotas	Candiota	1	PE Estância Camboatá	20	2	-
Pelotas	Candiota	1	PA dos Cerros / Conquista dos Cerros	70	1	-
Pelotas	Candiota	1	PA do Paraíso / Conquista do Paraíso	54	2	-
Pelotas	Candiota	1	PA Estancinha	15	1	-
Pelotas	Hulha Negra	1	PE Abrindo Fronteiras	61	19	19
TOTAL CAMPANHA		15		679	48	32

Fonte: SIPRA- INCRA (2017).

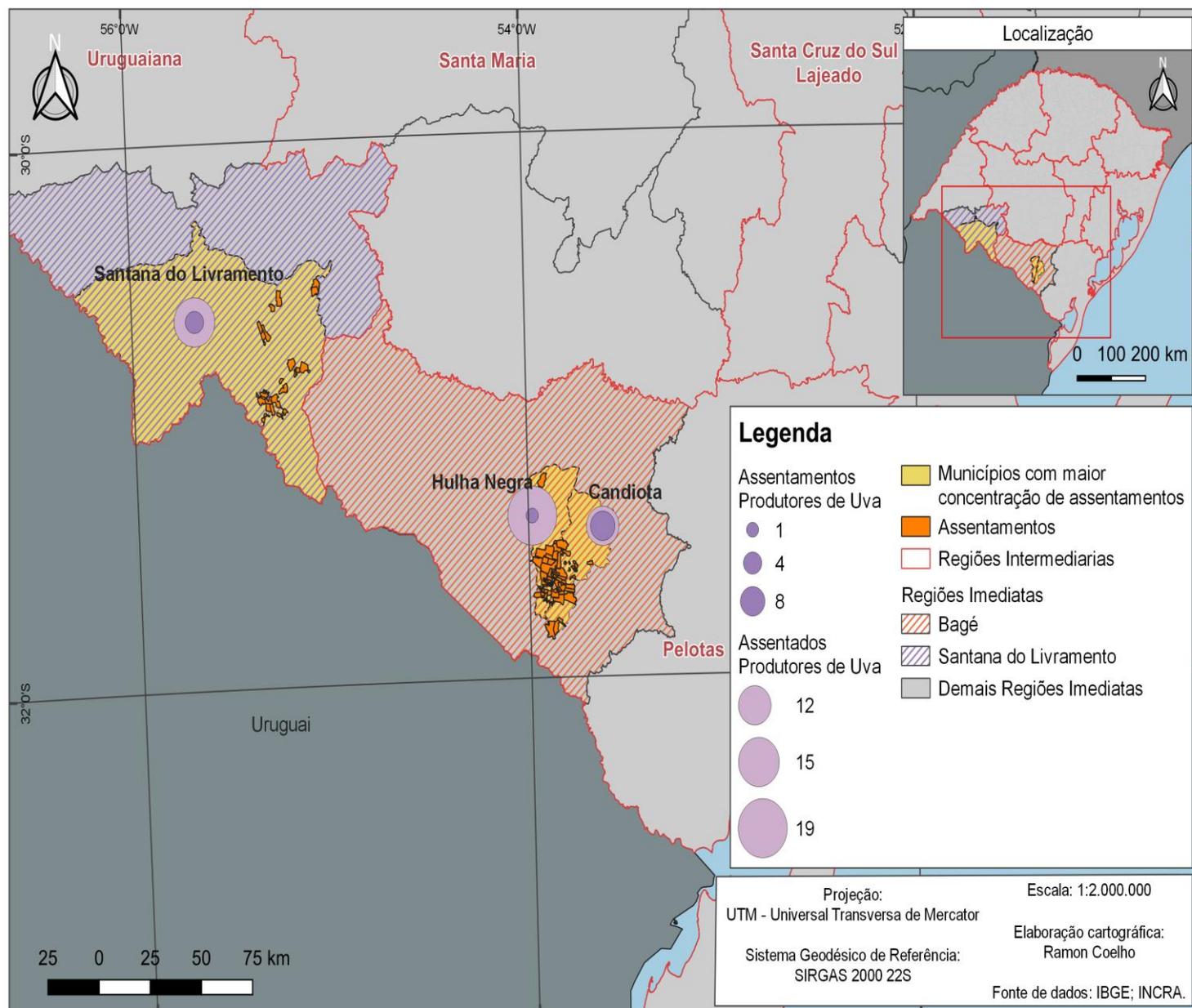
De modo geral a Tabela 1, demonstra a potência existente na aposta da produção de uvas na região da Campanha Gaúcha, pois a região contempla 85 assentamentos, com 2.718 famílias assentadas distribuídas nos municípios de Santana do Livramento, São Borja, Manoel Viana, Candiota e Hulha Negra. Ao todo são 48 agricultores assentados produtores de uva distribuídos numa região extensa com diversidade de identidades, paisagens e de novos e velhos territórios.

A partir da análise da Tabela 1 e também da Tabela 2, observa-se, o porquê da escolha do município de Santana do Livramento como objeto deste estudo, em um âmbito que envolve a sua importância relacionada a produção nos assentamentos da região da Campanha Gaúcha, especialmente, a produção de uvas. O município possui 30 assentamentos na região, que abrigam 928 famílias e destes assentamentos 4 produzem uvas e vinhos, envolvendo 15 produtores de uvas e 11 de vinhos, especificamente.

Em relação a Tabela 2, observa-se um detalhamento relacionado aos locais de produção de uvas e vinhos na região da Campanha Gaúcha e também, atenta-se para a maior quantidade de produtores de uvas e vinhos somados dos assentamentos da região, ambos concentrados no município de Santana do Livramento, o que reforça a escolha por este município como objeto deste estudo. Ainda em relação aos dados apresentados na Tabela 2, observa-se que há assentamentos que são estaduais e federais compondo o universo desta pesquisa.

Na Figura 3 a seguir, está demonstrada qual é a espacialização dos municípios contidos na Tabela 2, bem como dos respectivos assentamentos de cada um desses municípios, sendo evidenciadas as distâncias geográficas entre cada um dos 3 municípios, bem como entre cada um dos assentamentos produtores de uva na Campanha Gaúcha instalados em Santana do Livramento, Hulha Negra e Candiota.

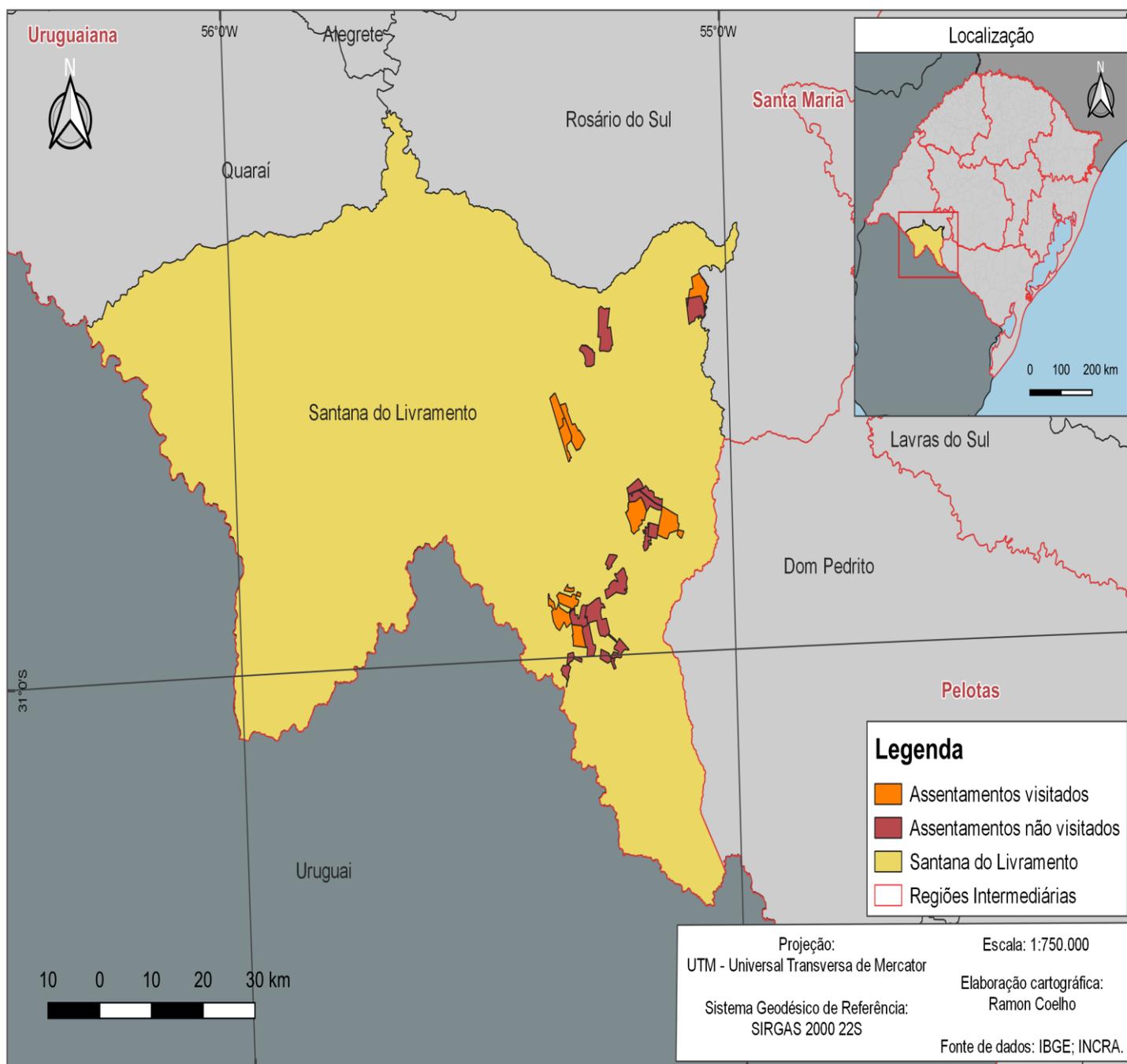
Figura 3: Mapa da localização dos municípios e assentamentos com produção de uva na Campanha Gaúcha.



Fonte: IBGE/INCRA (2022).

Em sequência, na Figura 4 estão representados os assentamentos localizados no município de Santana do Livramento, recorte da pesquisa, nos quais há produção de uvas. Os assentamentos representados são: PA Bom Será, PA Cerro do Munhoz, PA Frutinhas, PA Herdeiros de Oziel, PA Santa Maria.

Figura 4: Mapa localizando os assentamentos com produção de uva em Santana do Livramento - RS.



Fonte: IBGE/INCRA (2022).

Assim, diante deste cenário, compreende-se a importância do desenvolvimento de estudos com temáticas envolvendo: a reforma agrária, a presença dos assentamentos nas localidades, suas relações produtivas e como estas relações impactam a sociedade onde estão inseridas estas organizações.

Portanto, ao garantir as terras nas quais futuramente serão produzidas novas culturas agrícolas, como a viticultura, para além da dinamização sócioeconômica trazida, há também uma fixação do homem no campo, que além da segurança alimentar, desenvolve novas formas de relações com o meio ambiente, que visam um respeito à manutenção das outras vidas não humanas, como o que é estabelecido pelos princípios da agroecologia, por exemplo.

1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS

PROBLEMA DE PESQUISA

O cenário apresentado acerca da região da Campanha Gaúcha até aqui, instigou os questionamentos que deram origem ao problema de pesquisa desta tese. Logo, de acordo com Koche (1997, p. 106), o problema de pesquisa identifica os possíveis caminhos que devem ser seguidos pelo investigador. Afirmando também, que um problema de investigação delimitado expressa a possível relação entre, no mínimo, duas variáveis conhecidas. A partir disso, três variáveis são cruzadas para dar luz à esta problemática: a reforma agrária/assentamentos rurais, viticultura/vitivinicultura e identidade.

Deste modo, o problema que embasa esta tese é: A viticultura desenvolvida nos assentamentos rurais da Campanha Gaúcha é uma alternativa de diversificação da produção agrícola ou é uma expressão cultural dos agricultores assentados reterritorializados na Campanha Gaúcha?

Para auxiliar na elucidação desse questionamento, a seguinte hipótese é apresentada : Os assentados da região da Campanha Gaúcha ao diversificarem sua produção agrícola com a prática da viticultura expressam os seus saberes tradicionais, ao mesmo tempo em que respondem às demandas das políticas públicas.

OBJETIVO GERAL

Compreender como se dá o processo de implantação e crescimento da viticultura, como alternativa de produção agrícola dos assentamentos de Santana do Livramento-RS enquanto expressão da cultura dos agricultores assentados associada às políticas públicas de créditos destinadas a este cultivo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar e espacializar os assentamentos produtores de uva na Campanha Gaúcha por município e número de produtores, além da área ocupada pela produção vitícola;
- Reconhecer e justificar as razões, entre os assentados, para a implantação desta alternativa que diversificou a produção dos assentamentos em Santana do Livramento, além das políticas públicas de fomento da referida produção;
- Identificar as políticas de crédito adotadas e voltadas para a produção vitícola nos assentamentos rurais de Santana do Livramento, sejam elas municipais, estaduais ou federais;
- Evidenciar as repercussões territoriais desta atividade agrícola, tanto na escala local, municipal ou regional;
- Conhecer e compreender os impactos nos assentamentos do enraizamento da produção vitícola decorrente das políticas públicas associadas aos saberes tradicionais dos assentados como fator de sua construção identitária.

1.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O ato de pesquisar nasce, a partir de uma curiosidade e de uma experiência tomados como processos sociais e intersubjetivos. Podemos chamá-lo de uma experiência disciplinada pelas práticas de uma coletividade. (FOUCAULT, 1975). Assim, a pesquisa adquire um caráter direcionado à compreensão dos processos sociais e suas interfaces, priorizando determinados espaços a serem estudados, de acordo com as pretensões individuais dos pesquisadores.

Para Morin (2004), o pensamento que quer situar-se no cerne da dialética filosofia-ciência-ação-existência deve pretender-se não apenas como pensamento planetário, mas como pensamento antro-po-micro-macroscópico. Para o autor este é o único meio de evitar petrificações denominadas; cientificismo, filosofismo e pragmatismo.

Diante deste cenário, é lançada a mão de estratégias de pesquisas, que auxiliem no alcance dos objetivos propostos de um determinado estudo. Assim, o método utilizado nesta tese foi o dialético, que de acordo com Spósito (2004), é um

método que visa entender o objeto como um todo, ultrapassa a simples aparência, buscando a verdade, ou seja, a essência dos objetos, os processos formadores deste.

De acordo com Mézaros (2006), o método dialético é importante por aplicar na realidade da sociedade os conceitos da teoria marxista ao falar sobre a importância da propriedade privada e da propriedade fundiária. Para Mézaros (2006, p. 128-129):

“A análise de Marx parte de definir a propriedade privada como capital, e desse ponto de vista contrasta uma de suas formas (propriedade fundiária) com outra (propriedade móvel ou capital industrial). Somente se o capital industrial for compreendido como a “expressão pura” do capital, pode-se definir a propriedade privada como capital, e a propriedade fundiária – em seu contraste com o capital industrial – como “capital ainda incompleto” (...).”

Portanto, com a aplicação do método dialético é possível que sejam trabalhadas as diferentes expressões das propriedades do capital, seja do capital industrial, seja da propriedade fundiária, assim, segundo o autor a propriedade fundiária estaria numa etapa de capital ainda incompleto.

Ao abranger na escala de análise também a faceta da realidade fundiária do capital, é possível desenvolver, o que foi apresentado na sequência desta pesquisa, a questão da reforma agrária, desde o nível nacional, passando pela reforma agrária no Rio Grande do Sul até chegar a reforma agrária na região da Campanha Gaúcha.

Segundo Lefebvre (1983, p. 171), ao realizar um trabalho fundamentado no método dialético: “[...] os pesquisadores confrontam suas opiniões, os pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as oposições e contradições; e tentam elevar-se a um ponto de vista mais amplo, mais compreensivo”.

A escolha metodológica adotada foi a qualitativa e descritiva. Para Oliveira (1999, p. 117):

“As pesquisas que possuem uma abordagem qualitativa possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de determinada hipótese ou problema, [...] e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos”.

A utilização da abordagem qualitativa no método dialético relaciona-se a um processo detalhado envolvendo a observação e a análise do real (trabalho de campo), podendo colocar em xeque, muitas vezes, os vários dados estatísticos

coletados ou mesmo adquirir informações necessárias para construir os fundamentos da pesquisa. (SALVADOR, 2012).

A abordagem qualitativa de acordo com Almeida (1989), é utilizada quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não necessita, necessariamente, de quantificação.

Assim sendo, neste tipo de abordagem na Geografia deve-se prescindir de um roteiro, ou melhor, de uma trilha a pesquisar com vistas a um resultado que seja embasado e articulado dentro do escopo do qual esta área do conhecimento está diretamente ligada, ou seja, da compreensão do homem e da natureza e suas relações.

Em relação ao descritivo, Gil (2002, p. 42), aponta que esse tem “como objetivo primordial descrever as características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Para um melhor aproveitamento da metodologia proposta, faz-se uso da observação científica direta, que deve ser sistematizada, a partir da ideia de que se “utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar” (LAKATOS; MARCONI, 1992, p. 107).

De acordo com Rudio (1986, p. 33), a diferença entre a observação simples e a técnica científica da observação, é que:

“A observação científica surge, não para destruir e negar o valor da observação vulgar, mas para valer-se das possibilidades que ela oferece, completando-a, enriquecendo-a e aperfeiçoando-a, a fim de lhe dar maior validade, fidedignidade e eficácia”.

Sendo assim, para a elaboração das entrevistas a observação científica direta da situação dos assentamentos foi fundamental. A maneira como os agricultores assentados vivem, produzem e se organizam foi levada em conta tanto na elaboração quanto na aplicação das entrevistas, para que fosse possível entender a realidade dos assentamentos e aprimoramento do roteiro das entrevistas.

Por isso foi crucial entender a realidade local dos assentamentos para o desenvolvimento de um método e técnicas de pesquisa adequadas, e que aqui, anteriormente foram apresentadas, no que Almeida (1989) chama de fase de pré-teste.

Deste modo, quanto ao tipo de observação utilizada nesta pesquisa, foi empregada a observação não-participante, na qual o pesquisador não participa

diretamente da realidade do entrevistado, havendo sobretudo a relação momentânea durante a realização da entrevista. (ALMEIDA, 1989).

Há que se destacar, no entanto, que ao mesmo tempo que foi realizada a observação não-participante, a pesquisa tem um caráter exploratório, ou seja, de investigação científica das peculiaridades (ALMEIDA, 1989). Portanto, diversas particularidades do grupo familiar, da estrutura produtiva e das relações socioeconômicas dos agricultores assentados foram levantadas e averiguadas ao longo da pesquisa.

Ressalta-se, que entrevistas foram aplicadas junto à integrantes de algumas das famílias dos agricultores assentados, que se dispuseram a ser entrevistados. As respostas foram anotadas pelo pesquisador e posteriormente analisadas quanto às suas definições e o tipo de vocabulário empregado, conforme orienta Kaufmann (2013).

Para ser possível organizar roteiros de entrevistas, Kaufman (2013, p. 68), sugere utilizar entrevistas semiestruturadas, que são “as entrevistas nas quais o entrevistador opta por preparar um roteiro pré-definido para elaborar os seus questionamentos ao entrevistado”. A partir disso, ainda Kaufman (2013, p.114), destaca que: “o entrevistador deve jogar com firmeza. Quando ele fareja a expressão de comportamento ou opiniões pessoais através do estilo indireto, é evidente que queira descortiná-lo para que o entrevistado fale mais abertamente”.

Segundo no entendimento acerca da entrevista semiestruturada, é importante esclarecer que, devido à estrutura da entrevista ser semiestruturada, o pesquisador é capaz de garimpar mais dados que podem ser relevantes e pelos quais ele não, necessariamente, pode ter conhecimento antes da preparação das entrevistas. Portanto, o pesquisador pode descortinar novas situações, visualizando em mais detalhes a respeito do que o entrevistado está expondo.

Para a preparação, elaboração e aplicação das entrevistas semiestruturadas, Rudio (1986, p. 92), define que as entrevistas “[...] possuem técnicas próprias de elaboração e aplicação, que precisam ser obedecidas, como garantias para a sua validade e fidedignidade”.

Pode-se destacar, além da afirmação do autor, que a observação de dados secundários deve ocorrer anteriormente à aplicação das entrevistas ou, no máximo, durante a realização das mesmas. Tal fato preserva a atenção do entrevistador às perguntas que está realizando ao entrevistado. (RUDIO, 1986).

Corroborando com esta ideia, Gil (1999) aponta que, entrevista semiestruturada para a obtenção de dados mais precisos em uma pesquisa se faz indispensável, pois a entrevista pode ser definida como uma técnica na qual o investigador apresenta-se ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obter os dados que interessam à pesquisa, e à medida que o pesquisador a conduz com habilidade, poderá após seu término, reconstruí-la de forma mais estruturada, tornando possível sua análise objetiva.

A entrevista, ainda segundo Gil (2002), é uma das técnicas de coleta de dados bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram.

Para Lakatos; Marconi (2003, p. 196), a entrevista semiestruturada é aquela em que o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. Assim, a entrevista semiestruturada para esta pesquisa foi desenvolvida por meio de um questionário, que se encontra no Apêndice dessa pesquisa, e que de acordo com Lakatos; Marconi (2003, p. 200), é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas.

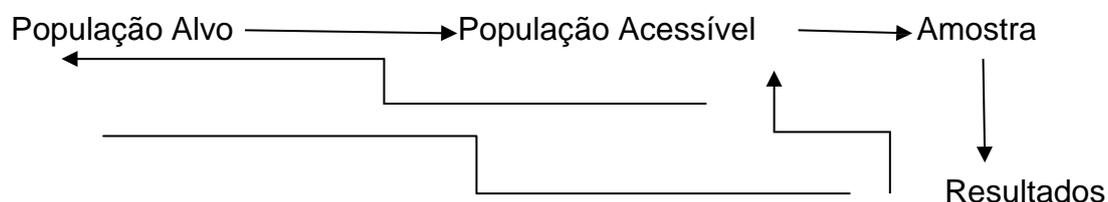
Seguindo na coleta de dados desta tese, foram realizadas pesquisas de fontes secundárias nos sítios eletrônicos de instituições públicas e particulares como: Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN), atual União Brasileira de Vitivinicultura (UVIBRA), EMBRAPA Uva e Vinho, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação de Economia e Estatística (FEE), atual Departamento de Economia e Estatística (DEE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretaria de Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul (SDR - RS), Secretaria Especial do Desenvolvimento Agrário – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEDA - MAPA) e do Núcleo de Estudos Agrários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NEAG/UFRGS).

Quanto à amostragem e a sua importância metodológica, sabe-se que o primeiro passo nesta técnica de acordo com Almeida (1989, p. 82), é “a identificação da população representada no estudo”.

Perante a existência de perguntas, que vão desde a produção dos lotes dos agricultores até o seu gênero e idade, foi mantido o sigilo dos nomes dos entrevistados. Após a identificação da população-alvo da amostra, optou-se pela

etapa do processo de escolha da população acessível, como demonstrado na Figura 5.

Figura 5: Processo de escolha da população acessível.



Fonte: Almeida (1989, p. 82).

Os entrevistados foram selecionados a partir de uma amostra variável de escolha, seguindo o que Almeida (1989), define como amostra aleatória simples e que é aplicada em situações de grande variação amostral, como é o caso dos assentamentos de Santana do Livramento-RS. Segundo este tipo de abordagem, Rudio (1986, p. 92), afirma que “o que é relevante para a pesquisa é a qualidade das entrevistas, e não a sua quantidade”.

Para o tratamento dos dados e respectiva seleção das falas dos agricultores assentados, optou-se pelo método da análise do discurso, pois conforme Carvalho e Gonzaga (2010, p. 3):

“[...] A noção de sentido constitui parte integrante da noção de discurso visto que muitas vezes os significados das palavras vão muito além daquilo que se encontra nos dicionários, ou seja, elas tomam formas (ou sentidos) aos quais vão de interesse do sujeito que as pronuncia. Desta forma, o sujeito discursivo é peça chave na elaboração do discurso utilizando o mesmo para demonstrar seus anseios e perspectivas além de se caracterizar por apresentar heterogeneidade em seus discursos através de sua constituição nas relações sociais principalmente”.

Os autores citados destacam que a noção da técnica da análise do discurso, muito embora tenha este nome, o que deve ser levado em consideração é o sentido que as palavras dos entrevistados adquirem, e não apenas, o conteúdo do texto que deve ser.

A partir da coleta de dados secundários nas fontes anteriormente citadas, que de acordo com Rudio (1986), devem ser realizadas antes do deslocamento ao campo, foram elaborados questionários para a realização das entrevistas semiestruturadas com os agricultores assentados rurais dos 9 assentamentos de Santana do Livramento- RS, alvo da pesquisa, bem como das autoridades e

lideranças políticas locais, assim como estão detalhadas nas tabelas 3 e 4 seguintes:

Tabela 3: Entrevistas realizadas nos assentamentos nos anos de 2018 e 2019.

Ano da entrevista	Mês da entrevista	Assentamento visitado	Quantidade de assentados entrevistados
2018	1ª quinzena de junho	Sepé Tiaraju III	1
2018	1ª quinzena de junho	Bom Será	4
2019	1ª quinzena de abril	Cerro do Munhoz	5
2018	1ª quinzena de junho	PA Posto Novo/ Morro da Cruz	1
2018	1ª quinzena de junho	PA Coqueiro	1
2018	1ª quinzena de junho	PA Jupira/São Leopoldo	2
2018	1ª quinzena de junho	São Leopoldo	1
2018	1ª quinzena de junho	Conquista do Cerro da Liberdade	1
2019	1ª quinzena de abril	Apolo	2
2019	1ª quinzena de abril	Recanto	1
			Subtotal 1 de entrevistas: 19

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Tabela 4: Entrevistas com técnicos agrícolas realizadas nos anos de 2018 e 2019.

Ano da entrevista	Mês da entrevista	Quantid. Liderança local entrevistada	Ano da entrevista	Mês da entrevista	Quantid. de técnico agrícola
2018	2ª quinzena de junho	4	2019	1ª quinzena de abril	3
Subtotal Nº 2 de entrevistas : 4			Subtotal Nº 3 de entrevistas: 3		

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Assim, analisando as tabelas anteriores, foram 3 idas à campo, 2 em 2018 e 1 em 2019. Das idas em 2018 foram visitados 9 assentamentos no qual foram entrevistados 11 assentados na primeira quinzena do mês de junho. Na segunda quinzena de junho de 2018 ocorreu outra ida à campo, onde foram entrevistadas mais 4 lideranças políticas. Totalizando no mês de junho de 2018 15 entrevistados.

A terceira ida à campo aconteceu na primeira quinzena do mês de abril em 2019, onde foram visitados 3 assentamentos. Nesta visita foram entrevistados 8 assentados e mais 3 técnicos agrícolas. Totalizando 11 entrevistas no mês de abril de 2019.

O total de entrevistas no município de Santana do Livramento foi de 26 pessoas, sendo 15 em 2018, divididos entre 11 assentados e 4 lideranças políticas locais em duas visitas no mês de junho de 2018. E em 2019 foram 11 pessoas entrevistadas, divididas entre 8 assentados e 3 técnicos agrícolas, no mês de abril. Ao somar as entrevistas contidas nas tabelas 3 e 4 totalizam assim, os 26 entrevistados.

Acerca da análise metodológica da pesquisa, a mesma foi trabalhada a partir da análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (2009), é uma análise que visa o contexto da realidade social – e local – destes atores, e não apenas o conteúdo das respostas propriamente dito.

Segundo a autora, apenas depois da análise da metodologia é possível partir para as categorias dos elementos constitutivos das mensagens, ou seja, das particularidades das trajetórias de vida de cada assentado rural que levaram estes a optar pela prática agrícola vitivinícola.

Neste sentido, a partir da proposta desta tese, que visa entender se a viticultura desenvolvida nos assentamentos rurais da Campanha Gaúcha é uma alternativa de diversificação da produção agrícola, alguns pontos começam a ser destacados como: com a implementação dos assentamentos oriundos da reforma agrária na região da Campanha Gaúcha, uma parte da propriedade privada fundiária mudou de mãos, deixando de ser, exclusivamente, dos latifundiários há séculos instalados na região e passando para os agricultores rurais sem terra, o que demonstra uma nova configuração sócio, espacial, econômica e ambiental surgindo e se consagrando nesta localidade, e que será abordada nos capítulos que seguem desta pesquisa.

CAPÍTULO 2

A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E SEUS ASPECTOS

O Brasil é o quinto maior país do mundo em relação à extensão territorial, são mais de 8 milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados de território, o que o torna o maior país do Hemisfério Sul, sendo deste um total de 41% de terras agricultáveis. (IBGE, 2020).

Apesar deste cenário, as terras brasileiras disponíveis e aptas para o cultivo agrícola jamais foram distribuídas de maneira igualitária entre a população, muito menos ocorreu até a atualidade, uma reforma agrária verdadeiramente inclusiva e universal, diferente do que ocorreu em países, como exemplo, do México, Japão ou dos Estados Unidos.

De acordo com Oliveira (1988), há com a Lei de Terras, no ano de 1850, uma tentativa tardia na história brasileira quanto à organização do território. No entanto, antes disso, ocorreram outras tentativas de ocupação e colonização das terras brasileiras para fins de povoamento, a partir de decretos da Coroa Portuguesa entre os séculos XVI e XVIII, tais como a criação das capitânicas hereditárias, das sesmarias e de decretos de ocupação das chamadas terras devolutas, que eliminariam os sítios volantes dentro dos grandes latifúndios rurais.

A Lei de Terras surge em um momento histórico no Brasil, durante o segundo Reinado, onde o Imperador Dom Pedro II teve a atitude de promulgá-la, chamando a atenção por ocorrer trinta e nove anos antes da lei que “libertou os escravos”, a Lei Áurea, um marco para o fim do período imperial no país, pois em 1889 ocorreria o primeiro golpe militar brasileiro e em 15 de novembro do mesmo ano, a Proclamação da República.

É importante ressaltar, que a antecipação em quase quatro décadas da Lei de Terras em relação à Lei Áurea não foi uma coincidência. Para as elites agrárias brasileiras era mais interessante trazer colonos do continente europeu (alemães, italianos, espanhóis, portugueses, russos, poloneses, entre outros) para promover a colonização do interior do país e incentivar um embranquecimento da população, do que libertar pessoas cativas negras.

A longa demora na libertação das pessoas em situação de escravidão, em sua quase totalidade vindos das mais diversas partes do continente africano e tratados pelos proprietários como meras mercadorias, demonstra a verdadeira

intencionalidade da aristocracia agrária do Brasil. A chegada dos colonos europeus entre os séculos XVIII e XIX nas fazendas, sobretudo as fazendas de café, situadas no sudeste brasileiro ocorreu sob a forma de trabalho assalariado, bem diferente da maneira como ocorria à época com as pessoas que foram escravizadas.

A “libertação” de todo um contingente populacional sem planejamento e apenas em 1888, deixou como marca no território agrário brasileiro uma significativa desigualdade social duradoura até os dias atuais. Um exemplo dos vestígios desta época de escravização da mão-de-obra é a exclusão de milhares de trabalhadores rurais da posse da terra.

Deste modo, somente em 1964, no início da ditadura militar brasileira é que foi promulgada uma nova lei para tratar a questão agrária, o Estatuto da Terra. Tal estatuto tinha como principal objetivo eliminar os latifúndios no país, além de promover a colonização do território nacional. Uma das consequências deste estatuto foi a criação do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Sobre este estatuto, relata Medeiros (2004, p. 24):

“Ao mesmo tempo, a legislação transformava a noção de direito à terra em um conjunto de normas [...] um sistema de definições e enquadramentos. Em suas ambiguidades, ele instaurou as bases para uma disputa que se estende até os dias de hoje sobre as condições de obtenção de terras para a reforma agrária, propriedades que podem ser desapropriadas e em que circunstâncias se constitui odireito à terra”.

Segundo na compreensão acerca do cenário estabelecido pela criação do Estatuto de terras, Fernandes (2014, p. 36), aponta que:

“Tal como a Lei de Terras 1850, o estatuto de 1964 foi escrito “pra inglês ver”. O documento foi elaborado por um comitê executivo de revisores do próprio regime, com vistas a eliminar o latifúndio e promover a agricultura familiar através da redistribuição de terras, numa aposta de constituição de uma classe média rural. A essência do estatuto final, entretanto, foi transformada por representantes da oligarquia rural no Congresso”.

Neste sentido, posteriormente, surgem nas décadas de 1970 e 1980 os movimentos sociais da luta pela terra, mais notadamente o MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que herdou uma significativa parcela dos extintos movimentos sociais agrários, tais como as Ligas Camponesas e do MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra. Segundo afirmam, Stedile e Fernandes (1999, p. 17):

[...] No Sul tivemos, antes do golpe, a experiência do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MST)... passou a organizar sindicatos. O MST nasceu no Sul em função de um conjunto de fatores, que tem suas raízes nas condições objetivas do desenvolvimento da agricultura. Mesmo assim, nós do MST nos consideramos herdeiros e seguidores das Ligas Camponesas, porque aprendemos com sua experiência histórica e ressurgimos com outras formas.

Doravante, houve como consequência uma repercussão da luta pela terra na mídia brasileira, e a criação dos PNRAS's – Planos Nacionais da Reforma Agrária. O primeiro realizado pelo governo de José Sarney de Araújo Costa (1985 - 1990) e o segundo realizado no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2002 – 2010).

Entretanto, segundo Fernandes (2014), a política de distribuição de terras que provocou sérios embates entre latifundiários e pequenos agricultores sem terra, passou a seguir, regras para efetivar sua ocupação.

Tanto o primeiro quanto o segundo PNRA's tiveram sérios problemas na efetivação da política de distribuição de terras no território nacional. No primeiro caso, nos meados da década de 1980 as sucessivas crises econômicas e o reduzido apoio governamental impediram que a reforma agrária obtivesse êxito.

No segundo PNRA, nos primeiros anos do século XXI, as tentativas de realização da reforma agrária enfrentaram entraves, tanto de via jurídica, quanto no Congresso Nacional, dominado pela bancada ruralista, o que impediu um maior avanço das políticas de distribuição de terras no Brasil.

Em virtude dessas considerações, dinamizadas pelas consequências econômicas, culturais, ambientais e sociais do posterior processo de reforma agrária, Verdum (2004, p. 40), afirma que:

“[...] evidencia-se a importância de se poder avaliar essa pressão associada às diferentes fases de ocupação do território. Pode-se buscar a existência de diferenciação das formas de pressão agrícola a partir da diversidade de processos históricos, identificando a persistência das heranças, nas práticas agrícolas”.

Portanto, conforme aponta Mertz (2002, p. 34), “as ações dos habitantes sobre o território levam à formação, apogeu e crise dos mais variados tipos de territórios nas regiões”. O que traz a compreensão acerca da complexidade das desigualdades no setor agrário brasileiro, bem como dos movimentos de enfrentamento e resistência às heranças geradas por esse processo.

2.1 A REFORMA AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL

A luta pela reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul vem ocorrendo desde os anos 1960, em consonância ao que vinha acontecendo em âmbito nacional, como anteriormente abordado. De acordo com Silva (2004), esta luta teve seu início, primeiramente, a partir de movimentos como o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e das ligas camponesas.

Após os anos 1970 até os dias atuais, se faz perceptível o destaque do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado do Rio Grande do Sul como o principal responsável pela organização da luta pela terra, que culminou na construção dos assentamentos. Assim, segundo Chelotti (2006, p. 20):

“[...] a década de 1990 é marcada pelo avanço da luta pela terra e conquista de territórios pela agricultura familiar no cerne do espaço latifundiário da Campanha Gaúcha, onde a partir da instalação dos assentamentos rurais pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Governo Estadual, houve a divisão do latifúndio pastoril em pequenas unidades de produção familiar e a reterritorialização de milhares de indivíduos que migraram para esta região”.

O estado do Rio Grande do Sul possui um histórico de concentração de terras no seu território, principalmente na Metade Sul, desde o século XVIII, no início da ocupação territorial. O que ocorreu foi o fato da Coroa Portuguesa distribuir sesmarias a alguns membros das forças militares, em troca da proteção ao território fronteiriço tendo surgido aí o latifúndio pastoril. (CHELOTTI, 2006).

Portanto, este quadro de predominância do latifúndio no Estado sofrerá um abalo, primeiro com a criação do MST no início da década de 1980, com o episódio conhecido como Encruzilhada Natalino e, posteriormente, com a implementação de diversos assentamentos instalados na região da Campanha Gaúcha pelo governo estadual na gestão de Olívio de Oliveira Dutra (1998 - 2002), a partir da criação do Gabinete da Reforma Agrária.

Explica-se, dessa forma, o fato de o MST ter iniciado a sua trajetória justamente no Rio Grande do Sul, haja vista, que o processo de luta pela terra vinha ocorrendo desde os anos 1980. A partir do final de década de 1990 e início dos anos 2000, houve uma inversão na distribuição dos assentamentos, ou seja, a maioria dos assentamentos criados pelo Estado e pelo INCRA estava localizada na Campanha Gaúcha e não mais no Norte do RS, como ocorria até então.

Deste modo, há uma grande importância em ter uma produção participativa dos camponeses assentados, trabalhando coletivamente através dos Grupos Gestores nos assentamentos. Esta prática, inclusive, pode gerar uma certificação participativa, que de acordo com a COTAP (2016), é um processo onde as próprias famílias produtoras de agroecológicos certificam umas às outras, sem a necessidade de que uma empresa faça o papel de reguladora.

Esta prática pode gerar frutos positivos, que seguem na determinação de uma nova legislação para o cultivo de produtos agroecológicos. Um exemplo disto, foi a implementação do Decreto N^o 7.794 – 2012, que estabelece a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO. (CASA CIVIL, 2016).

Assim, de acordo com a Casa Civil (2016), este decreto que institucionalizou a PNAPO trouxe maior segurança ao mercado produtor, distribuidor e consumidor dos alimentos de origem agroecológica ao garantir cotas para reservar a venda dos produtos de origem na agricultura agroecológica, bem como a reserva dos espaços nas compras efetuadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para este tipo de produção agrícola.

A prática da produção participativa e agroecológica para os trabalhadores assentados no Rio Grande do Sul, traz resultados significativos como o aumento da participação crescente em feiras ecológicas e/ou convencionais. Para Felippi (2002, p. 153):

“[...] soma-se aos agentes existentes até então, transnacionando bens de produção convencionais (com manutenção da prática de quimificação das hortas), o crescimento da produção e, portanto, da comercialização de bens de origem orgânica (ecológicos)”.

Corroborando com esta ideia Guhúr e Tomás (2012, p. 57), apontam que:

“[...] a agroecologia exige que o camponês passe a assumir uma posição ativa, de pesquisador das especificidades de seu agroecossistema para desenvolver tecnologias apropriadas não só às condições locais de solo, relevo, clima e vegetação, mas também às interações ecológicas, sociais, econômicas e culturais [...]”.

Neste sentido, estas práticas ecológicas auxiliam no papel da sustentabilidade dos assentamentos rurais e atuam como um elemento positivo à sua manutenção, enquanto uma bandeira da luta pela reforma agrária, além do mais, os assentados que fazem uso do plantio ecológico, carregam em suas práticas agrícolas suas tradições familiares, seus saberes, bem como seus modos de vida distintos.

Em conformidade com esta ideia, Cardoso (2003, p. 66), aponta que “a implantação dos assentamentos rurais não causa apenas impactos negativos à biodiversidade selvagem, pois eles contribuem de forma decisiva para a manutenção de um número significativo de espécies”.

Os autores foram enfáticos neste ponto, sobretudo, porque a agricultura orgânica praticada por parte dos agricultores assentados tem por princípio a não-utilização de produtos químicos industriais em suas produções agrícolas, ajudando assim, na manutenção do bioma local e na preservação da vida como um todo.

2.2 A REFORMA AGRÁRIA NA CAMPANHA GAÚCHA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS ASSENTAMENTOS.

A reforma agrária na Campanha Gaúcha e as repercussões territoriais advindas deste processo político de luta e conquista da terra para os agricultores assentados, são tanto uma forma de organização do trabalho em meio rural, quanto um modo de reprodução dos saberes, culturas e costumes sociais destas comunidades, formadas a partir de um processo contínuo e ininterrupto da luta pela terra nessa região do estado do Rio Grande do Sul.

A região da Campanha Gaúcha tem como atividade econômica principal a produção primária, sobretudo, a pecuária e nas últimas décadas tem testemunhado a chegada da produção de soja. Esta região, historicamente, possui uma tradição de colonização portuguesa, de consolidação e predomínio do latifúndio.

Estas características estão passando por um certo dinamismo, advindo do processo de reforma agrária, ocorrido desde o último quartel do Século XX. Assim, segundo Chelotti e Pessôa (2007, p. 7), é a partir da instalação dos assentamentos na Campanha Gaúcha que:

“O processo de reterritorialização desses agricultores, principalmente em áreas típicas da pecuária de corte extensiva, tem potencializado, embora timidamente, a diversificação da matriz produtiva regional, historicamente alicerçada na pecuária extensiva e no cultivo da lavoura orizícola”.

Corroborando com a compreensão desta temática, as políticas públicas direcionadas aos assentamentos da Campanha Gaúcha, estabelecidas entre os anos de 1999 a 2003, durante o mandato do governador Olívio de Oliveira Dutra, foram uma das consequências da reforma agrária no Rio Grande do Sul, mediante

ao apoio do Gabinete Especial da Reforma Agrária do governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Estas políticas públicas tiveram como finalidade o início da produção vitícola nos assentamentos da Campanha Gaúcha, desenvolvidas assim, há pouco mais de 20 anos nestes espaços. De acordo com Silva e Medeiros (2018), havia um cenário sociopolítico favorável, com tais políticas voltadas ao incentivo da diversificação da produção, onde a viticultura foi uma das culturas elencadas para alavancar o desenvolvimento socioeconômico da Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Segundo Rathmann *et al* (2008), as políticas públicas de incentivo à produção referidas se tratam do Programa de Fruticultura Irrigada da Metade Sul do RS (PDFIMS/RS) e do Programa Estadual de Fruticultura (PROFRUTA/RS), políticas estas ocorridas, a partir de 1997, que objetivam o plantio e o comércio de frutas.

Ainda no contexto da importância das políticas públicas instituídas no final dos anos 1990 pelo governo do estado do Rio Grande do Sul e voltadas para a fruticultura, mais especificamente, para a viticultura, Chelotti e Pessôa (2007, p. 13), destacam a relevância destas para os assentamentos da região, quando apontam que:

“Em função do apoio governamental em incentivar o desenvolvimento da fruticultura nos municípios da região, como o programa do Governo Estadual Pró-Fruta, essa atividade também tem ganhado espaço nos assentamentos rurais, tornando-se mais uma atividade geradora de renda”.

Neste sentido, pode-se afirmar, portanto, que a importância da reforma agrária na região da Campanha Gaúcha deve-se, entre outros fatores, pela presença de assentamentos nesta região, organizações estas que geram dinamização na produção social, ambiental, econômica e política tanto nas localidades onde são instaladas, quanto nos espaços em seu entorno.

CAPÍTULO 3:

AS ESCALAS GEOGRÁFICAS DOS ASSENTAMENTOS DA CAMPANHA GAÚCHA COM PRODUÇÃO VITÍCOLA E AS SUAS REPERCUSSÕES NO TERRITÓRIO

Ao longo dos estudos na academia geográfica há paradoxos e até certas confusões por parte dos pesquisadores, relacionados ao significado de uma escala e da sua definição quanto a ser cartográfica ou geográfica. Portanto, é possível de se imaginar as calorosas discussões geradas pela busca do real significado deste instigante tema.

Seguindo nesta compreensão, Castro (1995, p. 123), aponta que a escala geográfica de análise é “a medida que confere visibilidade ao fenômeno. Ela não define, portanto, o nível de análise, nem pode ser confundida com ele, estas são noções independentes, conceituais e empíricas”.

Um exemplo de percepção acerca da escala geográfica, pode ser observado em alguns agricultores assentados na Campanha Gaúcha, quando perguntados sobre seu local de origem e a sua atual situação, identificadas por meio de expressões como: “eu era **lá do norte** do estado”, “a gente veio de **lá para cá**”, “no **norte** a gente não tinha a nossa própria terra como **agora** a gente tem **aqui**”, “**aqui** na Campanha **agora** a gente planta uma safra de milho só por ano, **lá** de onde a gente veio do norte a gente tinha duas e até três safras por ano, dependia do tempo daí”.

A noção de que a maioria dos agricultores veio “do norte” – do estado do Rio Grande do Sul - para “aqui, a Campanha” – região sudoeste deste mesmo estado - demonstra o quanto estes atores conhecem e conseguem trabalhar, mesmo que de forma empírica, com o nível de análise local da escala geográfica.

Neste sentido, as expressões trazidas demonstram um domínio empírico que os atores territoriais, agricultores assentados, têm acerca de escala geográfica: as lembranças trazidas da terra de origem não foram esquecidas, servindo de comparativo entre o antigo e o novo território. É o processo de T – D – R, ou seja, Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização.

Na compreensão sobre escala geográfica por parte destes atores territoriais, é notável a presença de um empirismo, pois eles não sabem, conceitualmente, o que é a escala geográfica, nem o nível de análise desta, porém conseguem

perceber o quanto a sua terra de origem era diferente do seu território atual e esta percepção leva a uma comparação entre a situação de sua vida presente e da anterior.

Em relação à conceituação de escala geográfica, autores como Racine, Raffestin e Ruffy (1983), defendem que a escala deve servir como uma ação mediadora das configurações observadas, quando apontam que, “a questão que se coloca então é saber se, ao passar de uma escala para outra, as modificações na natureza ou na medida da previsão serão previsíveis”.

Logo, o sujeito e suas intenções e a realidade devem ser levadas em consideração a partir deste olhar. Tomando como exemplo os atores territoriais em questão, agricultores assentados, nota-se que o nível local da escala geográfica tem grande importância para a manutenção de suas vidas, quando perguntados, por exemplo, sobre se seus filhos/descendentes tem interesse em permanecer no lote da família e evidenciadas nas seguintes expressões:

“os filhos da gente vão pra escola lá da cidade fazer o ensino médio e não querem mais voltar pro nosso lote, aqui pra Campanha que é da gente”;

“meu filho quer estudar lá na cidade sim, mas quer voltar depois aqui pra Campanha pra ajudar a gente com a formação dele, sabe”.

Os agricultores assentados são, portanto, os novos atores territoriais da Campanha Gaúcha, pois fizeram dos assentamentos um novo espaço produtivo marcado por seus saberes, por suas experiências, por seus desejos e por sua vivência.

3.1. A COMPREENSÃO DA CATEGORIA TERRITÓRIO E O PRINCÍPIO DA LUTA PELA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL

Para a compreensão da categoria território como um elemento constituinte da escala geográfica, Raffestin (1993, p. 143), aponta que o território, é o “local de decisões e tomadas de poder, e que é decifrado a partir das combinações estratégicas feitas pelos atores”.

Prosseguindo nesta conceituação, Raffestin (1993, p. 144), ainda pontua que, o território é diametralmente diferente do espaço geográfico, pois “o território, nesta

perspectiva, é o espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si".

Considerando a citação anterior, é possível afirmar que os assentamentos de reforma agrária são espaços geográficos onde se desenvolveram novas relações de trabalho, sentimentos de pertencimento e identitários os quais são a base para a constituição dos novos territórios, no caso desta pesquisa, na Campanha Gaúcha.

Seguindo no debate do que é o território e da importância dos assentamentos rurais na constituição deste, Cleps (2013), traz para a discussão a relevância da política brasileira de instalação de assentamentos dos anos 2000 em diante em todo o território nacional. De acordo com Cleps (2013, p. 99), observa-se que, "o tripé denominado de noção de propriedade, uso da terra e identidade das populações é a base que torna firme a territorialização dos assentados brasileiros".

Corroborando com o debate acerca da categoria geográfica de território, Saquet (2007, p. 58), afirma que:

"O território é apropriado e construído socialmente, resultado e condição do processo de territorialização; é produto do processo de apropriação e domínio social, cotidianamente, inscrevendo-se num *campo de poder*, de relações socioespaciais, nas quais, a natureza exterior ao homem está presente de diferentes maneiras".

Vislumbra-se, a partir desta definição de Saquet, o quanto é importante a ação dos agricultores assentados enquanto atores territoriais nos assentamentos. Uma destas ações, ocorrida no território é a produção agropecuária nos lotes da reforma agrária no qual os agricultores assentados vivem e se reproduzem economicamente e socialmente.

Deste modo, as repercussões advindas da reforma agrária no território dos assentamentos tornaram-se diversas e geraram a dinamização da economia local e a mudança de paradigmas, o que para Martins (2002, p. 51), trata-se de uma:

"[...] estratégia de planejamento e de ação, num contexto em que se esgotam as concepções de desenvolvimento associadas a progresso material (acúmulo de riquezas), pessoal ("ganhar a vida") e ilimitado ("quanto mais melhor"), mas sobretudo é um produto da iniciativa compartilhada, da inovação e do empreendedorismo comunitários, um evento *sui generis*, resultante do pensamento e da ação à escala humana, que confrontam o desafio de enfrentar problemas básicos e alcançar níveis elementares e auto-referenciados de qualidade de vida na comunidade".

Neste sentido, segundo Martins (2002), a identidade territorial desses atores

sociais que vivem em comunidade é fundamental na constituição dos seus territórios caracterizados por sua produção e sua organização social. Ao falar de identidade territorial, surge a ideia de pertencimento ao território, o que, para Calin (2009, p. 6), trata-se de um caso de identidade construída de geração em geração:

“de uma lógica de pertencimento coletivo a uma lógica de trajetória privada. Se trata de substituir a história pessoal e cultural com base na elaboração da identidade social. Nesta lógica, a inserção social do sujeito não é mais assegurada por um pertencimento social imposto, mas por uma história transgeracional assumida”.

O autor expressa o que acontece com os agricultores sem terra enquanto acampados, a partir do momento em que se tornam assentados. Se antes a luta era pelo coletivo, o recebimento de um lote leva ao surgimento de alguns conflitos dentro dos assentamentos decorrentes de suas histórias de vida. Conforme Calin (2009), este conflito ocorre somente na esfera imaterial (hábitos, costumes, diferentes locais de origem).

Corroborando com esta ideia, Cardoso (2003, p. 66), destaca que a “atribuição de um direito à terra, nesse caso, proporciona, certa tranquilidade aos agricultores que, seguros de suas posses, não relutam em interagir com os demais membros da comunidade”.

A luta pela terra significa a luta pelo território, uma luta que visa a reterritorialização de indivíduos que em determinado momento, foram excluídos do processo produtivo e por consequência de seus territórios originais. Portanto, pensar o território, é pensar o espaço de forma política, social, ambiental e cultural.

Seguindo nesta compreensão acerca das definições de território, logo se percebe que este é conquistado, portanto o termo território está ligado às noções de poder. Deste modo, Haesbaert (2008, p. 20), afirma que o:

“Território, assim em qualquer acepção tem a ver com poder, mas não apenas o tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo o processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso; o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca”.

Ao pensar o território no contexto da luta pela terra, logo se percebe que este implica tanto em uma carga material, quanto simbólica, pois para além da posse de

um lote, a conquista de um território, adquire significados importantes para os sujeitos envolvidos nesta luta. Estes significados estão carregados de marcas de territórios passados que auxiliam na constituição do “novo território”, fruto da luta pela reterritorialização.

A luta pela terra, traz consigo a luta pela reterritorialização de sujeitos em um processo de desterritorialização. A luta e a conquista de um território significam a conquista de um espaço de vida, um espaço apropriado que passa a ter significações do que passa a ser o lugar.

Neste contexto, Fernandes (2000, p. 50), destaca o processo de territorialização dos agricultores rurais sem terra do MST ao enfatizar o significado dos lugares e dos momentos. Para o autor “os lugares e os momentos formam a realidade. As pessoas fazem os momentos, transformam os lugares e constroem a realidade”.

A construção da realidade dos assentados se expressa na conquista do território. Neste sentido, Saquet (2009, p. 212) afirma que:

“O território é produzido com o passar dos dias, meses, anos, décadas, através de relações sociais incessantes que se estabelecem, com influências, interferências, dominações e domínios, imprimindo marcas no seu *interior* (do território)”.

Essas marcas culturais representam o cotidiano e a história dos que ali chegaram, se instalaram e se territorializaram, criando assim, uma identidade com seus espaços de vida.

Da mesma forma, Haesbaert (2004, p. 95-96), explica que “o território, enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espaco, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais “concreta” e “funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’. Assim, territorializar-se significa:

“Criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e ‘apropriação’ ao mesmo tempo (HAESBAERT, 2004, p. 97)”.

As territorialidades materiais e imateriais se expressam no processo de reterritorialização que é a constituição do território que sucede a desterritorialização, ou seja, o abandono do território, a partida (DELEUZE e GUATTARI, 1997b *apud* HAESBAERT, 2004).

Para Saquet (2009):

“No movimento, simultaneamente à desterritorialização dá-se a reterritorialização. São processos intimamente ligados na mobilidade de força de trabalho. No primeiro, há a perda do território inicialmente apropriado e reconstruído, [...] e no segundo, uma reprodução de elementos do território anterior, em algumas de suas características. O *velho* é recriado no *novo*, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, de superações. Os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) não estão desligados: condicionam-se mutuamente. A territorialização está na desterritorialização, e vice-versa; concomitantes e articuladas (SAQUET, 2009, p. 214)”.

Nesse contexto, ao analisar o histórico da luta pela terra e a conseqüente formação do MST, percebemos claramente que sua formação é decorrente dos processos de desterritorialização e da constante busca pela reterritorialização. Assim, de acordo com Fernandes (2000, p. 19), o “sentido da formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra está na sua espacialização e territorialização, porque traz o significado da resistência por meio da sua recriação”.

No entanto, para compreender o processo de desterritorialização dos agricultores familiares e formação de sua identidade com o MST, é necessário considerar fatores econômicos e políticos com início na década de 1970.

O modelo econômico de desenvolvimento agropecuário implantado pelos governos militares, denominado de modernização conservadora, visava acelerar a modernização da agricultura com base na grande propriedade, através da criação de um sistema de créditos e subsídios. Como consequência dessa política houve o aumento das áreas de cultivos das monoculturas, aumento do trabalho assalariado, agravamento da situação da agricultura familiar, aumento da concentração de terras, expropriação e conseqüente expulsão de mais de 30 milhões de pessoas que migraram para as cidades ou outras regiões do país. (FERNANDES, 2000).

Neste sentido, ainda segundo Fernandes (2000, p. 50):

“A expropriação, a expulsão das famílias camponesas e a usurpação do território indígena geraram uma das condições que levaram à luta os camponeses que iriam realizar a ocupação de terra, que também inaugurou o processo de formação do MST, na região noroeste rio-grandense”.

Ao abordar aspectos referentes às origens do Movimento e da luta pela terra, Medeiros (2004), explica que a abertura em direção à reforma agrária brasileira, teve suas origens na região do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul. De acordo com a autora, os colonos que lá chegaram ao final do século XIX e princípio do século XX

construíram cidades, desenvolveram regiões e não desistiram quando a modernização da agricultura chegou ao planalto gaúcho.

A autora também enfatiza que muitos deles procuraram novas alternativas de sobrevivência partindo para áreas distantes ou sendo atraídos para as cidades, porém os que permaneceram e lutaram pelo direito de ter acesso à terra se organizaram e criaram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

De acordo com Fernandes (2000), esse Movimento nascido de um processo de desterritorialização e luta pela sua reterritorialização teve como marco histórico o mês de maio de 1978, quando os índios Kaingang da Reserva Indígena de Nonoai iniciaram ações para recuperar seu território e expulsaram 1.800 famílias de colonos-rendeiros que viviam nas terras. Para estas famílias restava apenas três alternativas: migrar para os projetos de colonização da Amazônia, virar assalariadas em empresas agropecuárias ou de indústrias nas cidades ou lutar pela terra no Rio Grande do Sul. Como não havia uma organização, ocorreu a dispersão da maior parte das famílias que passaram a vagar pelos municípios da região noroeste do Estado, sendo que algumas acamparam na beira de estradas, outras em casas de parentes e muitas perambularam sem ter onde ficar.

Após dois meses da expulsão, algumas famílias começaram as ocupações, mesmo sem uma organização, em glebas de terras públicas arrendadas a empresas privadas. Como resposta, o governo enviou o secretário da agricultura para cadastrar as famílias e convencê-las a retornarem as casas de parentes prometendo assentá-las quando houvesse reforma agrária. Contudo, além das famílias expulsas que ocupavam as áreas, surgiram mais famílias querendo se cadastrar, com esperança de serem assentadas. (FERNANDES, 2000).

Devido a necessidade de mudanças e com o incentivo de um padre que trabalhava na Comissão Pastoral da Terra, as famílias de trabalhadores sem-terra, decidiram reunir-se, organizar-se para então discutirem as medidas a serem tomadas. Após uma audiência com o governador do Estado do Rio Grande do Sul e a falta de soluções para o problema, no dia 7 de setembro de 1979, 110 famílias ocuparam a Gleba Macali, no município de Nonoai. Após alguns dias da ocupação, o governador sob pressão, autorizou os colonos a plantarem na terra: “Iniciava a primeira experiência de organização do trabalho e da produção na terra conquistada”. (FERNANDES, 2000, p. 53).

A partir dessa experiência ocorreram outras ocupações, como na Gleba Brilhante. No entanto, ao mesmo tempo em que a luta pela terra conquistava mais apoio da sociedade, a repressão policial tornava-se mais intensa. Exemplo ocorreu em outubro de 1980, na ocupação da Fazenda Annoni, cuja intervenção da Polícia Federal fez o despejo das famílias e também prendeu doze trabalhadores rurais.

No acampamento Encruzilhada Natalino, a luta pela terra expressava o conflito entre a política implantada pelos militares e a política de desenvolvimento para a agropecuária que os camponeses vinham construindo por meio de suas lutas. Segundo Fernandes, (2000, p. 55):

“Na luta pela terra, a encruzilhada também tem seu sentido de cruzamento dos caminhos construídos durante a resistência. Cruzam-se os caminhos da vitória e da derrota. A encruzilhada é o lugar e o momento da tomada de decisão para qual direção deve-se seguir, com o objetivo de conquistar a terra. É, portanto, um lugar onde se para, reflete e olha, procurando visualizar o melhor caminho a percorrer. E muitas vezes se o caminho não existe, é preciso fazê-lo. Foi assim que aconteceu na Encruzilhada Natalino, ali também foi o ponto de partida para a construção da luta pela terra”.

Este breve histórico dos conflitos, da luta pela terra, demonstra que uma das motivações da formação da organização Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Rio Grande do Sul foi a resistência em deixar o seu estado e a vida no campo. Foi a resistência para não abandonar o seu território, seu espaço de vida e expressão de sua identidade.

Deste modo, ao analisar a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a contextualização do termo território, se percebe perfeitamente que o território no contexto da luta pela terra tem o significado de conquista. Uma conquista que é coletiva, mas que também é de cada família e de cada assentado envolvido na luta pela terra.

3.2 A CAMPANHA GAÚCHA E A CONSTITUIÇÃO DA TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTADOS

A região da Campanha Gaúcha é formada por um espaço historicamente constituído por latifúndios, onde a predominância econômica centra-se na atividade pastoril e na concentração de terras. De acordo com Medeiros, Robl e Moraes (2010), a ocupação da Campanha foi permeada por guerras e a conseqüente necessidade de defesa das fronteiras, que levou à concessão de sesmarias aos

militares para defender esse espaço. Portanto, as sesmarias e a cultura pecuarista constituíram o marco inicial do latifúndio no estado do Rio Grande do Sul.

Segundo na compreensão acerca da formação dos latifúndios no RS, Chelotti e Pêsoa (2006), ao se referirem à ocupação do território do Rio Grande do Sul, chamam a atenção para as duas formas diferenciadas que são marcantes em sua estrutura fundiária. A primeira ocorreu na região fronteira, com a doação de sesmarias aos militares ligados ao governo imperial, os quais tinham a função geopolítica de realizar a proteção das fronteiras do território que estava sendo formado, origem do latifúndio; a segunda ocorreu nas regiões florestais, desprezadas pelo latifúndio pecuarista e, portanto, só ocupadas em meados do século XIX com o estímulo governamental à imigração, com a presença de imigrantes italianos e alemães, instalados em pequenas propriedades, desenvolvendo a agricultura de subsistência.

Segundo estes autores, a partir de meados dos anos 1960, o espaço agropecuário do Rio Grande do Sul passa a sofrer transformações com o desencadeamento do processo de modernização da agricultura brasileira. Essas transformações ocorridas no campo passam a gerar concentrações de terras em todo o território estadual, expropriando os agricultores familiares. Com a consolidação do processo de modernização da agricultura na década de 1970, grandes levas de agricultores familiares tornaram-se sem terras ou direcionaram-se para áreas de expansão da fronteira agrícola. (CHELOTTI; PÊSSOA, 2006).

Segundo Chelotti e Pêsoa (2006, p. 4), no decorrer dos anos, a luta pela terra no estado do Rio Grande do Sul registrou uma movimentação:

“Inicialmente gestada no norte do estado, depois se dirigindo à parte central (já em 1987/88), e no período pós-1990 concentrando-se no sul do estado, ou seja, na região dos latifúndios e de ocupação antiga”.

Nesse cenário, é, pois, a partir da década de 1990 que a Campanha Gaúcha passa a se inserir em um processo de mudança em sua configuração socioespacial, via reorganização de seu espaço agropecuário, com a instalação acentuada de assentamentos rurais e a presença marcante da agricultura familiar.

A Campanha Gaúcha sofreu uma transformação na sua configuração socioespacial causada pela divisão do latifúndio pastoril em pequenas unidades de produção familiar, os assentamentos. Trata-se de uma nova territorialização em

antigos territórios dominados pelo latifúndio, são os agricultores familiares se reterritorializando nos assentamentos criados.

O objetivo maior desses agricultores sem-terra foi a conquista de um território, a conquista do seu lugar de vida. O território desses sujeitos foi constituído por sua luta coletiva na busca de qualidade de vida, de reconhecimento de sua condição de agricultor familiar e de um espaço para sua família.

Essa reterritorialização se deu através da recriação dos espaços de vida desses indivíduos, os quais se formaram a partir da conjunção de elementos e de vivências dos assentados, que trouxeram consigo uma bagagem cultural de práticas, de modos de vida, de experiências trazidas de seus antigos territórios somadas às novas experiências para a constituição do novo território.

De acordo com Cleps (2013, p. 100), a política de criação de assentamentos foi marcante para a Reforma Agrária, pois:

“A reforma agrária tem assumido relevante papel social, econômico, político e ambiental no país. Nunca se fez tanto pela Reforma Agrária no Brasil, pelo menos em termos de números de famílias assentadas no campo brasileiro. Mas, de acordo com as avaliações de especialistas, é preciso cumprir as metas quantitativas estabelecidas e garantir a qualidade dos assentamentos rurais já existentes”.

A defesa da Reforma Agrária feita pelo autor enfatiza a necessidade do cumprimento de metas quantitativas e qualitativas para os assentamentos para assim mostrar a relevância do uso da terra e da produção dos assentamentos desenvolvida pelos agricultores assentados.

Ainda no debate sobre o território, Chelotti (2012, p. 80), afirma que para os agricultores assentados se apropriarem verdadeiramente destes espaços destinados a eles pelo Estado (Governo Federal ou Governo do Estado do Rio Grande do Sul), duas dimensões devem ser levadas em consideração:

“As dimensões materiais dizem respeito às questões de infraestrutura que, geralmente, são precárias, principalmente, nos primeiros anos de assentamento, associadas à falta de uma verdadeira política de extensão rural e financiamento para as atividades agropecuárias. No plano da dimensão imaterial, entram em cena aspectos culturais, nos quais falam mais alto os sentimentos de saudade em relação aos familiares, de estranhamento do novo lugar, isolamento geográfico, dentre outros”.

O autor trouxe na sua afirmação as duas dimensões da vida dos agricultores assentados. Primeiro destaca que é importante ao analisar os dados de produção dos assentamentos, considerar o seu tempo de instalação. Segundo que a

“dimensão imaterial” deve ser respeitada, uma vez que os saberes que os agricultores familiares trazem do período anterior ao assentamento, assim como sua forma de produzir, suas interações com a vizinhança e com a comunidade são fundamentais na análise do processo de reterritorialização dessas famílias.

3.3. OS AGRICULTORES ASSENTADOS RURAIS COMO ATORES TERRITORIAIS

Uma parte significativa das famílias assentadas na Campanha Gaúcha tem sua origem no norte do estado do Rio Grande do Sul, sendo alguns descendentes dos colonos alemães e italianos. Com isso, o perfil agrícola da Campanha Gaúcha sofreu mudanças e diversificou sua produção agropecuária.

Após três décadas da instalação do primeiro assentamento rural na Campanha Gaúcha, o PA Cerro do Munhoz em 1992 em Santana do Livramento, os agricultores assentados hoje constituem ali um território. O território da Campanha Gaúcha é constituído por 109 assentamentos. No município de Santana do Livramento são 30 assentamentos instalados, sendo este o município com o maior número de assentamentos da Campanha Gaúcha (INCRA, 2018).

A importância do município de Santana do Livramento em relação ao número de assentamentos, vem ao encontro do que Becker (1983, p. 20), afirma quando aponta que:

“A região na escala local parece hoje substituir a região subnacional como escala espacial ótima, tanto para a organização de movimentos reivindicatórios – regionalismos – como para a política espacial do Estado, tendendo a criar novos limites territoriais para a arena política associados a um padrão de descentralização na organização do espaço”.

Assim, para a autora importa a organização territorial, para que o Estado tenha novos limites territoriais, e por conseguinte, um padrão de descentralização. Um exemplo é a instalação, como anteriormente citado, de trinta assentamentos rurais em um único município da Campanha Gaúcha, Santana do Livramento.

Neste sentido, o que ocorreu foi uma organização territorial propriamente dita, quer seja pelo Governo Federal, quer seja pelo Governo Estadual visando, mesmo que de forma involuntária, uma descentralização na organização do território.

Os assentados rurais levados para os novos assentamentos tornaram-se responsáveis pelo lote que lhes foi destinado. O que produziram, para onde

destinaram a sua produção agropecuária, o que fizeram com o lucro resultante dessa comercialização e as consequências para a economia do município no qual foram instalados passaram a ser responsabilidade tanto do assentamento quanto deles. São novas relações que se estabeleceram no sentido de destinar a produção para o consumo urbano, nas feiras do município de Santana do Livramento.

Neste contexto, de acordo com as entrevistas desenvolvidas nos assentamentos no município de Santana do Livramento, no mês de junho de 2018, destaca-se que, dos 14 produtos relacionados pelos entrevistados (feijão, batata, mandioca, beterraba, cenoura, uva, pêra, kiwi, abóbora, alface, couve, bergamota, laranja) apenas um (a soja) não é vendido pelos agricultores assentados diretamente na Feira do Produtor.

Estes aspectos demonstram a importância da produção agrícola nos assentamentos rurais, pois de acordo com autores como Sen (2015), além dos valores financeiros gerados por uma determinada produção, neste caso, essas vendas também são importantes por garantirem a segurança alimentar das famílias produtoras.

Ainda segundo o autor, a noção do que é o desenvolvimento econômico e a soberania alimentar vão muito além da questão econômica sendo, sobretudo, uma questão de saúde e bem-estar coletivos. Esta definição se encaixa bem quando é observada a variedade do que é produzido pelos agricultores assentados.

Devido à tamanha diversidade produtiva, esses sujeitos podem variar os produtos que são vendidos nas feiras do produtor durante o ano. Esta variação contribui para a manutenção deste tipo de venda direta com o consumidor final, além de complementar a renda das famílias assentadas.

A chegada de novas técnicas de produção provocou algumas mudanças na vida dos agricultores assentados, sobretudo em relação à produção de soja, ao cultivo da uva e da produção do “vinho colonial”. São novas relações que surgiram de suas antigas práticas e saberes. As formas de resistência e de como estas concepções se materializaram na realidade dos assentamentos serão trabalhados nos próximos capítulos desta tese.

CAPÍTULO 4:

CAMPANHA GAÚCHA E AS NOVAS IDENTIDADES DOS AGRICULTORES ASSENTADOS

4.1 NOVAS TERRITORIALIDADES E A PRODUÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES DOS AGRICULTORES ASSENTADOS

O processo histórico da reforma agrária em nível nacional, que está intrinsecamente relacionado à reforma agrária na Campanha Gaúcha, gerou novos territórios, os quais são constituídos pelos assentamentos rurais instalados pelos governos estadual e federal nesta região.

A combinação de grandes extensões de terra nas mãos de alguns latifundiários levou a um processo histórico de formação de uma elite agrária rural, a qual entrou em conflito com os agricultores assentados que foram instalados pelos governos estadual e federal a partir dos anos 1990 na região, o que levou a, segundo Chelotti (2009, p. 195), à:

“[...] um processo ainda mais complexo que a des-reterritorialização. O que evidenciamos nos dias atuais são proliferações de múltiplos territórios, ou melhor dizendo, multiterritorialidades. O território além de sinônimo de poder, também, é sinônimo de diversidade. E é na diversidade dos territórios que se constroem novas geografias, muitas vezes, fazendo o percurso inverso dos interesses dos grupos historicamente hegemônicos”.

Portanto, tanto a produção vitícola quanto a de arroz orgânico nos territórios dos assentamentos da Campanha Gaúcha são resultados das práticas produtivas dos agricultores assentados, heranças tanto das formas de produzir historicamente ligadas à questão identitária quanto frutos dos incentivos das políticas públicas promovidas pelos governos estadual e federal nestes múltiplos e diversos territórios.

Logo, o debate sobre a territorialização da reforma agrária foi gerado na criação dos assentamentos, localizados na Campanha Gaúcha, o quê de acordo com Chelotti (2009, p. 55):

“[...] tornou-se evidente que a luta pela terra na década de 1990 ampliou e tornou mais complexa as relações sociais entre os sujeitos que atuam no espaço agrário regional, principalmente, entre os proprietários de terra e os sem-terra que se territorializaram. Essa alteração deu-se basicamente em função da contestação da posse da terra. Os demais sujeitos historicamente “pouco” contestaram essa posse”.

O autor destaca, num primeiro momento, os embates que ocorreram entre os agricultores assentados e os proprietários de terra da região da Campanha Gaúcha, logo após a instalação dos assentamentos.

A região da Campanha Gaúcha tem uma tradição de pecuária silvo pastoril, historicamente concentrada em latifúndios e realizada de maneira extensiva, com pouco emprego de mão-de-obra. No entanto, foram as políticas públicas direcionadas aos assentamentos que mudaram o perfil produtivo deste novo território, como aquela em que o Estado e os agentes produtivos buscaram alternativas para crise na institucionalização do Programa de Reestruturação e Desenvolvimento da Vitivinicultura no Rio Grande do Sul e a criação do Fundo de Desenvolvimento da Vitivinicultura do Estado - FUNDOVITIS (RODRIGUES; ASAI; SCHMIDT, 2017).

Assim como as políticas estatais ligadas à agricultura familiar, como o Programa de Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada na Metade Sul-RS (PDFIMS/RS), que possui a videira como uma das espécies disseminadas pelo programa e que têm implicado em avanços na vitivinicultura. Os programas governamentais que envolvem a fruticultura, de um modo geral, e o Programa Estadual de Fruticultura (PROFRUTA-RS), lançado em 1998 com investimentos federais, objetivaram o plantio de frutas e o seu comércio. (RATHMANN, et al. 2008).

Destaque para a política que foi destinada à produção de uvas, objeto desta pesquisa, que com a ampliação de 25% para 50% no repasse do Fundovitis oficializada em 2012, por meio da Lei nº 13.911 de 11/01/2012, sancionada pelo governador Tarso Genro (PT), possibilitou a execução do projeto de Viticultura proposto pelo Secretário da pasta, Fernando Mainardi (PT), que financiou o cultivo de vinhedos em assentamentos da reforma agrária da região da Campanha Gaúcha e da fronteira oeste do estado do RS e possibilitou às famílias de assentados a diversificação da sua produção, incluindo a uva em seu portfólio de produtos.

A primeira fase do projeto, anteriormente citado, contemplou em 2013 famílias assentadas de Hulha Negra, Candiota, Pinheiro Machado e Santana do Livramento e recebeu um aporte de R\$ 2,6 milhões do Fundovits, cada uma produzindo em meio hectare de terra, com um potencial médio de produção por módulo que chega a 13 mil kg de uva. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2017).

É, pois, neste contexto que as diferentes identidades dos agricultores assentados vindos do norte do Rio Grande do Sul diferenciam-se daquelas identidades existentes nos agricultores assentados nativos da Campanha Gaúcha. Para Medeiros (2007, p. 4):

“Criar uma identidade num espaço desconhecido, onde cada dia é um novo conhecer, exige desses agricultores um esforço que perpassa sua condição de camponês. Entre erros e acertos uma nova territorialidade vai sendo construída. Muitos abandonam, desistem, vão para outros lugares, mas há aqueles que ficam, resistem e começam a construir um território onde as marcas de sua história vão sendo fixadas como marcos de sua identidade”.

Cabe ressaltar, que o conceito de identidade abordado na geografia cultural, envolve o território e a sociedade, logo é percebido tanto do ponto de vista geográfico quanto sociológico. A realidade geográfica, sob o ângulo cultural, considerando a identidade, é melhor compreendida, pois é a partir da sucessão hereditária das práticas culturais que a identidade se fortalece tanto no indivíduo quanto no coletivo. É o que ocorre no território dos assentamentos da Campanha Gaúcha, no qual os assentados se reterritorializaram.

4.2 AS NOVAS IDENTIDADES TERRITORIAIS DOS AGRICULTORES ASSENTADOS DA CAMPANHA GAÚCHA E O FOMENTO ÀS NOVAS PRODUÇÕES AGRÍCOLAS

Os agricultores assentados na Campanha Gaúcha continuam, em sua maioria, a participar do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a praticar a agricultura familiar transmitida por seus ancestrais, apesar de desenvolverem os cultivos de arroz e, mais recentemente de soja.

Para a melhor compreensão acerca da importância desta temática, Bernstein (2011, p. 108), explica que “na lavoura, ao contrário da produção industrial, o tempo de produção excede o tempo de trabalho porque é preciso aguardar o ritmo de crescimento natural de plantas e animais”.

Em relação à adaptação à nova localidade onde as famílias foram instaladas, é perceptível, com exceção da soja, que foi feita uma opção pela produção agroecológica por parte dos assentados. Corroborando com a ideia da importância deste tipo de produção, Saquet, Alves, Candiotta et al (2010, p. 251), destacam como: “As principais vantagens dessa produção: a) garantia de venda por um preço

razoável; b) produção de alimentos saudáveis para a família que produz e os consumidores”.

Em relação à adaptação dos assentados nas novas localidades onde foram instalados e os problemas encontrados, Feliciano (2006, p. 81), aponta a questão da violência, da hostilidade e do preconceito das populações locais direcionados aos novos moradores assentados:

“Uma das características presentes na história dos movimentos sociais no campo brasileiro é a violência. No Brasil, trata-se de um fator alarmante, tendo sempre existido de forma insofismável. Muitos já morreram, outros resistem bravamente. Todos estão sujeitos a sofrer qualquer tipo de violência, seja física ou não.”

A presença dos assentamentos irritou a elite local da Campanha Gaúcha, que contraditoriamente é uma das regiões consideradas mais pobres do estado do RS. Esta justificativa demonstra que é ali que a reforma agrária deve ser implementada. Feliciano (2006, p. 81), aponta que “desde o século XX, as lutas camponesas só confirmam a necessidade de uma redistribuição de terras e uma política agrícola justa”.

Deste modo, é perceptível que para os agricultores assentados não foi fácil a adaptação na região da Campanha Gaúcha, e que este foi um longo caminho percorrido para que ocorresse seu reconhecimento pela elite local. Tal fato corrobora com a afirmação de Saquet (2009, p. 213), quando diz que: “a territorialização é constituída e é substantivada por diferentes temporalidades e territorialidades, resultado e condição dos processos sociais em interação com a natureza exterior ao homem”.

A compreensão acerca da adaptação dos assentados, da produção de suas novas territorialidades e identidades passa também pela ideia de uma revalorização das populações rurais, o que não é algo novo, e que de acordo com autores como Carvalho (2005, p. 379), é necessário ocorrer uma verdadeira “democratização do desenvolvimento” neste setor, por isso propõe que:

“Nos marcos de uma estratégia de democratização do desenvolvimento o mundo rural deverá jogar um papel crucial por poder oferecer oportunidades de emprego a custos mais baixos. O Brasil será sustentável social e economicamente se apoiado em uma numerosa população rural e, em primeiro lugar, em uma numerosa população agrícola.”

Deste modo, para entender como as novas identidades dos agricultores assentados poderão desenvolver novas territorialidades é necessário compreender, o conceito de identidade. Esta categoria foi por muito tempo menosprezada pelos geógrafos no passado que consideravam este um conceito “sociológico”. Sua apropriação se deu a partir da Geografia Cultural, representada por diferentes autores.

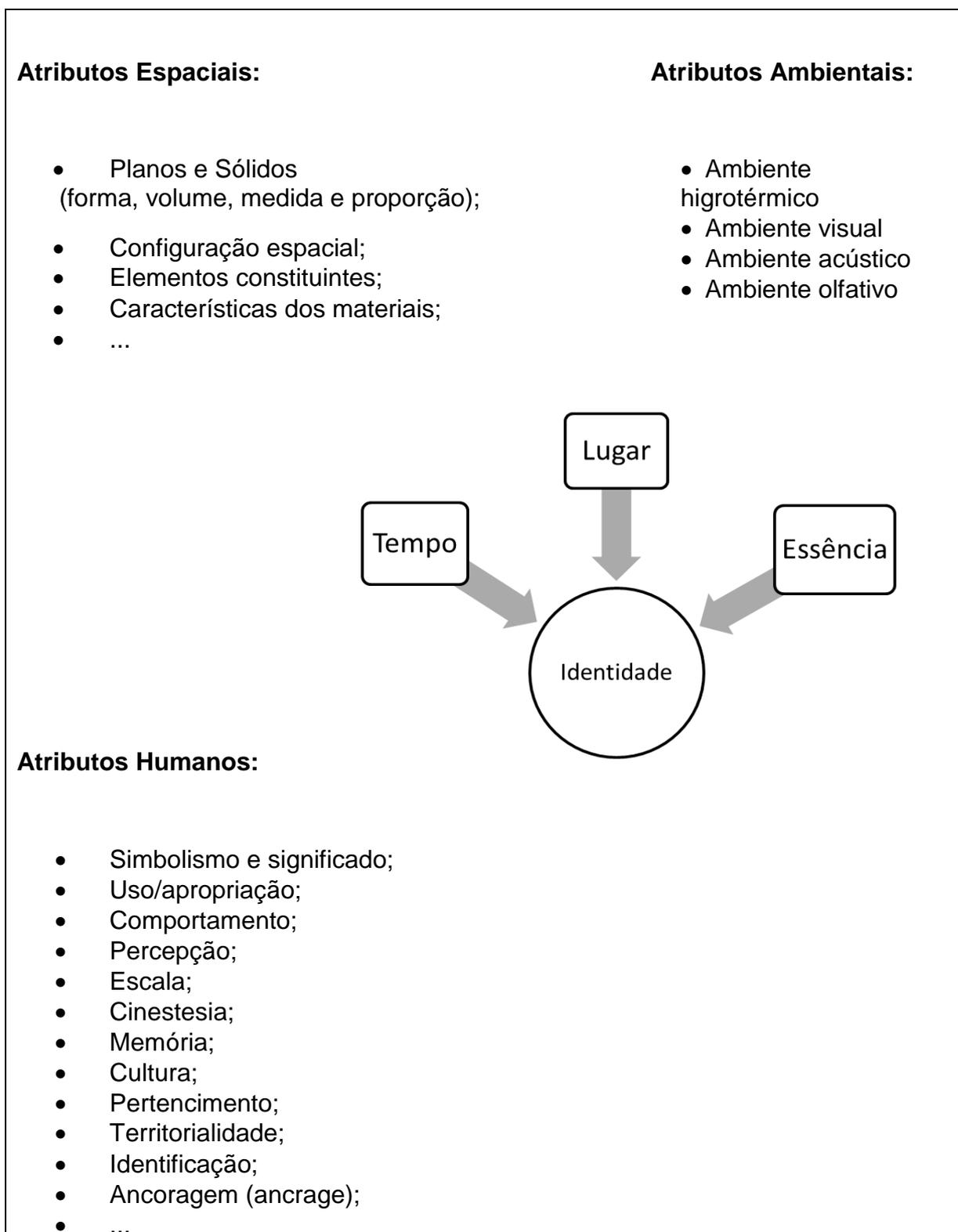
George e Verger (2013), trazem o conceito de identidade, pelo senso jurídico, ou seja, um conjunto de características e de direitos reconhecidos pela legislação inscrita sobre documentos, e a identidade, no seu senso cultural é a referência à tradição e/ou à expressão de um grupo. Para esses autores, a identidade é uma expressão cultural de alguns indivíduos ou de alguns grupos sociais, transformada ao longo do tempo em expressão deste grupo social.

A definição mais ampla de identidade é trazida por Brunet, Ferras e Théry (1996), que a entendem como uma atitude permanente da humanidade. Os referidos autores destacam que a identidade funda a distinção, a diferença e assume tanto um caráter individual quanto coletivo.

Bonnemaison (2000), trabalha o conceito de identidade pelo viés geográfico, considerando a parte social, ou seja, sociológica. Destaca a importância de se zelar para que nenhuma sociedade caia em nenhum extremo conceitual.

Claval (2012), autor que é expressão na Geografia Cultural, coloca que a identidade é melhor compreendida quando vista a partir do ângulo cultural, ou seja, é a partir das práticas culturais transmitidas de geração em geração que a identidade é construída pelo indivíduo ou pelo coletivo. São estas práticas que constituem o pano de fundo da construção identitária base para a constituição do território e, num primeiro momento, do lugar.

Figura 6: A identidade no conceito de lugar.



Fonte: Reis-Alves (2006) Modificada por Melchioris (2022).

A figura 6, contribui com o conceito de identidade, quando Reis-Alves (2006), traz o entendimento do mesmo a partir do lugar. Para o autor, a noção de identidade está mais ligada aos atributos humanos e à própria essência do indivíduo, ou seja, à sua cultura e ao seu sentimento de pertencimento com o seu lugar, através do tempo. Isto acontece graças ao uso/apropriação do lugar.

Portanto, a identidade seria uma síntese dos três elementos destacados na figura 6, que estão entrelaçados: o lugar, o tempo e a essência. Os atributos espaciais, humanos e ambientais, ao se interligarem também contribuem com a construção da identidade, assim como o lugar e a essência.

Neste sentido, é perceptível que o lugar e a essência são importantes elementos constituintes da identidade. Todavia, o imaginário coletivo e as práticas culturais levam, ao longo do tempo, à manutenção de determinadas atividades, dentre elas pode-se destacar a produção vitícola.

Há que se evidenciar: não há identidade sem os grupos sociais. Os sujeitos expressam suas identidades por meio de práticas culturais, de narrativas da memória, sejam de um indivíduo ou de um coletivo.

A identidade, importante conceito para a Geografia, tem que ser considerada ao abordar conceitos como, por exemplo, a paisagem (Falcade, 2011) e o terroir (Anatolle, 2016). Sem a identidade não existiria a paisagem socialmente construída e percebida enquanto um conceito geográfico; o terroir, que levou muito tempo para ser incluído nos estudos geográficos, tem a identidade entre seus elementos característicos.

Portanto, é possível compreender a identidade como uma expressão das práticas culturais, produzidas por indivíduos ou grupos sociais ao longo do tempo, numa escala geográfica predominantemente local. Sobre esta definição Di Mèo (2008), aponta que a identidade e a sua construção estão relacionadas com a geografia cultural, assim como o território, a cultura e suas relações sociais.

Outra questão importante levantada por Di Mèo (2008), é o cuidado a ser tomado ao longo do processo de investigação científica com os limites existentes em uma pesquisa cultural geográfica, dentre eles a questão identitária. Neste sentido, a compreensão deste conceito pela geografia, de acordo com o autor Di Mèo, (1998) é de que, a identidade é uma construção social. Ela traduz as consequências vividas pelos sujeitos, de uma experiência e de problemas comuns; está em constante remodelação diretamente influenciada pelas circunstâncias, pela conjuntura e por

seus caprichos. Isto não significa que há rejeição das tradições na formação das identidades, elas estão inscritas no espaço e no tempo. Mas é importante lembrar que uma tradição se torna ativa a partir do momento que ela é revisitada e atualizada pelas problemáticas sociais presentes.

No caso dos agricultores assentados a necessidade de reconstruir uma nova identidade, embora trazendo suas tradições, os levou a buscar outras produções agrícolas, algumas delas decorrentes das demandas impostas pelos novos espaços onde foram construídos seus assentamentos.

Diante do exposto, seriam estas opções tomadas pelos agricultores, em alguns dos assentamentos da Campanha Gaúcha, uma tentativa de resistência ao modelo tradicional de pecuária extensiva ou de inovação? A produção de uva e de outras frutíferas, a expansão da soja e da rizicultura nos assentamentos podem ser consideradas como resistência ou inovação?

A opção pela viticultura nos assentamentos, produzida mais precisamente ao final da década de 1990 tem sua origem em uma política pública direcionada a este cultivo enquanto que a opção pela rizicultura orgânica, desenvolvida através da técnica do arroz pré-germinado e praticada em alguns dos assentamentos da Campanha Gaúcha é uma opção pela produção orgânica. Ambas são uma realidade na região.

Acerca destas questões, Chelotti (2009, p. 99), destaca que:

“[...] Outro momento importante foi a década de 1960, quando ocorreu a expansão da lavoura moderna, principalmente do cultivo do arroz irrigado via modernização da agricultura, com parcelas do espaço latifundiário arrendados para a nova atividade. E, na década de 1990, a intensificação dos conflitos fundiários introduziram, na região, os sem-terra por meio dos assentamentos rurais”.

É possível afirmar também, que a resposta da questão pela opção em produzir uvas nos assentamentos por uma parcela dos agricultores assentados da Campanha Gaúcha também tem origem na formação identitária dos agricultores assentados, que é diferente daquela dos agricultores locais, conforme aponta Chelotti (2009, p. 55), quando afirma que:

“Uma questão importante a ser destacada é o fato dos sem-terra serem migrantes de outras regiões do Rio Grande do Sul e, numa menor escala, da própria região. Isso, em termos socioculturais, é um fator muito importante, tendo em vista que a identidade cultural do camponês da Campanha não é a mesma daqueles provenientes das áreas coloniais. Dessa maneira, o aspecto cultural deverá ser considerado uma variável importante para a compreensão das novas relações que foram estabelecidas no espaço agrário regional”.

A questão abordada pelo autor ajuda a elucidar como são perceptivelmente diferentes os saberes dos assentados locais cuja origem é da mesma região, bem como os saberes daqueles assentados migrantes de outras partes do Rio Grande do Sul, mais notadamente do Norte do estado.

Tais características auxiliam na compreensão de como aconteceu o processo de territorialização destes novos agricultores assentados em sua nova região de moradia e de produção, ainda que estes venham de regiões com características climáticas e culturais diferentes da região da Campanha Gaúcha na qual estão instalados.

4.3 A PRODUÇÃO DE UVA, A IDENTIDADE E A RESISTÊNCIA NOS ASSENTAMENTOS DA CAMPANHA GAÚCHA

A partir da década de 1970, a produção vitícola se configura como uma nova realidade na região da Campanha, localizada no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Este processo de produção vitícola nos assentamentos rurais da Campanha só teve início, a partir da década de 1990, com a reforma agrária implementada pelos governos Federal e Estadual na referida região.

Esta produção nos assentamentos da Campanha Gaúcha resulta tanto das práticas produtivas dos agricultores assentados, quanto das políticas públicas dos governos Estadual e Federal direcionadas para este tipo de cultivo.

A região da Campanha Gaúcha, tradicionalmente é o território da pecuária bovina extensiva desenvolvida nos latifúndios, com pouco emprego de mão-de obra. É diante deste contexto, que surgem as diferenças entre as identidades dos agricultores assentados, vindos do norte do Rio Grande do Sul, em sua maioria, e os assentados nativos da Campanha Gaúcha e até mesmo em relação aos que se dedicam à atividade de criação animal, ou seja à pecuária.

Nesta realidade geográfica, a identidade dos assentados se constrói a partir da reprodução de suas práticas culturais, o que irá desencadear o seu processo de reterritorialização nos assentamentos rurais da Campanha Gaúcha.

Compreende-se então, que a identidade é uma síntese das práticas culturais, quer sejam individuais ou coletivas, produzidas pelos sujeitos ou pelos grupos sociais dos quais fazem parte ao longo do tempo.

Para entender como a produção de uvas se estendeu até os assentamentos da região da Campanha Gaúcha, é necessário compreender que essas atividades possuem origens diferentes das demais atividades típicas da região. De acordo com Manfio (2019, p. 444):

“A vitivinicultura mesmo sendo uma atividade exógena, ou seja, inserida por atores de fora da região, tem se constituído numa outra forma de economia. Sabe-se que a Campanha apresenta bases econômicas diferentes do restante do Rio Grande do Sul, é uma área de concentração de terras e da pecuária. Uma região que necessita de uma diversificação da agricultura e dos serviços citadinos para poder desenvolver o espaço-sociedade. A vitivinicultura representa um novo impulso para região tanto no campo como na cidade, pois esta última passa atender os turistas que se deslocam para o espaço do vinho”.

A afirmação da autora se adequa ao atual quadro no qual se encontram os agricultores assentados da região da Campanha, produtores de uvas e vinhos, que em sua maior parte ainda são “coloniais”, e o enoturismo ainda não é uma realidade nos assentamentos. A vitivinicultura é uma nova alternativa de produção e uma estratégia econômica de viés marcadamente identitário sobre o território dos agricultores assentados rurais que a praticam.

Seguindo na compreensão acerca das diferenciações produtivas de uvas viníferas da Serra Gaúcha em relação à Campanha Gaúcha, Flores (2011, p. 55), afirma que:

“Outro ponto se refere à qualidade dos produtos, já que o sistema de condução na Campanha se dá maciçamente no sistema espaldeira, enquanto na Serra, devido à forte herança cultural, a resistência ainda é muito forte e o sistema latada predomina, dando maior volume de produção, mas com menor qualidade”.

Conforme a autora, o sistema em espaldeira que leva a melhor qualidade da uva, embora apresente menor quantidade em volume de produção, é o que predomina nos assentamentos da Campanha Gaúcha. Para Manfio (2019, p. 440):

“Mesmo na vitivinicultura de produtores de vinho artesanais são utilizadas as videiras vitis viníferas e videiras em espaldeira. Apenas para as uvas comercializadas *in natura* para o consumo é que apresenta parreirais no sistema de mesa”.

Importante destacar as políticas públicas destinadas aos assentamentos com fomento para a produção de uvas, que podem se consideradas como mais um elemento de resistência produtiva em relação ao tradicional modelo agropastoril da Campanha Gaúcha.

Há também que se considerar, que a instalação dos assentamentos rurais na região da Campanha Gaúcha também foi decorrente de políticas públicas, que quebraram a dinâmica existente até então nestes territórios. Segundo Chelotti e Pessôa (2006, p. 8):

“[...] a complexidade na elaboração de políticas públicas eficazes para a reestruturação econômica dessa região esbarra no enfrentamento de uma estrutura produtiva tradicional, com uma forte resistência por parte das elites locais, na adesão de novas alternativas produtivas”.

Fica assim evidente a importância das políticas públicas para os agricultores assentados com fomento para novas alternativas produtivas, que acabam por se tornarem verdadeiros signos de resistência frente aos moldes produtivos tradicionais da Campanha Gaúcha.

Foi esta questão identitária dos agricultores assentados, denominados ainda hoje de “gringos” ou “colonos”, que desenvolveu uma outra ação produtiva no território, fundamental para a sua reterritorialização. O fomento advindo das políticas públicas para as novas atividades produtivas, tais como a uva, contribuíram com uma nova reconfiguração sócio-espacial-ambiental da região, demonstrando assim, uma forma de resistência diante do poder da sociedade latifundiária da Campanha.

CAPÍTULO 5:

A VITIVINICULTURA NO VALE DO LOIRE, SUDOESTE DA FRANÇA: UMA ALTERNATIVA VIÁVEL DE PRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é mostrar o Vale do Loire, região localizada no sudoeste da França, conhecido mundialmente pela presença de centenas de castelos renascentistas, que hoje fazem a fama da localidade. Esta região é uma das principais regiões vinícolas francesas, com destaque também à sua produção de queijos, às cidades históricas e as rotas para passeios realizados de bicicleta.

A região também traz consigo as marcas do fim da Guerra dos 100 anos, ocorrida por volta de 1337 a 1422. Foi Joana d'Arc quem liderou a batalha que pôs fim ao domínio inglês sobre essa parte da França. Em 1450 a região, mais precisamente Tours, se tornou a capital do reino francês, assim permanecendo por dois séculos com a presença da aristocracia e da realeza instalados nos castelos da localidade tal como o exemplo a seguir.

Foto 1: Castelo de Chenanceau.



Fonte: Acervo do autor (Março de 2020).

A distância entre Paris e o Vale do Loire é de cerca de 200 km. O Vale possui 280 km de comprimento ao longo de parte do rio Loire (o mais extenso da França),

Segundo a revista *Viagem e Turismo* (2022), o Vale do Loire atraía 9 milhões de visitantes por ano antes da pandemia do vírus COVID-19. No entanto, em 2020, ano do auge da pandemia, houve uma queda nas visitas da região de cerca de 43%, e em 2021 foi de 32%.

É interessante notar que, entre os motivos listados para a inserção do Vale do Loire como Patrimônio Mundial da Unesco, está a riqueza de seu patrimônio arquitetônico, sobretudo seus castelos, suas cidades históricas tais como Blois, Chinon, Orléans, Saumur e Tours. Também foi considerada a paisagem cultural, ao longo do rio Loire, decorrente do cultivo da terra, testemunho da interação do homem com o seu meio ambiente ao longo de 2 mil anos de história.

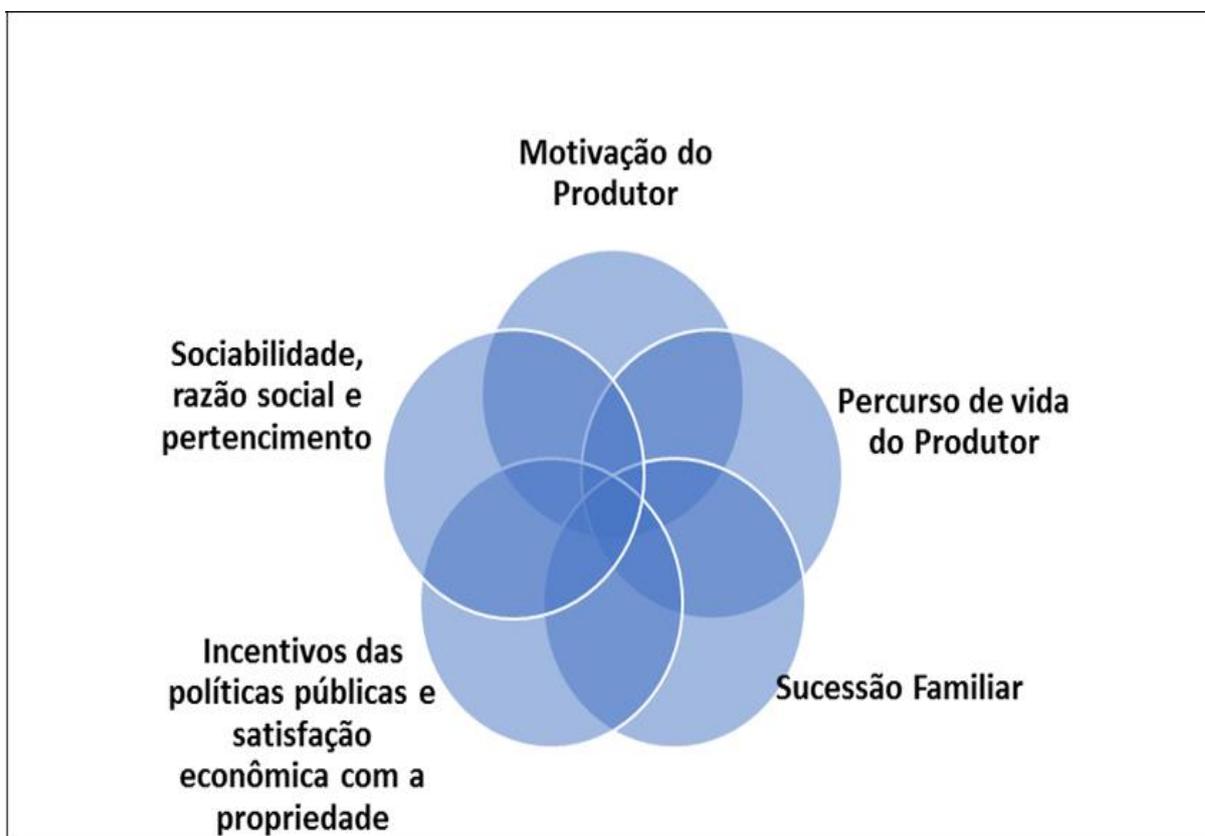
É perceptível, nesta última característica da região, a ligação, tanto do terroir com suas características edafoclimáticas, quanto da identificação dos agricultores com essa terra, que é a expressão de sua identidade estabelecida com a natureza. O resultado está na sua forma de interagir com o meio ambiente ao longo de sua história, o que lhe legou o devido reconhecimento.

Para identificar os elementos expressos no terroir dessa região francesa, realizou-se dois trabalhos de campo, sendo o primeiro exploratório e o segundo com a aplicação de entrevistas semiestruturadas. Os mesmos ocorreram entre os meses de outubro de 2019 e março de 2020.

Para a realização das entrevistas se utilizou um roteiro⁴ de perguntas cujas respostas foram gravadas no celular, para, posteriormente, serem ouvidas, transcritas e traduzidas pelo pesquisador. É importante destacar que, se trata de entrevista com perguntas semiestruturadas, na qual se buscou dar abertura aos pensamentos dos vitivinicultores, sem desconsiderar os critérios e os itens pré-estabelecidos. Foram utilizados cinco (5) diferentes critérios para a composição dos questionários, com 15 questões, sendo que três delas foram delimitadas para cada um dos cinco critérios, os quais são apresentados no fluxograma representado na Figura 8, a seguir.

⁴ Inserido no Apêndice desta pesquisa.

Figura 8: Fluxograma dos critérios para a aplicação das entrevistas aos produtores vitivinícolas nos trabalhos de campo na França.

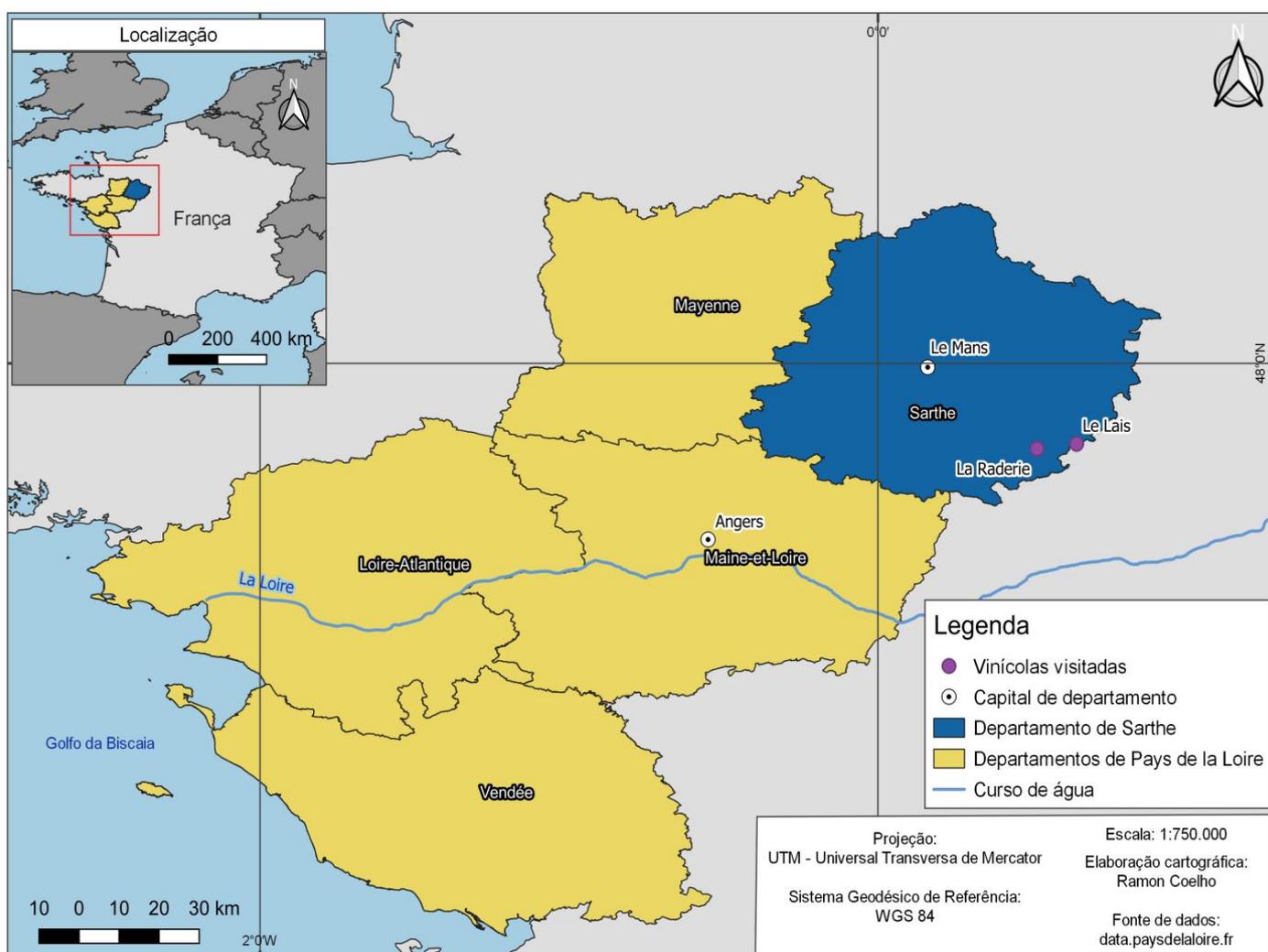


Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Em relação aos resultados, também foi utilizada a teoria de Bardin (2009), referente à análise de conteúdo, bem como para a elaboração das entrevistas aplicadas.

Ao longo dos trabalhos de campo foram visitadas duas vinícolas, sendo a primeira delas o Domínio La Raderie, em outubro do ano de 2019; a segunda delas foi o Domínio Lelais, em março de 2020. Ambas as vinícolas estão situadas no trecho sul do Vale do Rio Loire. A Figura 9, a seguir, localiza as áreas de produção vitícolas do Vale do Loire, onde as vinícolas citadas estão presentes.

Figura 9: Mapa de localização das vinícolas visitadas entre os anos de 2019 e 2020.



Fonte: UTM- Universal Transversa de Mercator (Março de 2022).

Como anteriormente citado, o primeiro campo foi realizado em outubro de 2019 na Vinícola Domínio La Raderie, na localidade de Chahaignes, que é uma comuna francesa na região administrativa do Vale do Loire. Esta atividade constituiu no trabalho de campo exploratório, no qual começaram a ser identificados alguns dos critérios para a realização do segundo trabalho de campo, em março do ano de 2020. Em razão da crise pandêmica, que o mundo todo foi inserido e a França em especial, foi palco de fortes restrições em relação aos deslocamentos.

A Vinícola Raderie, primeira a ser visitada, está localizada na metade do caminho entre as cidades de Le Mans e Tours, no sudoeste da França e ao sul do Vale do Rio Loire. O rio Loire é o maior rio em extensão situado totalmente no

território francês, possuindo 1.013 km de extensão. É uma vinícola de perfil familiar na qual o casal de proprietários faz o atendimento aos visitantes, por meio de visitas em grupo, com agendamento por telefone ou pelo site da empresa disponível na internet. É importante ressaltar, que os vitivinicultores entrevistados nas duas ocasiões não terão seus nomes divulgados.

A seguir imagens desta vinícola, sua Cave e seus vinhedos.

Foto 2: Cave da Vinícola Domínio la Raderie, Vale do Loire, França.



Fonte: Acervo do autor (Outubro de 2019).

Foto 3: Vinhedos da Vinícola Domínio La Raderie, Vale do Loire, França.



Fonte: Acervo do autor (Outubro de 2019).

Os vinhos da Vinícola La Raderie possuem Apelações de Origem Controladas - AOC que no Brasil são equivalentes às Indicações Geográficas - IG's. Os vinhos com AOC são produzidos com as uvas vitiviníferas Jasnières e Coteaux do Loire. Nesta vinícola também são produzidas as variedades de uvas Chenin, Côt, Gamay e Pineau d'Aunis.

A área dessa vinícola é de 23 hectares, nos quais seus proprietários buscam uma produção vitícola baseada na qualidade e no respeito à natureza. A propriedade encontra-se na terceira geração, sendo gerida atualmente pelo casal. Acerca do histórico e das dificuldades enfrentadas no passado, o proprietário lembra que:

“Durante a Segunda Grande Guerra, os meus avós tiveram que abandonar os vinhedos e a vinícola, o que foi um período de muitas dificuldades para eles e para a nossa família como um todo. Meus pais conseguiram sob muito esforço retomar a frente da propriedade e dos negócios da nossa família, era por volta do começo dos anos 1980. Hoje seguimos a frente da empresa”. (Proprietário 1, Chahaigues. Outubro de 2019).

A fala do vitivicultor ressalta, portanto, as dificuldades enfrentadas pela família principalmente durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando seus

antepassados tiveram que abandonar a propriedade familiar em busca da própria sobrevivência, indicando assim, um processo de desterritorialização.

Neste sentido, esse processo de desterritorialização foi muito marcante na história familiar dos proprietários da Vinícola La Raderie, que teve, durante os anos 1980, a retomada de suas terras e que agora, segue para uma estabilidade, conforme a fala da proprietária:

“Eu e meu esposo seguimos com o esforço da geração anterior da família para continuar com o que sabemos fazer de melhor, o vinho. Temos muito cuidado para preparar a cada safra o melhor vinho, respeitando o meio ambiente e as leis da natureza. Nós estamos muito orgulhosos do que ajudamos a reconstruir aqui. ” (Proprietária 2, Chahaignes. Outubro de 2019)

É perceptível na fala da vitivinicultora francesa, não apenas a preocupação em seguir com a manutenção da propriedade nas mãos da família, mas também, a existência de um sentimento de pertencimento ao território reconquistado associado à preservação da natureza, a partir de suas práticas agroecológicas. Este ponto, em parte, se assemelha ao que foi identificado nas entrevistas nos assentamentos da região da Campanha Gaúcha, a ser detalhado no próximo capítulo. É o orgulho do recomeçar – da retomada de um território, junto com a preservação do meio ambiente.

Dando prosseguimento às entrevistas na vinícola, ficou evidente a preocupação com a sucessão familiar e o relato a seguir é elucidativo quanto a esta questão na La Raderie:

“Nós sempre tentamos passar aos nossos filhos, a quarta geração da família que irá assumir o negócio da família nos próximos anos, a importância da nossa história e de todo o esforço dos nossos antepassados em manter o nosso domínio de pé, apesar de todas as dificuldades. Eles foram estudar nas cidades, mas esperamos que voltem para assumir a propriedade futuramente, sim”. (Proprietário 1, Chahaignes. Outubro de 2019)

Essa fala do vitivinicultor francês denota a importância de proporcionar aos seus descendentes uma perspectiva de futuro, oportunizando estudar em locais longe da propriedade rural, sem deixar de expressar a importância da continuidade familiar na produção de uvas e vinhos. Do mesmo modo nas entrevistas realizadas nos assentamentos da Campanha Gaúcha no Brasil, destaca-se a esperança expressa na fala do assentado de que, seus filhos poderão retornar à propriedade em um futuro próximo.

Ao dar seguimento nas entrevistas, surgiu o tema das políticas públicas francesas, cenário este que difere daquele encontrado no Rio Grande do Sul- Brasil, considerando o relato da entrevistada:

“Temos apoio significativo do projeto turístico Caves Turísticas. Grande parte dos nossos clientes vêm nos visitar pelo fato de que o nosso site está alojado no portal deste projeto e é a partir de lá que eles (os turistas) nos contatam “. Sem dúvida, o enoturismo tem nos ajudado muito a permanecer aqui trabalhando na nossa vinícola e adoramos o contato direto com os nossos clientes. Muitos deles retornam e nos visitam todos os anos. ” (Proprietária 2, Chahaignes. Outubro de 2019).

São facilidades advindas das políticas públicas que também se destinam ao enoturismo, como demonstra a fala anterior. São projetos realizados a partir de incentivos do governo francês e da União Europeia com subsídios para a agricultura, a partir da PEC - Política Externa Comum, adotada pelos governos europeus em relação à proteção dos preços de seus produtos em relação aos produtos oriundos de outros países fora do continente europeu. Nessa política estão incluídos a produção de uva e de seus derivados, tal como o vinho, fazendo com que os preços dos vinhos sejam competitivos no mercado francês e internacional.

Os maciços investimentos do governo francês, via políticas públicas, abrangem também a cobertura asfáltica integral dos acessos viários às vinícolas, o que facilita a chegada dos turistas e, sobretudo, o retorno dessas pessoas às propriedades rurais. No caso das vinícolas visitadas ficou evidente a facilidade de acesso, o que é bem diferente da realidade encontrada nos assentamentos rurais localizados na Campanha Gaúcha, conforme relatos dos próprios agricultores e das lideranças políticas locais gaúchas, percebidos no próximo capítulo desta tese.

No segundo trabalho de campo realizado na Vinícola Domínio Lelais, em relação ao primeiro critério - motivação do produtor – os vitivinicultores foram questionados sobre quais os motivos que os levaram a optar pela atividade da vitivinicultura, dentro do cenário agrícola e o que os mantém nesta prática de produção de uva e vinho.

Com relação a este cenário, segue a resposta da vitivinicultora entrevistada:

“A nossa família está desde a década de 1970 produzindo as uvas Jasnieres nesse nosso domínio. Passamos por muitas dificuldades e abandonamos o local até os anos 1980. Depois, voltamos para cá para voltar a produzir as uvas e não paramos mais desde então”. (Proprietária 3, Ruillé Sur Loir. Março de 2020)

A fala da agricultora corrobora com o que foi apresentado pelos entrevistados no primeiro trabalho de campo, realizado em 2019, ou seja, que apesar das dificuldades enfrentadas, as famílias dos agricultores decidiram voltar a produzir nas propriedades, principalmente a partir da década de 1980. A seguir imagem da vinícola.

Foto 4: Entrada da Vinícola Domínio Lelais, no Vale do Loire, França.



Fonte: Acervo do autor (Outubro de 2019).

Em relação ao segundo critério que envolve o - percurso do Produtor – os agricultores que praticam a vitivinicultura foram questionados sobre quais práticas agrícolas eles exercem atualmente em suas propriedades. Já no segundo item foram questionados sobre que tipo de produtores eles se consideram: novos produtores, produtores em transição ou produtores convencionais, este último grupo representado na seguinte fala.

“Olha, posso dizer que atualmente nós somos produtores convencionais, mas que prezamos pelas práticas de integração com a natureza e que evitamos comprar produtos que sejam os OGM's - organismos geneticamente modificados, por entendermos que temos que prezar pelo que iremos vender aos nossos clientes. Sim, buscamos fazer o possível para levar ao cliente o melhor produto possível, absolutamente.” (Proprietária 3, Ruillé Sur Loir. Março de 2020)

É perceptível assim, que apesar da produtora se considerar uma agricultora convencional, ela também preza em sua vinícola por um elevado grau de cuidados,

como em relação aos produtos adquiridos para aplicar nos parreirais. Fica claro sua busca por boas práticas agroecológicas, característica esta dos novos produtores, mesmo que estejam dentro do modelo convencional de vitivinicultura.

A seguir no terceiro item, os agricultores da propriedade Lelais responderam sobre questões relacionadas à produção vitivinícola, demonstrada na fala a seguir transcrita:

“Compramos uma pequena parte de uvas de fora da nossa propriedade. A maioria das uvas que geram o nosso vinho têm origem aqui mesmo, dentro do domínio Lelais. Acontece que por estarmos inseridos na Associação de Produtores de Uva locais, temos que comprar um pouco das uvas aqui mesmo da nossa região, mas isso não afeta a qualidade do nosso vinho, nem do nosso terroir.” (Proprietário 4 Ruillé Sur Loir. Março de 2020)

Foto 5: Pipa para vinho em aço inox no Domínio Lelais, Vale do Loire, França.



Fonte: Acervo do autor (Março de 2020).

Foto 6: Cave da Vinícola Domínio Lelais, Vale do Loire, França.



Fonte: Acervo do autor (Março de 2020).

Na sequência, no terceiro critério - razão social e pertencimento – foram abordadas as relações sociais dos vitivinicultores, refletida na fala a seguir:

“A vida da nossa família está integralmente relacionada com a nossa vinícola. Desde cedo, os nossos filhos ajudam em algumas tarefas da rotina diária da propriedade. Vamos na Associação de Produtores local e é lá que temos algum tipo de interação social fora da propriedade. Metade do ano atendemos os turistas e na outra metade a nossa dedicação é integral aos parreirais do nosso domínio e ao processo de vinificação, que ocorre totalmente aqui dentro mesmo.” (Proprietária 5, Ruillé Sur Loir. Março de 2020)

Ao dar prosseguimento ao quarto critério - Incentivos das políticas públicas e satisfação econômica com a propriedade – foram abordadas questões referentes à percepção da presença dos investimentos públicos do setor vitivinícola e o que poderia ser melhorado quanto a estas políticas públicas, percebidos na seguinte fala:

“A gente hoje não recebe mais investimentos, nem nenhuma ajuda diretamente do governo não. O que acontece é que lá no início tivemos acesso a alguns financiamentos para comprar maquinário e recomeçar as nossas plantações, mas já faz tempo e conseguimos pagar tudo em dia. Não sabemos dizer quanto que temos de ajuda do governo porque não dependemos dessa ajuda hoje. ” (Proprietária 3. Ruillé Sur Loir. Março de 2020)

A fala anterior da agricultora francesa também remete à um cenário semelhante ao encontrado nos assentamentos da Campanha Gaúcha quanto à falta de incentivos à produção vitivinícola, no qual poucas famílias acessam/acessaram créditos para incentivos à sua produção.

Finalmente, o quinto critério - Sucessão Familiar- abordou a questão do quanto os vitivinicultores entrevistados sabiam acerca do interesse de seus descendentes – filhos e /ou netos – em continuar com o trabalho da vitivinicultura na propriedade e se após eles se aposentarem deixarão de morar no campo ou se pretendem morar na cidade, explicitada na fala seguinte:

“Nossa filha foi estudar fora o curso de enologia. Ela fez curso superior aqui no nosso país e depois foi estudar o MBA dela no Canadá. Ela conhece a Espanha, a Itália e outros países, mas depois de tanto estudar ela resolveu voltar para a nossa propriedade e trabalhar aqui, conosco. ” (Proprietária 3. Ruillé Sur Loir. Março de 2020)

É importante observar que, a partir dessa fala, vê-se que foi dada à sucessora da propriedade a oportunidade dela se especializar em enologia e estudar no exterior, contudo, a opção da filha da agricultora foi retornar à propriedade e prosseguir com as atividades da família.

Os cinco critérios das entrevistas aqui destacados foram interconectados, de modo a entender um pouco acerca da complexidade socioproductiva dos vitivinicultores franceses do Vale do Loire, bem como suas motivações para seguirem produzindo, suas identidades e percepções quanto às políticas públicas de incentivo, tanto francesas quanto europeias.

Portanto, a proposta deste capítulo foi demonstrar sem uma pretensão maniqueísta entre certo e errado, como a vitivinicultura na região do Vale do Loire se tornou uma alternativa produtiva, envolvendo processo de desterritorialização e de reterritorialização das famílias entrevistadas, assim como o seu sentimento de pertencimento e sua identidade local, demonstrando em alguns momentos similaridades e disparidades com a realidade brasileira encontrada nos assentamentos da Campanha Gaúcha. Ficou evidente o quanto todos estes

elementos corroboram para criar critérios de sucesso produtivo e, até mesmo, alavancar pontos de grande significado, como é o caso da região ter se tornado Patrimônio Mundial da UNESCO nos anos 2000.

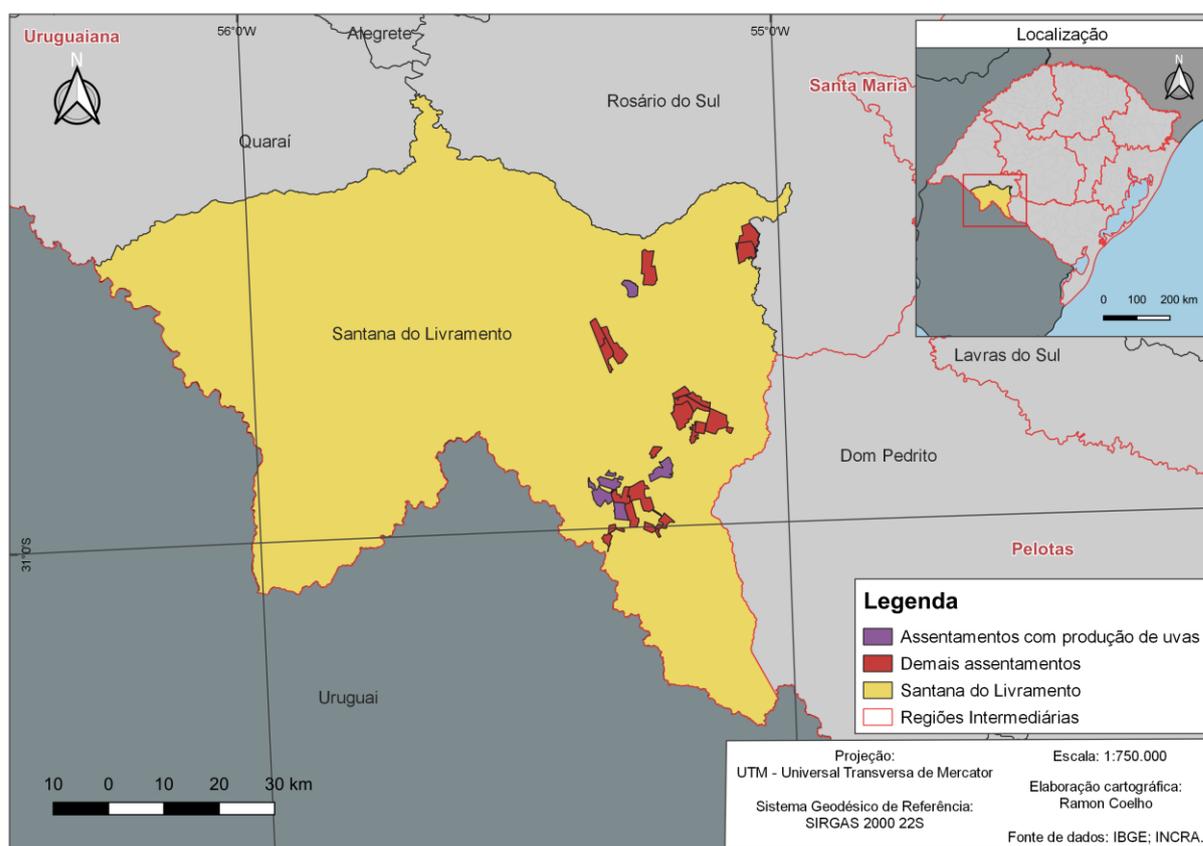
CAPÍTULO 6:

OS ASSENTAMENTOS EM SANTANA DO LIVRAMENTO- RS E AS NOVAS PERSPECTIVAS DE FUTURO: ANÁLISE DAS NOVAS DINÂMICAS SOBRE A PRODUÇÃO VITÍCOLA

A pandemia do vírus COVID-19, instalada ao final do ano de 2019 e começo de 2020 no Brasil e no mundo, e ainda presente em 2022, impossibilitou os deslocamentos para atividades em campo. Entretanto, as análises apresentadas na atual tese são frutos de trabalhos de campo desenvolvidos entre os anos de 2018 e começo de 2019.

Neste sentido, 9 assentamentos foram visitados em Santana do Livramento-RS onde foram aplicadas entrevistas semiestruturadas. Os assentamentos visitados foram: PE Sepé Tiaraju III, PA Cerro do Munhoz, PA Bom Sera, PA Posto Novo/Morro da Cruz, PA Coqueiro, PA Jupira/Sao Leopoldo, PE Conquista do Cerro da Liberdade, PE Apolo e PE Recanto. Os mesmos estao representados na Figura 10, a seguir.

Figura 10: Mapa dos assentamentos visitados em Santana do Livramento entre os anos de 2018 e 2019.



Fonte: IBGE/INCRA (2022).

Nas pesquisas de campo foram observadas infraestruturas locais, tais como: escolas, transporte escolar no interior para atender às escolas localizadas nos assentamentos rurais, salões comunitários para eventos, igrejas, bem como transformações na paisagem tradicional do pampa com a presença dos vinhedos nos lotes dos agricultores assentados, este último observado na imagem a seguir.

Foto 7: Área de vinhedos localizada no Assentamento Cerro do Munhoz, em Santana do Livramento- RS / Brasil.



Fonte: Acervo do autor (Abril de 2019).

Foto 8: Salão paroquial à esquerda e Igreja Católica à direita em azul, localizados no Assentamento Bom Será, em Santana do Livramento- RS/ Brasil.



Fonte: Acervo do autor (Junho de 2019).

Foto 9: Escola localizada no Assentamento Bom Será, em Santana do Livramento- RS / Brasil.



Fonte: Acervo do autor (Junho de 2018).

Seguindo a apresentao dos resultados obtidos, optou-se pela análise de conteúdo, a partir das teorias de Bardin (1980), como a mais adequada aos objetivos propostos desta pesquisa. Esta análise partiu das aplicaoes das entrevistas das atividades de campo realizadas, levando em considerao o contexto da realidade social/local dos atores, além do conteúdo das respostas.

Ainda de acordo com Bardin (1980), somente após a análise metodológica  possível categorizar os elementos constitutivos das mensagens, ou seja, das particularidades e trajetórias de vida de cada assentado, bem como o que os levou a optar, no caso do tema desta pesquisa, pela prática vitícola.

Diante deste cenário, a importância que os agricultores assentados da Campanha Gaúcha do  questão da produo e do trabalho na terra, se destaca em cerca de 80% das entrevistas, onde apontam esta relao como positiva em complemento às melhorias que estas trouxeram às suas vidas, como demonstram os trechos a seguir:

“Mudou a visão que tinha sobre o mundo, a realidade, a vida, a produo, os cuidados com o meio ambiente, com a terra, os animais. Principalmente que temos que saber cuidar da natureza para dela sobreviver. Não tinha nenhuma consciência de que tínhamos que cuidar da terra para dela sobreviver.” (Entrevistado 16, 47 anos. PA Cerro do Munhoz, Santana do Livramento. Abril de 2019.).

“Saímos do sonho da autonomia (a utopia do sonho) para a autonomia propriamente dita. Foi um processo árduo: foi a melhor coisa que a gente poderia ter feito [...] “Éramos agregados na fazenda em Iraí. Agora nós fomos para a nossa terra propriamente dita: realizamos o sonho da terra própria. O hábito do churrasco em família é um hábito de todos os domingos, que reúne a nossa família toda.” (Entrevistado 4, 31 anos. PA Posto Novo / Morro da Cruz. Santana do Livramento. Junho de 2018.).

“Vim criança pra cá e hoje tenho muito mais reponsabilidade. Vim pra cá filho de produtor e hoje sou um produtor. Sempre fui um assentado. Respeito a terra e tento produzir da melhor maneira possível. O clima está cada vez mais difícil: ou chove de menos, ou chove de mais. Não tem mais uma lógica.” (Entrevistado 10, 30 anos. PE Apolo, Santana do Livramento, abril de 2019).

“Antes eu morava na cidade, meus familiares são de origem da roça, sempre tive muita admiração e respeito pelas pessoas que trabalham com a terra. Hoje sinto enorme satisfação em colocar na mesa os alimentos produzidos por nós mesmos.” (Entrevistado 7, 38 anos. PA Jupira / São Leopoldo, Santana do Livramento, junho de 2018).

“O que mudou foi que eu trabalhava de peão e hoje trabalho junto com a minha família e construí uma vida melhor”. Minha relação sempre foi com a terra, porque eu era filho de assentado, trabalhava de peão para fora, nas granjas. Praticamente me criei na terra.” (Entrevistado 2, 49 anos. PA Jupira/ São Leopoldo, Santana do Livramento, junho de 2018).

Ainda sobre a relação da terra para os assentados, os trechos a seguir, ratificam o orgulho da luta pela terra conquistada, bem como reafirmam a importância desta conquista para os descendentes destes trabalhadores assentados:

“Mudou muito e o mais importante foi toda a luta que a gente teve pra chegar até aqui. A gente valoriza muito e tenta transmitir pros mais jovens a importância dessa nossa história toda, sabe né? Pra eles não se iludirem com a cidade e depois voltarem aqui pro lote sem eira e nem beira”. (Entrevistado 18, 56 anos. PA Cerro do Munhoz, Santana do Livramento, Abril de 2019).

“Mudou muito porque chegamos sem nada aqui e construímos através da nossa luta a produção no lote. Hoje moramos em casa boa, com carro e boas condições de vida.” (Entrevistado 6, 43 anos. PA Jupira/São Leopoldo, Santana do Livramento, Junho de 2018).

“Mudou até o verde da terra, a gente plantou tudo. Bens, família, a gente conquistou tudo trabalhando duro. Demos faculdade para os filhos, agora tem tecelagem para nós, mulheres, trabalhar juntas.” (Entrevistado 14, 66 anos. PA Cerro do Munhoz, Santana do Livramento, Abril de 2019).

Outro aspecto fortemente presente nas entrevistas está relacionado ao crédito agrícola, cerca de 80% dos produtores entrevistados relataram que acessam ou já acessaram o crédito. É perceptível, inclusive, que este acesso é importante e poderia alavancar a sua produção, sobretudo, a viticultura, porém para em média

60% destes agricultores, a obtenção de crédito agrícola no sistema financeiro é muito difícil, conforme os trechos a seguir destacados:

“Hoje não tenho mais acesso. Logo que cheguei tinha dinheiro, mas usava para alimentação e moradia. Agora está muito mais difícil conseguir o acesso de crédito agrícola nos bancos”. (Entrevistado 3, 30 anos. PA Cerro do Munhoz, Santana do Livramento. Junho de 2018).

“Sim, tive o PRONAF. Hoje não consigo mais renovar pela dificuldade de acesso”. (Entrevistado 5, 40 Anos. PA Coqueiro, Santana do Livramento. Junho de 2018).

“Sim. Pegamos só PRONAF e não quisemos pegar mais. Muita burocracia.” (Entrevistado 8, 43 anos. PA Cerro do Munhoz, Santana do Livramento. Junho de 2018).

Uma das relações mais potentes percebidas nas entrevistas, além do orgulho pela luta e conquista da terra, como anteriormente citado, está na permanência e no cultivo dos lotes, pois cerca de 90% dos entrevistados querem permanecer cultivando suas terras, bem como desejam que seus filhos e netos possam continuar trabalhando ali, e que também possam se reproduzir econômica, social e politicamente, de acordo com as afirmações a seguir:

“Sim, tenho como planejamento de vida. Tenho três filhos assentados e os dois mais novos já trabalham na base do assentamento. Todos pretendem continuar no assentamento”. (Entrevistado 4, 31 anos. PA Posto Novo/Morro da Cruz. Santana do Livramento. Junho de 2018).

“Não me imagino afastado do campo. Incentivo meus filhos a seguirem no assentamento”. (Entrevistado 5, 40 anos. PA Coqueiro, Santana do Livramento. Junho de 2018).

“Com certeza, estamos fazendo de tudo para nós e eles permanecerem no campo”. (Entrevistado 6, 43 anos. PA Jupira/São Leopoldo, Santana do Livramento. Junho de 2018).

“Sim, até o fim da minha vida. Enquanto eu puder trabalhar eu tô aqui”. (Entrevistado 15, 68 anos. PA Cerro do Munhoz, Santana do Livramento. Abril de 2019).

“Sim. Meus filhos também. Saíram para estudar e estão voltando (técnico agrícola e agrônomo). Esse é o meu canto, da minha família. Não vamos embora. Resistimos quando passamos fome e não sabíamos para onde seguir. Hoje sabemos para onde andar e como andar”. (Entrevistado 19, 56 anos. PA Cerro do Munhoz, Santana do Livramento. Abril de 2019).

Com relação a questão produtiva propriamente dita, uma das estratégias apontadas pelos assentados foi a diversificação da produção, inclusive, esta prática foi apontada por cerca de 70% dos entrevistados, destes cerca de 60% produzem uvas e outras frutas e hortaliças para consumo da família e vendem o excedente nas

feiras do produtor rural, localizadas nas sedes urbanas dos municípios da Campanha Gaúcha, conforme o trecho a seguir:

“Nós tinha um pouco de terra só, era meeiro. As criança tinha pouca roupa e não sobrava. A gente acampou em Cruz Alta, até chegar na Hulha Negra, atual Bagé. Aqui, a terra é boa e a gente vende nas feiras o que a gente produz, até hoje.” (Entrevistado 14, 66 anos. PA Cerro do Munhoz, Santana do Livramento, abril de 2019).

Esta estratégia de comercialização em feiras locais, fugindo da figura do atravessador ou do atacadista revela uma importante faceta destes agricultores assentados: a sua continuidade no trabalho, não importando as dificuldades que possam existir, e a resiliência apresentada diante das diferentes crises.

Ainda sobre a questão produtiva e as estratégias adotadas pelos agricultores assentados do município de Santana do Livramento, um relato de uma técnica agrícola chama a atenção, ao destacar que:

“A EMATER deu laudo negativo para a produção agrícola em Santana do Livramento. Então tivemos que fazer pesquisa sobre épocas de plantio, e que espécies se adaptavam a região”. (Entrevistada 3, PA Cerro do Munhoz, Santana do Livramento. Abril de 2019).

Outro relevante ponto abordado nas entrevistas foi a questão da assimilação da população local – e das lideranças políticas locais – relacionada aos agricultores assentados, que no início da instalação dos lotes eram chamados de “vadios”, “ladrões”, entre outros termos pejorativos. Com o passar dos anos esta primeira impressão foi sendo deixada de lado e atualmente, há inclusive, nas câmaras legislativas locais de vários municípios da Região da Campanha Gaúcha, alguns vereadores - agricultores assentados – bem como secretários municipais da agricultura. Inclusive, dentre as 4 lideranças políticas locais entrevistadas 3 são/eram vereadores do município de Santana do Livramento, que também são agricultores assentados.

Ainda sobre a relação da população “nativa” com os assentados logo em sua chegada, os trechos das entrevistas, a seguir, com as lideranças locais demonstram um pouco deste conturbado início da instalação dos assentamentos:

“Não foi receptiva. A cultura era totalmente diferente: só pecuária de corte e arroz. Depois foi assimilando e hoje estão sendo mais aceitos”. Entrevistado 1. Secretaria de Agricultura de Santana do Livramento. Junho de 2018).

“No início, teve muita rejeição por parte das pessoas. As pessoas mais simples pensam com a cabeça do opressor”. (Entrevistado 3. Câmara de Vereadores de Santana do Livramento. Junho de 2018).

“Eles tinham medo de nós...fechavam as portas e as janelas quando a gente chegava na cidade. Com o tempo, acabaram nos aceitando, o povo e a população só mesmo” (Entrevistado 4. Vereador entre 1997 e 2000 em Santana do Livramento. Abril de 2019).

Assim, a importância dos assentamentos para os municípios onde estes se instalaram, ainda que tivessem um início complicado, é reconhecida pelas lideranças políticas locais e pode ser percebida nas seguintes falas:

“Os assentamentos não são ruins para o município. Muitas famílias voltam para o campo e as escolas rurais mantêm os filhos no campo. Ela foi positiva no sentido de diversificar a produção nos assentamentos, com Feira do Produtor e artesanato, além das agroindústrias dos derivados de leite (queijo, iogurte)”. (Entrevistado 1. Secretaria de Agricultura de Santana do Livramento, junho de 2018).

“Sim. Se não fosse os assentados e os aposentados, o que seria do município? A COPERFORTE é a terceira força local em arrecadação do ICMS no município, com mais de um milhão de litros produzidos por dia”. (Entrevistado 4. Vereador entre 1997 e 2000 em Santana do Livramento. Abril de 2019).

“Sou um representante dos assentamentos, com os assentamentos travou o êxodo rural. Tem abrigos e ilhas de pequenas florestas que mudaram o campo”. (Entrevistado 3. Câmara de Vereadores de Santana do Livramento. Junho de 2018).

As dificuldades de algumas lideranças locais em adentrar ao cenário político por conta de suas origens, como trabalhadores assentados, pode ser percebida no seguinte trecho:

“Não foi fácil. Fui o primeiro vereador assentado e tive que enfrentar muito preconceito, os caras do (antigo) PDS nem me deixavam falar”. (Entrevistado 4. Vereador entre 1997 e 2000 em Santana do Livramento. Junho de 2019).

Seguindo com os resultados, em relação às observações realizadas nas atividades de campo, fica evidenciada a urgência de uma maior atenção dos agentes políticos locais – e também de outros níveis – à questão do enfraquecimento local das cooperativas de prestação de serviços técnicos, como a ⁵COPTEC, que davam apoio técnico aos agricultores assentados e tiveram as suas atividades descontinuadas pelo último governo estadual, que rompeu unilateralmente o contrato ao não realizar o pagamento de sua contrapartida.

⁵ A Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda. - COPTEC é uma prestadora de serviços técnicos, sociais e ambientais que atuam em áreas de reforma agrária, ligada ao MST. Criada em 1996 desde o projeto Lumiar (De Sá *et al*, 2012), ela continua em 2022 com o CNPJ ativo, porém sem exercer suas atividades, graças à falta de incentivos do poder público.

A fala de uma das lideranças políticas locais evidencia a importância do apoio das políticas, inclusive relacionado ao trabalho desenvolvido pela COPTec:

“Aqui, a gente não tem apoio local. Só o SEBRAE deu a assistência técnica. A EMATER deu assistência no início, depois veio a COPTec para ajudar e ela foi feita pelo próprio movimento”. (Entrevistado 4. Vereador entre 1997 e 2000 em Santana do Livramento. Abril de 2019).

A fala de uma técnica agrícola que trabalhou na cooperativa de prestação de serviços técnicos, a COPTec, entre os anos de 2009 a 2017, explicita uma percepção alarmante sobre a atual ausência de assistência técnica aos agricultores assentados, ao evidenciar que:

“Hoje não tem acompanhamento de técnicos, há alguns atendimentos esporádicos, através da EMATER, IRGA, COPERFORTE e outros. Quando há uma assistência técnica continuada consegue-se atender as três áreas (social, produtiva e ambiental), porém quando é esporádico se perde muita produção.” (Entrevistada 3. PA Cerro do Munhoz, Santana do Livramento. Abril de 2019).

Corroborando com o que a técnica agrícola ressaltou, duas falas a seguir; de um técnico agrícola vinculado ao IRGA, e de um técnico agrícola da COPERFORTE, evidenciam os aspectos anteriormente abordados:

“Pelo IRGA não há o foco de atendimento a assentamentos. Existe o atendimento ou acompanhamento aos produtores assentados que plantam o arroz irrigado. 1 técnico – 6 produtores” (Entrevistado 2, Santana do Livramento. Abril de 2019).

“A COPTec tinha 14 técnicos. A EMATER tem de 4 a 5 pessoas e a COOPERFORTE hoje tem dois técnicos. Eram cerca de 20 técnicos ao todo, e hoje não passam de 7 para atender todos os assentamentos do município. Portanto, há o debate da ausência de uma assistência técnica atualmente” (Entrevistado 1. Santana do Livramento. Abril de 2019).

As duas falas apresentadas assemelham-se em muitos pontos à fala da técnica agrícola que trabalhou por vários anos na COPTec. Logo, as impressões e opiniões dos três técnicos agrícolas que foram entrevistados aproximam-se do que foi destacado, principalmente no que se refere a importância de uma assistência técnica presente e permanente nos assentamentos rurais do município.

Ainda sobre o poder público, foi verificado nos assentamentos visitados, que o poder público local e estadual não dá a devida atenção aos incentivos necessários para a sua produção agrícola, como fica evidente nos seguintes trechos:

“Em qualquer nível são precários, sabe né? O município investe nada nos assentamentos. Não há investimentos de logística e apoio à produção da gente. Tem uns exemplos, do Luz para Todos, do Minha Casa Minha Vida, que foram umas políticas públicas federais que chegaram aqui no assentamento.” (Entrevistado 1, 35 anos. PE Sepé Tiaraju III, Santana do Livramento. Junho de 2018).

“São precários. A ESF (Estratégia de Saúde da Família) e as escolas rurais e o transporte público chegam muito pouco nos assentamentos do município”. (Entrevistado 5, 40 anos. PA Coqueiro, Santana do Livramento. Junho de 2018.).

“Na verdade, é precário...sabe? No ano passado, os ônibus escolares pararam de passar por 3 vezes, em vários dias, por falta de pagamento. Prometeram - o Estado - e não fizeram poço artesiano aqui no assentamento”. (Entrevistado 13. 40 anos. PE Conquista do Cerro da Liberdade, Santana do Livramento. Abril de 2019.).

Seguindo com relação às demandas referentes ao poder público e à infraestrutura, a péssima condição das estradas é a mais citada em cerca de 60% das entrevistas com os assentados, como pode ser vista nas transcrições das falas, bem como na fotografia posterior:

“Eu acho muito precário. Chega muito pouco no assentamento, as estradas tem umas picadas com um pneu só para passar, tá muito triste a situação.” (Entrevistado 6, 43 anos PA Jupira/São Leopoldo, Santana do Livramento. Junho de 2018.).

“Puxamos a luz particular. Não tem a pavimentação contínua das estradas daqui. Os nossos filhos vão de ônibus escolar para a escola estadual, que fica perto do assentamento”. (Entrevistado 10, 30 anos. PE Apolo, Santana do Livramento. Abril de 2019).

“A coisa não tá boa. A luz veio via Luz para Todos e a casa do Minha Casa Minha Vida. O transporte escolar veio do governo federal também. O município não investe nas estradas rurais, tá bem difícil a situação”. (Entrevistado 12, 28 anos. PE Recanto, Santana do Livramento. Abril de 2019).

“Está complicado. Para as estradas é bem complicado conseguir uma manutenção de estrada. Graças ao governo Olívio a escola Bom Será foi inaugurada, mas a Yeda fechou a escola Sepé Tiaraju, o que foi um desmonte. (Entrevistado 15, 68 anos. PA Cerro do Munhoz, Santana do Livramento. Abril de 2019).

“São poucos, na esfera municipal não tem o básico que seria o acesso às estradas sempre de péssimas qualidade, interditadas em várias épocas do ano. O estado não é diferente, no passado recebemos investimentos na produção (recuperação do solo, mudas de pomar). Federal é uma vergonha, em 3 anos acabou a assistência técnica, o INCRA está acabando, completo abandono”. (Entrevistado 19, 56 anos. PA Cerro do Munhoz, Santana do Livramento. Abril de 2019).

“Tem muito pouco que chega aqui, quase nada sabe. As estradas é onde a gente vê menos os investimentos ainda, estão bem precários nessa parte”. (Entrevistado 17, 59 anos. PA Cerro do Munhoz, Santana do Livramento. Abril de 2019).

Esta questão da falta de manutenção e investimento nas estradas é tão séria e evidenciada, que até uma liderança política local reclama das condições das mesmas, assim como os trabalhadores assentados anteriormente apontaram, como pode ser visto tanto na fala seguinte quanto na foto posterior:

“Falta investimento para as estradas. São 4.200 km em extensão territorial. A nível de estado e governo federal faltam recursos para estradas e assistência técnica”. (Entrevistado 1. Secretaria de Agricultura de Santana do Livramento. Junho de 2018).

A problemática em torno da falta de manutenção das estradas e principalmente, das políticas públicas que contemplem os assentamentos, em um primeiro momento pode parecer uma demanda particular destas comunidades. Mas com a importância social, econômica, cultural e ambiental dos assentamentos, estas questões impactam a cadeia produtiva dos municípios uma vez que são eles, os assentamentos, os atuais geradores da economia local.

Foto 10: Estrada no Assentamento Cerro do Munhoz em precárias condições. Santana do Livramento- RS/ Brasil.



Fonte: Acervo do autor (Abril de 2019).

Nas entrevistas identificou-se que cerca de 50% dos entrevistados ou é assentado (a) ou filho (a) de agricultores assentados. No caso dos (as) filhos (as) ficou evidente o avanço que conseguiram alcançar por meio dos estudos, resultado do estímulo das famílias em relação à educação de seus descendentes, sempre pensando na sucessão familiar:

“Mudou muito. Viemos com uma mão na frente e outra atrás - passamos um ano e nove meses no acampamento. Hoje faço faculdade de Desenvolvimento Rural e Políticas Públicas. Sou filho de pequeno agricultor, me criei na terra com arado de boi em Três Palmeiras. Passei fome por não ter o que comer, nem ter o que vestir no inverno.” (Entrevistado 5, 40 anos. PA Coqueiro, Santana do Livramento. Junho de 2018).

“Eu acho que, vinte anos depois, foi um salto de qualidade de vida. Conseguimos criar os quatro filhos e ter toda uma estrutura econômica importante (recursos materiais financeiros suficientes). Meus três filhos têm faculdade e a filha tem ensino médio”. (Entrevistado 3, 30 anos. PA Cerro do Munhoz, Santana do Livramento. Junho de 2018.).

Ao longo das entrevistas, das pesquisas em geral e da observação local foi percebida uma grande diferença entre as identidades apresentadas pelos agricultores assentados, advindos do norte do estado do Rio Grande do Sul em relação àqueles que são nativos da Campanha Gaúcha. Apesar de já ter passado mais de 20 anos, as expressões e o sotaque ainda são evidentes, bem como o trato com a terra, pois os *colonos* plantam frutíferas, têm seu “pomar” assim como a produção de hortas, enquanto os *nativos* continuam, principalmente, com a atividade de criação extensiva de gado bovino.

Neste sentido, aliada à uma pouca receptividade da população “nativa”, as dificuldades de adaptação relacionadas ao clima e à produção agrícola são evidenciadas nas falas a seguir, como um componente do processo de reterritorialização pela qual estas famílias assentadas precisaram passar:

“Na verdade, demoramos bastante para se adaptar porque as características de solo arenoso da região são diferentes das do Norte e as condições - características - do solo são de secas no verão. O milho no início não deu certo e agora estamos diversificando a produção”. (Entrevistado 2, 40 anos. PA Jupira /São Leopoldo, Santana do Livramento. Junho de 2018.).

“Não, foi muito difícil de se adaptar. Com 3 filhos, a nossa família passou por muitas dificuldades. Em 1993, a nossa família chegou e demorou para assimilar a cultura e o clima daqui. Após muitos anos que a sociedade, o povo lá da cidade, sabe...aceita o papel dos nossos assentamentos e nossa importância econômica”. (Entrevistado 3, 30 anos. PA Cerro do Munhoz, Santana do Livramento. Junho de 2018).

“Não foi fácil a adaptação por falta de acompanhamento técnico. A gente queria fazer duas safras de milho, mas sofremos muitos prejuízos por quatro anos devido às condições do clima e do solo da região. Depois que conseguimos lavrar a terra, chegamos e tentamos reproduzir a agricultura do Norte do estado, mas não deu muito certo”. (Entrevistado 4, 31 anos. PA Posto Novo / Morro da Cruz. Santana do Livramento. Junho de 2018).

“Não, procurávamos seguir o que fazíamos no Norte do Estado. O milho era plantado em setembro, mas aqui é em maio”. (Entrevistado 5, 40 anos. PA Coqueiro, Santana do Livramento. Junho de 2018).

“A gente estranhou quando chegou aqui o frio e o vento minuano. Não tinha estrada e a gente não tinha carro. Hoje a gente gosta daqui um pouco.” (Entrevistado 14, 66 anos. PA Cerro do Munhoz, Santana do Livramento. Abril de 2019).

“Não, o solo é muito diferente, o inverno é mais rigoroso. Na época, a região aqui só trabalhava com gado e ovelha e eu só trabalhava com agricultura”. (Entrevistado 19, 56 anos. PA Cerro do Munhoz, Santana do Livramento. Abril de 2019).

É perceptível na fala dos assentados entrevistados que uma parte considerável deles veio do Norte do estado do Rio Grande do Sul, logo, têm suas origens atreladas à cultura advinda dos imigrantes italianos, na qual a produção de uvas é uma prática agrícola tradicional.

Portanto, na nova região, ou seja, no território reterritorializado, os agricultores assentados construíram uma identidade com este novo território marcada pela cultura, por suas origens e por serem também produtores de uva.

Neste sentido, de acordo com Bagés e Granié (1997), o que leva a constituição do território é a identidade e o sentimento de pertencimento que são fundamentais no processo de organização da produção do assentamento.

De acordo com o que foi levantado anteriormente sobre as políticas públicas nos assentamentos da Campanha Gaúcha, que consta no capítulo 4, e com as abordagens apontadas nas entrevistas, identifica-se, portanto, que a produção vitícola, mostra a importância que a reforma agrária brasileira está apresentando, principalmente em termos de inovação na produção agrícola dos agricultores assentados, e suas repercussões socioterritoriais, que são cada vez mais evidentes para a comunidade local:

“Sim, planejo seguir plantando as minhas uvas. Os meus filhos seguem ajudando também. Principalmente a uva, tenho 4 hectares plantados. Planto porque sempre sonhei em ter uma plantação só minha, o que hoje é realidade. Já tinha tentado plantar as uvas, mas não "pegou" na primeira vez.” (Entrevistado 17, 59 anos. PA Cerro do Munhoz, Santana do Livramento. Abril de 2019).

“Hoje não pego mais. Tive o PRONAF, mas hoje em dia estou estabilizado financeiramente com as uvas”. (Entrevistado 15, 68 anos. PA Cerro do Munhoz, Santana do Livramento. Abril de 2019)

O plantio da uva, para além da questão cultural e econômica evidente nas falas anteriores, também desperta os assentados para o papel ambiental que este tipo de cultivo exerce para a proteção da natureza:

“No restante a gente não usa esses agrotóxicos. O 2-4-D está prejudicando bastante a safra da uva. Vamos tendo uma quebra na safra desde o ano passado”. (Entrevistado 17, 59 anos. PA Cerro do Munhoz, Santana do Livramento. Abril de 2019).

A partir das questões levantadas evidencia-se, que em Santana do Livramento uma nova configuração social, econômica, cultural e também ambiental vem sendo desenvolvida ao longo dos últimos anos, no cerne de uma sociedade que por muito tempo tinha na produção agropecuária sua forte marca e hoje, começa a dar espaço para novos cenários, como é o caso da produção de uva e no caso especial desta pesquisa, da produção de uvas nos assentamentos e de tudo o que esta alternativa produtiva pode apresentar.

Foto 11: Área de vinhedos localizada no Assentamento Bom Será, em Santana do Livramento- RS / Brasil.



Fonte: Acervo do autor (Junho de 2018).

Foto 12: Área de vinhedos localizada no Assentamento Cerro do Munhoz, em Santana do Livramento- RS / Brasil.



Fonte: Acervo do autor (Junho de 2018).

As lideranças políticas locais já reconhecem a importância dos assentamentos rurais para a economia de seus municípios e a sua diversificação produtiva e social, como demonstrado a seguir:

“Foi porque diversificou a produção, a gente saiu da pecuária só, como tinha antes”. (Entrevistado 4. Vereador entre 1997 e 2000 em Santana do Livramento. Abril de 2019).

Apesar da ausência de investimentos por parte dos poderes públicos brasileiros, nas mais diferentes esferas, desde a municipal, passando pela estadual e até chegar à federal, os agricultores assentados continuam mantendo suas produções vitícolas e elaborando diferentes estratégias de comercialização da sua produção, como visto no caso da participação em feiras de produtores locais, nos centros urbanos das cidades da Região da Campanha Gaúcha.

Portanto, com base em Saquet e Santos (2010) é possível afirmar que o processo de reterritorialização dos agricultores assentados na Campanha Gaúcha

avançou e, que apesar de lembrarem de suas origens, cerca de 90% dos assentados entrevistados não pensa em retornar para a região de origem. Esta é a confirmação de que os laços identitários, o sentimento de pertencimento ao território são fortalecedores dos processos sociais, produtivos e econômicos que foram ressaltados na maioria das entrevistas realizadas.

A necessidade de se estabelecer na terra conquistada, formar laços, fincar raízes e se identificar com o novo território, mesmo diante de todas as dificuldades de adaptação apresentadas e da saudade da terra de origem, podem ser percebidas na construção de um mapa mental que os assentados da comunidade Bom Será elaboraram, fazendo referência ao futuro do assentamento, bem como suas lutas e o que todos visionavam à ocasião de sua constituição há mais de 20 anos e que na sequência pode ser apreciado.

Foto 13: Mapa Mental feito pelos assentados do Assentamento Bom Será, em Santana do Livramento- RS / Brasil.



Fonte: Acervo do autor (Junho de 2018).

Diante deste cenário apresentado, é possível perceber que os laços identitários e constitutivos de um território, perpassam a questão social, produtiva e até econômica, estes laços transformam vidas, moldam futuros, reestruturam sociedades e deixam marcas inesquecíveis naqueles atores inseridos neste processo, que no caso especial desta pesquisa, são os agricultores assentados de Santana do Livramento- RS, Campanha Gaúcha.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese, ao longo de seu desenvolvimento, tentou demonstrar a existência de uma nova perspectiva produtiva relacionada à viticultura, que está presente em vários assentamentos rurais da Campanha Gaúcha, mais notadamente, no município de Santana do Livramento – RS.

Diante deste cenário, algumas das mudanças advindas da reforma agrária nesta região do estado do Rio Grande do Sul, denotaram, sem sombra de dúvidas, grandes esforços oriundos da luta pela terra, relacionadas às questões sociais, ambientais, culturais e econômicas. Essas mudanças foram possíveis, a partir do incentivo das políticas públicas, iniciado pelo governo do Estado no final da década de 1990.

Assim, ao partir da espacialização demonstrada nos mapas e tabelas presentes na introdução desta pesquisa, é perceptível o quanto os impactos trazidos pela instalação dos assentamentos na região da Campanha Gaúcha são importantes para os trabalhadores assentados e, sobretudo, afetam as relações produtivas na sociedade e nas organizações locais e regionais.

Tendo em vista esse contexto de transformações na escala produtiva local e regional, a partir da reforma agrária e da instalação dos assentamentos, baseado nos dados e informações apresentados ao longo desta pesquisa, é possível vislumbrar as mudanças ocorridas na configuração sócio-territorial da região da Campanha Gaúcha. Mudanças estas ocasionadas pela entrada dos assentamentos em uma área tradicional de grande propriedade pecuarista, que hoje é marcada pela presença da agricultura familiar e que vê parte de seu território “devastado” para dar lugar à pequena propriedade.

Neste sentido, para responder o problema desta pesquisa trazido no capítulo I, que é: “A viticultura desenvolvida nos assentamentos rurais da Campanha Gaúcha é uma alternativa de diversificação da produção agrícola ou é uma expressão cultural dos agricultores assentados reterritorializados na Campanha Gaúcha?” E da hipótese, que é: “Os assentados da região da Campanha Gaúcha ao diversificarem sua produção agrícola com a prática da viticultura expressam os seus saberes tradicionais, ao mesmo tempo em que respondem às demandas das políticas públicas”, foram utilizados como elementos de construção ideológica diversos

conceitos geográficos, desde a escala geográfica, passando pelos atores territoriais, chegando até às repercussões territoriais na última seção.

Dando continuidade acerca do problema e da hipótese desta pesquisa, sobre o problema, foi identificado por meio das investigações propostas, que a viticultura é uma alternativa de diversificação da produção agrícola, assim como também é uma forma de expressão da cultura dos agricultores assentados reterritorializados advindos de outras regiões do Rio Grande do Sul.

Em relação à hipótese, a mesma foi se evidenciando conforme o desdobramento desta pesquisa, pois a diversificação da produção agrícola, através da prática da viticultura é comprovadamente uma expressão dos saberes tradicionais dos agricultores assentados e que, concomitantemente, respondem às demandas das políticas públicas.

Os dados apresentados por meio de tabelas, figuras, ilustrações e fluxogramas, além das falas dos agricultores assentados, das lideranças políticas locais e dos técnicos agrícolas entrevistados, corroboraram com a resolução do problema e da hipótese levantados por esta tese.

Assim, os objetivos principal e específicos estabelecidos foram majoritariamente atingidos, levando em consideração as dificuldades ocorridas no período de realização dos trabalhos de campo, principalmente, a partir do final do ano de 2019 e início de 2020, com a disseminação da pandemia de COVID-19 e por consequência, a impossibilidade do contato presencial. Acrescento ainda, uma batalha familiar travada neste mesmo período com uma conclusão fatalística. Esses dois argumentos, embora negativos, respondem à questão da intensificação dos estudos, predominantemente, por meio virtual, sobretudo, nos dois últimos anos de desenvolvimento desta tese, nos quais foram fortalecidas a pesquisa de dados secundários e o referencial bibliográfico.

Neste sentido, os dados trazidos, que foram a base para essa investigação científica, tiveram como fonte de consulta sítios eletrônicos de diversas instituições oficiais de pesquisa, como o IBGE, INCRA, EMATER, EMBRAPA, MAPA, UVIBRA entre outros, sendo que em algumas delas, infelizmente, não aconteceu a atualização do seu banco de dados nos últimos anos, tornando assim, alguns dados aqui apresentados um pouco defasados.

Progressivamente, no segundo capítulo da tese, acerca da reforma agrária no Brasil e os seus diferentes aspectos, é sabido que a modernização da agricultura

trouxe efeitos perversos de ordens sociais e ambientais, como o aumento das áreas de monoculturas, maior concentração de terras e utilização de insumos, aumento da mecanização no campo e a conseqüente diminuição da força de trabalho humano. Esses aspectos, aliados a inviabilidade econômica dos pequenos produtores, que foram obrigados a abandonar suas propriedades por não terem condições de se adaptar a nova realidade, imposta através de políticas governamentais, levaram à um fenômeno muito conhecido, chamado de êxodo rural.

Nesse contexto, é perceptível que há muito tempo a luta pela terra deixou de ser exclusividade de camponeses e proprietários de minifúndios expulsos de suas terras que lutam pela sua sobrevivência no campo. Algumas pessoas advindas desse processo, que estão na cidade e se encontram em situação de pobreza, se juntam à luta pela terra em busca de melhorias na qualidade de vida, refletindo o retorno da valorização campestre, através da representação de uma alternativa de reterritorialização para estas pessoas, que de alguma forma, sofreram exclusão nas cidades, mas que em determinado momento de suas vidas acreditaram, que a cidade poderia lhes trazer melhores oportunidades de trabalho e renda, e assim, foram atraídas para estes espaços.

Seguindo na pesquisa, em relação ao terceiro capítulo, para que se tenha um melhor entendimento das repercussões territoriais, propriamente ditas, é necessário voltar à questão da escala geográfica nos assentamentos da Campanha Gaúcha com a presença da viticultura e tentar “[...] compreender o que ocorre localmente neste processo histórico sempre considerando as conjunturas, os contextos enfim, as influências daquilo que ocorre em nível global, nacional e regional”. (MONTEBLANCO, 2013 p. 6).

Em atenção à este contexto, algumas das respostas dos atores territoriais foram demonstradas em um esforço conjunto de sistematização entre os teóricos estudiosos do tema e as opiniões e percepções dos atores territorialmente envolvidos nesta pesquisa, tentando assim, entender quais as repercussões no território, a partir dessa relação estabelecida.

Deste modo, os conceitos trazidos, a partir das definições tanto de Becker (1983), quanto de Furtado (2013), levam à uma mudança de paradigmas sobre o que são os novos atores territoriais e como os agricultores assentados podem ser contemplados dentro desta nova configuração como legítimos atores, que se organizam e que constituem um novo território dentro do território historicamente

existente, nesse caso, na Campanha Gaúcha.

Seguindo na tese, no quarto capítulo, referente à Campanha Gaúcha e as novas identidades dos agricultores assentados, se faz compreensível que a pequena propriedade nesse espaço, traduzida aqui pelos assentamentos, represente a conquista do território no contexto da luta pela terra. É possível, a partir das informações trazidas, perceber nos históricos dos indivíduos pesquisados um processo de desterritorialização, quando pelos mais variados motivos são obrigados a deixar os seus territórios de nascimento/origem e a ingressar no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em busca de sua reterritorialização.

Assim, o processo de conquista das novas terras, os assentamentos rurais, também trouxe a introdução de novas culturas agrícolas, entre elas a viticultura, processo esse que vai além da dinamização socioeconômica, fixando o homem no campo, promovendo a segurança alimentar, desenvolvendo desse modo novas formas de relações com o meio ambiente, além do respeito à manutenção de outras vidas - não humanas- um dos princípios da agroecologia.

No quinto capítulo, são trazidos relatos acerca da experiência vivenciada pelo autor desta pesquisa, entre os meses de setembro de 2019 a agosto de 2020, durante o intercâmbio realizado na Universidade de Le Mans, na França, que incluem os trabalhos de campo em duas vinícolas localizadas no Vale do Loire nos meses de outubro de 2019 e início de março de 2020 (lembrando o contexto pandêmico estabelecido), e trazem um novo olhar sobre as práticas vitícolas e vitivinícolas francesas, bem como suas proximidades e distanciamentos em relação a realidade dos assentamentos rurais da Campanha Gaúcha.

Em sequência, foi abordado no sexto e último capítulo, uma análise das novas dinâmicas sobre a produção vitícola encontrada nos assentamentos rurais da Campanha Gaúcha obtidas nesta pesquisa, demonstrando assim, as impressões acerca das perspectivas de futuro para a produção vitícola local, bem como dos entraves e problemas atuais dessa produção, por meio das entrevistas dos agricultores assentados, dos técnicos agrícolas e das lideranças políticas locais.

Em relação à ausência de novos dados sobre os assentamentos rurais, cabe ressaltar que, mesmo com a parcial desatualização dos dados encontrados, é importante lembrar que, os assentamentos rurais começaram a ser criados no município de Santana do Livramento em 1992 e tal fato continuou até 2011, o que demonstra a importância dada por alguns dos governos (estaduais e federais) à

implementação da reforma agrária, ainda que na atualidade, esta pauta não seja compreendida como relevante no âmbito político.

É salutar destacar que, a Geografia sozinha não responde a todas as inquietações levantadas nesta tese e logo, uma abordagem analítica de forma mais abrangente, com as percepções dos atores territoriais – agricultores assentados, técnicos agrícolas ou lideranças políticas locais – torna a busca por novas soluções dentro da atual configuração sócio-espacial-econômica-cultural-ambiental um caminho mais fácil, ou seja, entender quem é o ator territorial e encontrá-lo em sua realidade local, é sempre um instigante ponto de vista, a ser desbravado pela ciência como um todo.

Diante de todo o contexto apresentado nesta pesquisa, entendemos a urgência de uma maior atenção por parte dos agentes políticos locais – e de outros níveis – à questão do enfraquecimento das cooperativas de prestação de serviços técnicos, que davam suporte aos agricultores assentados e que tiveram as suas atividades descontinuadas pelo último governo estadual, ao qual rompeu unilateralmente o contrato ao não realizar o pagamento da sua contrapartida.

Nestes espaços agrários, assentamentos rurais, também foi percebido que há pouco auxílio por parte dos governos local e estadual em relação à solução de problemas infraestruturais, como a falta de manutenção das estradas rurais e a ausência de incentivos para a produção agrícola, este último limitado às poucas políticas públicas existentes e atuantes como o PDFIMS/ RS, o PROFRUTA/ RS e o FUNDOVITIS, por exemplo.

A partir do contexto apresentado até aqui, entendemos que o novo tipo de arranjo produtivo local, a viticultura, desenvolvida no âmbito dos assentamentos rurais expõe a importância dos desdobramentos realizados pela reforma agrária brasileira, principalmente, em termos de produção agrícola para os assentados rurais e as suas famílias.

Ao fazermos um paralelo com a experiência dos produtores franceses, percebemos que a função da política pública naquele espaço foi decisiva para a fixação desta população em sua região e sua produtividade, junto ao seu fortalecimento identitário, pois após partirem devido às dificuldades impostas pela Segunda Guerra Mundial, estes só retornaram às suas terras após terem certeza dos incentivos suficientes para recomeçarem suas vidas, tais como apoio de créditos, infraestrutura, etc.

Esta situação difere daquela encontrada pelos viticultores assentados na Campanha Gaúcha, especialmente em Santana do Livramento, pois mesmo com a dificuldade de fixação estes permaneceram enfrentando todos os problemas e toda a “sorte” de situações que envolviam o seu não reconhecimento, por parte da sociedade local. No caso dos produtores franceses, eles tiveram bastante auxílio governamental e o valor dado à sua terra não está, necessariamente, em sua conquista e na dificuldade de mantê-la, mesmo contra tudo e todos, principalmente imposta pela falta de moradia, como é o caso dos assentados da Campanha Gaúcha.

O valor dado pelo produtor francês à sua terra está pautado em um amor pelo seu lugar de trabalho, de investimento e até mesmo de saberes, mas nunca de moradia, esta é a diferença destes agricultores para os agricultores assentados da Campanha Gaúcha, onde o nível de dificuldade é muito díspare, pois o enfrentamento, a resiliência existe somente aqui, onde superar todas as barreiras para garantir seu lugar de moradia e de produção se faz como uma árdua tarefa.

Portanto, compreendemos, como um ponto de partida científico e sem a pretensão de encerrar o debate, que as conexões realizadas a partir das novas práticas de produção vitícola, presente nos assentamentos de Santana do Livramento- RS/ Brasil, bem como suas repercussões socioterritoriais, são cada vez mais evidentes para a comunidade local na região da Campanha Gaúcha. Comunidade esta composta pelos próprios agricultores assentados, passando pelos técnicos agrícolas chegando às lideranças políticas, que reconhecem, de forma crescente, a importância dos assentamentos rurais e assim, querem mantê-los ou até expandí-los em seus municípios.

8 REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Joaquim Anécio. **Pesquisa de Extensão Rural Um Manual de Metodologia**. Brasília: MEC/ABEAS, 1989.

ANATOLLE-GABRIEL, Isabelle. **O valor patrimonial das economias do terroir**. Dijon: Edições Universitárias de Dijon, 2016.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Mainardi sugere a secretário Polo a continuidade de projeto de Viticultura em assentamentos**. Disponível em: <http://ww1.al.rs.gov.br/luizmainardi/Imprensa/DetalhesdaNot%C3%ADcia/tabid/1845/IdMateria/308820/Default.aspx>. Acesso em: 05 jun. 2022.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Economia: Produção de uva e maçã no Rio Grande do Sul entre os anos de 2018 e 2020**. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/uva-e-maca>. Acesso em: 05 jul. 2021.

AUVERT, Laura. Sociologia do vinho natural no Vale de Loire. **Mémoire M 2 Développement Durable**. Le Mans Université: Le Mans, 2017.

BARDIN, Laurence. **L'analyse de contenu**. Paris: Press Universitaires de France, 1980.

BARDIN, Laurence. **L'analyse de contenu**. Paris: Puf, 2009.

BECKER, Berta. O Uso político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B; COSTA, R. K.; SILVEIRA, C. B.; (Orgs). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. 172 p.

BELEDELLI, Senira. **A cultura dos camponeses sem terra e a organização do território dos assentamentos. 2005**. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Programa de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BENKO, Georges. **A ciência regional**. Oeiras: Celta, 1999.

BERQUE, Augustin. Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique pour une géographie culturelle. In: **Espace géographique**, tome 13, N° 1. p. 33-34. 1984.

BONNEMAISON, Joel. **A Geografia Cultural**. Paris: Éditions du C.T.H.S, 2000.

BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BRUNET, R, FERRAS; R, THÉRY, H. **Les Mots de la géographie: dictionnaire critique**. Montpellier: Reclus: La documentation Française, 1996.

CALIN, Daniel. **Construção identitária e sentimento de pertencimento**. Tradução de Rosa Maria Vieira Medeiros, 2009.

CALCANHOTO, Flávio A. **Diagnóstico e análise de sistemas de produção no município de Guaíba/RS: uma abordagem agroeconômica**. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

CARDOSO, Joel H. Multifuncionalidade da agricultura familiar em áreas de assentamentos rurais: o caso de Abelardo Luz (SC) (p. 60-73). *In: CARNEIRO, Maria J; MALUF, Renato S (Orgs.). Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARGNIN, Antonio Paulo. **Políticas de Desenvolvimento Regional no Estado do Rio Grande do Sul: Vestígios, Marcas e Repercussões Territoriais**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2014.

CARVALHO, Luciana. S; GONZAGA, Humberto T. A análise do discurso e a luta pela terra: identificação e compreensão dos diferentes sujeitos discursivos nas ocupações de terra. *In: Anais [...]. XVI Encontro Nacional dos Geógrafos*. Porto Alegre, 2010. p. 1- 9.

CARVALHO, H. M. de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. *In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da COSTA (Orgs.). Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1995. p. 117 – 140.

CEFAI, Daniel. **L'enquête de terrain**. Paris: Editions La Découverte, 2003.

CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

CHELOTTI, M. C. **A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário de Santana do Livramento**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

----- Processos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização no espaço agrário gaúcho. *In: Chelotti, M. C. et al (Orgs.). Geografia Agrária e Diversidades Territoriais do Campo Brasileiro*. Uberlândia: Assis Editora, 2012, v. 1, p. 63-88.

CHELOTTI, M. C; PESSÔA, V. L. S. As contribuições de Raymond Pébayle para compreender a formação do espaço agrário gaúcho: os difíceis encontros ainda estão acontecendo. *In: XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária*, 2006. Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: XVIII ENGA, 2006. p. 1-25.

----- A nova geografia agrária da Campanha Gaúcha/RS-BR: a (re) criação

da produção familiar em domínio do espaço latifundiário. *In: V Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales*, 2007. Buenos Aires. **Anais** [...]. Buenos Aires: FCE, UBA, 2007. V Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales ANPEGE. v. 1. p. 1 -16.

------. Assentamentos rurais e as transformações territoriais no Pampa Gaúcho/RS/BR. *In: 6ª Bienal Coloquio de Transformaciones Territoriales*, 2006, Santa Fé/AR. 6ª Bienal. Santa Fé/AR: UNL, 2006.

------. A Reforma Agrária na Campanha Gaúcha: a (re) construção de espaços socioculturais. *In: Simpósio Reforma Agrária: balanço crítico e perspectivas*. Uberlândia/MG: UFU, 2006.

CLAVAL, Paul. **Geografia cultural**. Paris: Editora Armand Colin, 2012.

CLEPS. João J. Expressões da Re-Territorialização da reforma agrária no Brasil do Século XXI: novas territorialidades e novos agentes sociais (p. 91-116). *In: MEDEIROS, Rosa M. V; FALCADE, Ivanira (Org.). Expressões da re-territorialização no campo brasileiro*. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2013.

COTAP. Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre. **Dados de produção dos assentamentos por município**. Disponível em: www.coceargs.com.br/?page_id=22. Acesso em: 02 dez. 2021.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/neag/dataluta-rs/>. Acesso em: 01 fev. 2022.

DECRETO Nº 7.794. **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 23 out. 2021.

FALCADE, Ivanira. **Indicações geográficas, o caso da região com indicação de procedência Vale dos Vinhedos. 2005**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FALCADE, Ivanira. **A paisagem como representação espacial: a paisagem vitícola como símbolo das indicações de procedência de vinhos das regiões Vale dos Vinhedos, Pinto Bandeira e Monte Belo (Brasil)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FELICIANO, C. A. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FELIPPI, Eduardo E. Comercialização e distribuição de hortifrutigranjeiros na região metropolitana de Porto Alegre. *In: GRANDO, Marinês, Z; Miguel, Lovois A. Agricultura na Região Metropolitana de Porto Alegre. Aspectos históricos e contemporâneos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 141-157.

FERNANDES, Bernardo Mançano (org). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES M. I; SUZUKI, J. C. (orgs.). **Geografia Agrária teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERNANDES, Bernardo M. **Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014.

FIORENTIN, Marcos. **MST e desenvolvimento local: uma experiência do assentamento "Conquista da Fronteira"/SC. 2006**. Dissertação (Mestrado em geografia)- Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FLORES, Shana Sabbado. **Desenvolvimento territorial sustentável a partir dos territórios do vinho: o caso dos "vinhos da Campanha". 2011**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FLORES, Shana Sabbado. **Vitivinicultura sustentável no contexto do Brasil: uma proposta de abordagem. 2015**. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FRANCE, Explore. **O rio Loire**. Disponível em: <https://www.france.fr/pt/vale-do-loire/artigo/o-rio-loire>. Acesso em: 23 set. 2021.

FRANCE, Explore. **Um rio legendário: um Patrimônio Mundial da UNESCO**. <https://www.france.fr/pt/vale-do-loire/artigo/um-rio-legendario-um-patrimonio-mundial-da-unesco>. Acesso em: 04 ago. 2022.

FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico. *In*: FREIRE D'AGUIAR, (Org.). **Oessencial de Celso Furtado**. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013. p. 167-196.

GEORGE, Pierre; VERGER, Fernand. **Dictionarie de la géographie**. 4. ed. Paris: Press Universitaires de France, 2013.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria Da Glória. **Os Sem-Terra, ONG's e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2000.

GUIMARÃES, E. S; Motta, M. M. M. (orgs.). **Campos em disputa: história agrária e companhia**. São Paulo: Annablume, 2007.

GUHÚR, Dominique M. P; TOMÁ, Nilciney. Agroecologia. *In: Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 57- 65.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. *In: HEIDRICH, A. L.; DA COSTA, B. P; PIRES, C. L. Z.; UEDA, V. (Orgs.). A emergência da multiterritorialidade. A resignificação da relação do humano com o espaço*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Ed. da ULBRA, 2008. p. 19 - 36.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados de cobertura e uso da terra**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/cobertura-e-uso-da-terra.html> 1. Acesso em: 04 abr. 2020.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relação dos assentamentos criados até o ano de 2011**. Disponível em: <http://neagufrgs.wixsite.com/neag/dataluta-rs>. Acesso em: 22 ago. 2021.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2021.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Tradução de Thiago de Abreu e Lima Florencio. Petrópolis: Vozes; Maceió, : Edufal, 2013. 202 p.

KOCHE, José C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciencia e iniciação a pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAKATOS, Eva M; MARCONI, Marina de A. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LEFEBVRE, H. **Lógica Formal, Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEITE, S; Heredia, B; Medeiros, L; (orgs.) *et al*. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. *In: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, NEAD*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

LINDNER, M; MELCHIORS, J. L; MEDEIROS, R. M. V. A formação de uma nova identidade a partir da reterritorialização campestre: trabalhadores urbanos em assentamentos rurais na Campanha Gaúcha. **Geo UERJ (Cessou em 2004. Cont. ISSN 1981-9021 Geo UERJ (2007)**, v. 1, p. 125-144, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, Sérgio. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 3, n. 5, set. 2002.

MANFIO, Vanessa. A vitivinicultura no espaço geográfico do Rio Grande do Sul, Brasil: uma abordagem sobre a Campanha Gaúcha. **Caminhos de Geografia Uberlândia-MG** v. 20, n. 70 Junho/2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCG207043390>. Acesso em: 23 jun. 2021.

MEDEIROS, R. M. V. Re-territorialização e identidade: o significado dos assentamentos para a economia dos municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha (RS). *In: IX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA*, 2007. Porto Alegre: **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 1-17.

----- Assentados na Metade Sul: reconfigurando o gaúcho. *In: Anais [...]*. XXII Encontro Estadual de Geografia. Rio Grande, 2002, p. 93- 97.

----- O Rio Grande do Sul e a busca pela Reforma Agrária. *In: VERDUM, Roberto; Basso, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (Orgs.)*. **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; ROBL, Douglas Machado; MORAES, Fernando Dreissig de. A luta pela terra no Rio Grande do Sul: Novos Territórios X Espaços tradicionais. *In: VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural*. Porto de Galinhas, 2010.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Informações sobre o PRONAF**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>. Acesso em: 05 mar. 2022.

MELCHIORS, J. L; ROBL, D. M; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Agricultores assentados da Campanha Gaúcha: integração com novas práticas de cultivo e novos costumes. **ENGRUP- Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa**, 2013.

MELCHIORS, Joel Luís. **As repercussões territoriais dos assentamentos rurais do município de Eldorado do Sul/RS. 2017**. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre- RS, 2017.

MENEGON, Leandro; FAGUNDES, Leandro; RIBEIRO, RIBEIRO, Orestes; CADORE, Edson. Produção de arroz agroecológico em assentamentos de reforma agrária no entorno de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Agroecologia**. nov, 2009, v. 4, n. 2.

MÈO, Guy de. A geografia cultural. Qual abordagem social? **Annales de Geographie**: Armand Colin, 2008. p. 47- 66.

MÈO, Guy de. **Geografia Social e os Territórios**. Paris: Éditions Nathan, 1998.

MERTZ, Marli M. Breve retrospectiva histórica da agricultura na Região Metropolitana de Porto Alegre. *In: GRANDO, Marinês Z; MIGUEL, Lovois A. A (Orgs.)*. **Agricultura na Região Metropolitana de Porto Alegre. Aspectos históricos e contemporâneos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

- MÉSZAROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. O mundo rural em Santana do Livramento/RS: entre os “espaços socialmente vazios” e a sua revitalização como espaço de vida. **VII Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa**. Rio Claro- SP, 2013.
- MORIN, Edgar. **Em Busca dos Fundamentos Perdidos - textos sobre o marxismo**. 2. ed. Porto Alegre: Sulinas, 2004.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.
- OLIVEIRA, Silvio L. D. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- PACIONE, Michael. **Progresso em Geografia Agrária**. Washington: Editora Routledge, 2013.
- PAA. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_06_17_10_21_02_cartilha_p.pdf. Acesso: em 05 fev. 2022.
- PGE. Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. **Definição do termo Função Social da Terra**. Disponível em: www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/Congresso/ztese16.htm. Acesso em: 03 mai. 2021.
- PNAE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae>. Acesso em: 23 out. 2020.
- PITTE, J. R. **Le vin et le divin**. Poitiers: Livrarie Artheme Fayard, 2003.
- RACINE, J. B; RAFFESTIN, Claude; RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da geografia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 45, n. 1, 1983. p. 123-135.
- RAFFESTIN. C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RATHMANN, R. et. al. Diversificação produtiva e as possibilidades de desenvolvimento: um estudo da fruticultura na região da Campanha no RS. **Revista de economia e sociologia rural**. v. 46, n. 2, Brasília, apr-june, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010320032008000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 05 fev. 2021.
- REIS-ALVES, Luiz Augusto dos. **O conceito de lugar**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2004. 10 p. ISBN 332544. Rio de Janeiro: FAU-UFRJ, 2006.

RODRIGUES, E. A. G; ASAI, G. A; SCHMIDT, C. M. Ações coletivas e instituições na vitivinicultura do Rio Grande do Sul: O Instituto Brasileiro do Vinho – IBRAVIN. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL*, VIII, 2017, Santa Cruz do Sul. **Anais** [...]. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2017.

RUDIO, Franz V. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. Petrópolis: Vozes, 1986.

RUSSCZYK, Jaqueline. **Diferenciação dos sistemas agrários**: região de Nova Santa Rita. Trabalho final da Disciplina DER – 310 – Evolução e Diferenciação de Sistemas Agrários, Professor Lovois Miguel, 2009.

SALVADOR, D. S. C. O. A Geografia e o método dialético. **Sociedade e Natureza**. Uberlândia, v. 24, n.1, p. 97-114, jan/jun, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. 5. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003. Capítulo I – A questão: o uso do território. p.19-22.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**. Florianópolis, v. 22, n. 43. p. 55-76, jan/jun, 2007.

SAQUET, M. A; SANTOS, R. A. (orgs.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, M. A; ALVES, A. F; CANDIOTTO, L. P. *et al.* A agroecologia como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial. *In: SAQUET, M. A; Santos, R. A. dos. Geografia agrária, território e desenvolvimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, M. A. Reterritorialização e identidade. *In: Tradição Versus Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiros*. MEDEIROS, R. M. V; FALCADE, I. (Orgs.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia de Bolso, 2015.

SILVA, Bruno Freitas da; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **O Circuito Espacial Vitivinícola e a Formação do Território na Serra do Sudeste, Rio Grande do Sul, Brasil**. Disponível em: <http://preo.u-bourgogne.fr/territoiresduvin/index.php?id=1702>. Acesso em: 03 dez. 2021.

SILVA, Émerson N. da. **Formação e ideário do MST**. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

SOSA JUNIOR, Denir de Oliveira. **O processo de reterritorialização de produtores assentados na Campanha Rio-grandense**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7374/000542979.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 dez. 2021.

SPÓSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo M. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

VALDUGA, Vander. **Raízes do turismo no território do vinho: Bento Gonçalves e Garibaldi - 1870 a 1960 (RS/Brasil)**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

VERDUM, Roberto. Depressão periférica e planalto. Potencial ecológico e utilização social da natureza. *In*: **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. VERDUM, Roberto; BASSO: Luis A; SUERTEGARAY, Dirce M. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

VIAGEM E TURISMO. **O Vale do Loire para além dos castelos**. Disponível em: <https://viagemeturismo.abril.com.br/mundo/vale-do-loire-para-alem-dos-castelos/>. Acesso em: 03 jun. 2022.

VINS DE LA LOIRE. **Associação dos Produtores de Vinhos do Vale do Loire**. Disponível em: <https://www.vinsvaldeloire.fr/>. Acesso em: abr. 2022.

APÊNDICES



Apêndice 1: Questionário aplicado aos agricultores assentados.

Questionário:

Esse questionário faz parte de uma pesquisa de Doutorado do Estudante da UFRGS, Joel Luís Melchior, Cartão UFRGS 00171446, que tem como finalidade compreender a percepção que os agricultores assentados rurais da Campanha Gaúcha têm da sua produção e os reflexos a nível local e regional.

** Os dados pessoais solicitados no preenchimento do questionário não serão divulgados em nenhum momento da pesquisa, eles têm somente a finalidade de controle interna do grupo de pesquisa.*

Nome:.....

Idade:.....

Assentamento:.....

Município do assentamento:.....

Data de instalação no lote:.....

Questões:

- 1 – Você é natural da Campanha Gaúcha? Se não é, veio de onde, de qual município?
- 2 - Você conseguiu adaptar-se com facilidade às condições de produção da Campanha Gaúcha? Se sim, por quê?
- 3 - Como você percebe os investimentos públicos (recursos municipais, estaduais ou federais) no seu assentamento? Aponte alguns exemplos:
- 4 – Você possui crédito agrícola? Caso já tenha contratado algum crédito, tem conseguido renová-lo? Se não, por quê?
- 5 - Pretende continuar a cultivar na terra pelos próximos anos? Seus filhos e filhas gostam de morar no campo e querem seguir no assentamento?
- 6 – Quais cultivos você tem no seu lote? Por quê você os cultiva?
- 7 – Nas suas práticas agrícolas, você utiliza agrotóxicos? Comente como você utiliza os recursos naturais (água, solo, entre outros) na sua propriedade?



8 –Participa de alguma cooperativa ou produz no seu lote de maneira individual? Já teve alguma experiência com o trabalho cooperado?

9 –Desde o início do assentamento até o momento atual, o que mudou na sua vida? Relate com as suas palavras...

10– Comente sobre a sua vida antes de ser assentado e como era a sua relação com a terra:



Apêndice 2: Questionário aplicado às lideranças políticas locais.

Esse questionário faz parte de uma pesquisa de Doutorado do Estudante da UFRGS, Joel Luís Melchior, Cartão UFRGS 00171446, que tem como finalidade compreender a percepção que os agricultores assentados rurais da Campanha Gaúcha têm da sua produção e os reflexos a nível local e regional.

** Os dados pessoais solicitados no preenchimento do questionário não serão divulgados em nenhum momento da pesquisa, eles tem somente a finalidade de controle interno do grupo de pesquisa.*

1. Nome do Entrevistado:

2. Ocupação/cargo:

3. Instituição:

4. Como a instituição vê a instalação de assentamentos no município? Por quê?

5. A instalação desses assentamentos foi positiva para o município? Por quê?

6. O poder local apoia os assentados/assentamentos? Por quê?

7. A população local foi receptiva ou não? Por quê?

8. Existem políticas públicas voltadas para a produção dos assentamentos? Quais são elas?

9. Houve algum impacto na economia local após a instalação dos assentamentos? Como este foi percebido (na produção, nas demandas sociais, no comércio, na circulação de capital)?

10. A prefeitura está de acordo com a instalação de novos assentamentos na região? Por quê?



Apêndice 3: Questionário aplicado aos técnicos agrícolas.

Esse questionário faz parte de uma pesquisa de Doutorado do Estudante da UFRGS, Joel Luís Melchior, Cartão UFRGS 00171446, que tem como finalidade compreender a percepção que os agricultores assentados rurais da Campanha Gaúcha têm da sua produção e as repercussões a nível local e regional.

** Os dados pessoais solicitados no preenchimento do questionário não serão divulgados em nenhum momento da pesquisa, eles tem somente a finalidade de controle interno do grupo de pesquisa.*

1.Nome do Entrevistado:

2.Ocupação/cargo: -

3. Instituição:

4. Desde quando trabalha com assentamentos / assentados?

5. Qual o tipo de serviço técnico prestado?

6. Quantos técnicos atendem aos assentamentos da região/município? Qual a relação entre o número de técnicos e o número de famílias atendidas?

7. Cite as dificuldades encontradas e resultados (negativos e/ou positivos).



Apêndice 4: Critérios utilizados para as entrevistas nos trabalhos de campo na França.

Vale do Loire: Aplicação em março de 2020.

Nome/Idade :

Critério 1 - Motivação do produtor.

- 1- O que levou você a trabalhar com a vitivinicultura?
- 2 -O que te faz permanecer na vitivinicultura?
- 3 - Você pretende continuar a desenvolver a atividade vitícola no futuro? Se sim, por quê?

Critério 2 – Percurso do produtor.

- 4- Quais são as práticas agrícolas que você exerce em sua propriedade?
- 5 - Que tipo de produtor você se considera: novo produtor, produtor em transição ou produtor convencional? Por quais razões você se enxerga nesta categoria?
- 6 - Que variedades de uva você cultiva na sua propriedade? Qual o tamanho de cada uma, em hectares? Você mesmo produz o seu vinho ou vende as uvas para outras vinícolas?

Critério 3 - Sociabilidade, razão social e pertencimento.

- 7 - Além do seu trabalho na agricultura, de que outras atividades você participa?
- 8- Quais destas atividades estão ligadas à sua profissão?
- 9- Classifique as suas cinco principais atividades da sua vida diária em ordem de importância. Somente as atividades fora de sua propriedade.

Critério 4 - Incentivos das políticas públicas e satisfação com a propriedade.

- 10 - Como você percebe as políticas públicas destinadas ao setor vitivinícola na França? 11 – Em que medida as políticas públicas poderiam melhorar sua atividade?



12 - Neste cenário de subsídios públicos, quanta ajuda pública você recebe?

Critério 5 - Sucessão familiar.

13 - Qual o seu conhecimento do interesse de seus descendentes continuarem com o trabalho na propriedade?

14 - Seus filhos e filhas participam das atividades diárias da sua propriedade?

15 – Quando se aposentar, você pretende continuar morando no campo ou pretende se mudar para a cidade?



Apêndice 5: Critères utilisés dans les entretiens de terrain en France.

Val de Loire: Application mars 2020.

Nom/Âge. :

Critère 1- Motivation du producteur.

- 1 - Qu'est-ce qui vous a amené à travailler avec la viticulture?
- 2 - Qu'est-ce qui vous fait rester dans la viticulture?
- 3 - Avez-vous l'intention de continuer à développer l'activité viticole à l'avenir? Si oui, pourquoi?

Critère 2 – Parcours do producteur.

- 4 - Quelles pratiques agricoles utilisez-vous sur votre propriété?
- 5 - Quel genre de producteur vous considérez-vous: nouveau producteur, producteur en transition ou producteur conventionnel? Pour quelles raisons vous voyez-vous dans cette catégorie?
- 6 - Quels cépages cultivez-vous sur votre propriété? Quelle est la taille de chacun en hectares? Produisez-vous votre propre vin ou vendez-vous le raisin à d'autres caves?

Critère 3 - Sociabilité, raison sociale et appartenance.

- 7- En dehors de votre travail dans l'agriculture, quelles sont vos autres activités?
- 8 - Lesquelles de ces activités sont liées à votre profession?
- 9- Classez par ordre d'importance vos cinq activités les plus marquantes de votre vie quotidienne. Seulement les activités en dehors de votre propriété.

Critère 4 - Les aides publiques et satisfaction économique des biens.

- 10 - Comment percevez-vous les politiques publiques vis-à-vis de la filière viticole en France?



11 - Quelle mesure des politiques publiques pourrait améliorer votre activité?

12- Quel est le montant d'aide publique dont vous bénéficiez?

Critère 5 - Succession familiale.

13 - Quelle est votre connaissance de l'intérêt de vos descendants (enfants, petit enfants) à continuer à travailler sur la propriété?

14 - Est que vos enfants participent aux activités quotidiennes de votre propriété?

15 - Lorsque vous serez retraité, avez-vous l'intention de continuer à vivre à la campagne ou avez-vous l'intention de déménager en ville?

Foto: Bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra presente no Assentamento Bom Será, em Santana do Livramento- RS/ Brasil.



Fonte : Acervo do Autor (Junho de 2018).

Foto: Caminhões e Escritório da COPERFORTE, em Santana do Livramento- RS/ Brasil.



Fonte : Acervo do autor (Junho de 2018).

Foto: Logomarca do caminhão da COPERFORTE, em Santana do Livramento-RS/ Brasil.



Fonte: Acervo do autor (Junho de 2018).

Foto: Placa de Inauguração da Escola localizada no Assentamento Bom Será, em Santana do Livramento- RS/ Brasil.



Fonte: Acervo do autor (Junho de 2018).

ANEXOS

Foto: Parreiral da Vinícola Cerro do Munhoz, em Santana do Livramento na região da Campanha Gaúcha.



Fonte: MEDEIROS, R. M. V. (Agosto de 2022).

Foto: Vinícola Cerro do Munhoz em Santana do Livramento na região da Campanha Gaúcha, que produz vinhos finos Cabernet Sauvignon e Merlot.



Fonte: MEDEIROS, R. M. V. (Agosto de 2022).

Foto: Vinho Conquista de Santana, produzido na Vinícola Cerro do Munhoz, que produz vinhos finos Cabernet Sauvignon e Merlot.



Fonte: MEDEIROS, R. M. V. (Agosto de 2022).

Foto: Flyer da Vinícola Domaine Lelais em Ruillé Sur Loire, Vale do Loire.

DOMAINE LELAIS



Jasnières et Coteaux du Loir

Francine, Raynald et Claire LELAIS
Viticulteurs - Récoltants
41 route de Poncé
72340 RUILLE SUR LOIR

02. 43. 79. 09. 59
www.domainelelais.com



Dégustation et vente de vin au Domaine
du lundi au samedi : 9h-12h / 14h-18h
dimanches & jour fériés : 10h-12h / 15h-18h
Fermé les dimanches de Novembre à Février

✦ ✦ ✦

Accueil de groupe et visite de cave sur rdv

Fonte : Acervo do autor (Março de 2020).

Foto: Material de divulgação da Vinícola La Raderie, visitada em outubro de 2019.

<p>Le Domaine de la Raderie</p> <p>De caractère familial notre exploitation est située à Chahaignes au cœur de la vallée du Loir. Nous Plantons, Taillons, Cultivons et Entretienons l'ensemble de notre vignoble. Les Vins, que Vous Dégustez, sont Issus Exclusivement de Notre Propriété.</p> <p>Le Domaine vous accueille</p> <p>Du 1er Avril au 30 Septembre sans rendez-vous Du 1er Octobre au 31 Mars sur rendez-vous</p> <p>Du Lundi au samedi 10h à 12h – 14h à 18h Le Dimanche 10h à 12h</p> <p>Portes Ouvertes fin Avril et début Mai</p> <p>Afin de mieux vous servir, merci d'annoncer votre visite au 02 43 46 69 57 ou 02 43 79 14 90 www.laraderie.fr christophe.croisard@laraderie.fr Pour venir nous rendre visite: Coordonnées GPS: Long: 0,514538, Lat : 47,471791</p>  	<p>VALLEE DU LOIR</p> <p>NOS VINS</p> <p>Les blancs, Coteaux du Loir et Jasnières sont issus de seul cépage Chenin ou Pineau de la Loire. Ils sont fruités, classés parmi les meilleurs vins blancs secs de France. Dotés d'arômes de fruits et de fleurs dans leur jeunesse, ils acquièrent au fil des ans des arômes complexes et subtils. Ils peuvent ainsi vieillir des dizaines d'années. Certaines années, il est possible de faire des sélections de raisins atteints par la « pourriture noble », dont le développement est facilité par le microclimat de la région. La nature donne ainsi de grands moelleux. Les rouges Coteaux du Loir, sont à base de Pineau d'Aunis (cépage cultivé depuis plus d'un millénaire, et qui donne un vin rouge rubis clair, frais et léger), de Cot et de Gamay. Les rosés Coteaux du Loir, sont des vins légers et fruités. Ils sont à base de Pineau d'Aunis pur.</p> <p>TOURISME</p> <p>Le vignoble de la Vallée du Loir est situé à environ 200 km de Paris, en direction des Châteaux de la Loire, de l'Anjou, de la Vendée, de la Bretagne sud, à 40 km du Mans, de Blois et de Tours. Une route touristique, spécialement fléchée, emprunte la Vallée du Loir. Elle serpente dans son vignoble et concerne tous ceux qui aiment retrouver les paysages imprégnés de la « douceur de vivre », et les souvenirs de Ronsard, Henri IV...</p>	<p>VAL DE LOIRE</p> <p>Domaine de la Raderie</p>  <p>COTEAUX DU LOIR ET JASNIERES</p> <p>Dégustation et vente directe</p> <p>TARIFS 2022</p> <p>Christophe et Michelle CROISARD</p> <p>Vigneron La Raderie</p> <p>72340 CHAHAGNES Téléphone - 02 43 79 14 90 E-Mail christophe.croisard@laraderie.fr www.laraderie.fr</p>
--	---	---

Fonte: <https://laraderie.fr/wp-content/uploads/2022/02/tarif-2022.pdf> (Agosto de 2022).

Foto: Logomarca do projeto Caves Touristiques, do qual as Vinícolas Domínio La Raderie e Domínio Lelais participam.



Fonte: <https://www.vinsvalde Loire.fr/> (Agosto de 2022).